

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

MESTRADO DE HISTÓRIA

Jonas José Seminotti

**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA & FÉ:
O PAPEL DA IGREJA NA FORMAÇÃO DAS
ORGANIZAÇÕES SOCIAIS POPULARES**

REGIÃO ALTO URUGUAI DO RS (1974-1990)

Passo Fundo, agosto de 2007

Jonas José Seminotti

**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA & FÉ:
O PAPEL DA IGREJA NA FORMAÇÃO DAS
ORGANIZAÇÕES SOCIAIS POPULARES
REGIÃO ALTO URUGUAI DO RS (1974-1990)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial e final para a obtenção do Título de Mestre em História, sob orientação do Professor Dr. João Carlos Tedesco.

Passo Fundo

2007

S471p Seminotti, Jonas José

Participação política & fé : o papel da igreja na formação das organizações sociais populares : região alto uruguai do RS (1974-1990) / Jonas José Seminotti. – 2007.

157 f. : il. (algumas color.) ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, 2007.

Orientação: Prof. Dr. João Carlos Tedesco.

1. Rio Grande do Sul – História . 2. Participação política.
3. Religião e política. I. Tedesco, João Carlos, orientador. II. Título.

CDU: 981.65

Catálogo: bibliotecário Alexandre Chow – CRB 10/1681

Aos mestres, pela contribuição na construção do conhecimento.

À Izelda, esposa e mãe, pelo apoio, companheirismo e compreensão.

Aos filhos Pedro e Caetano, uns amores, hoje imaginam, logo compreenderão este momento.

Aos pais Nestor e Nelsa por oportunizar a minha trajetória até aqui.

Ao prof. Dr. João Carlos Tedesco, pela orientação qualificada e pela amizade acima de tudo.

RESUMO

Esta dissertação consiste numa análise sobre o papel dos setores progressistas da Igreja Católica na formação de lideranças e organizações sociais populares na região Alto Uruguai, em meio à redemocratização do Brasil, entre 1974 e 1990. O objetivo é compreender os fatores que contribuíram para que surgissem destacadas lideranças e organizações de ação social e política na Diocese de Erechim, a partir do trabalho dos setores progressistas da Igreja Católica e de suas mediações correlatas neste período marcado pela censura das liberdades democráticas no país. Concentramos nosso foco entre a segunda metade da década de 1970, por ser o início do processo pela redemocratização do país e toda a década de 1980, por enquadrar o fim do regime militar e a abertura política e ser o período da formação das organizações sociais populares na região Alto Uruguai. O espaço pesquisado é a região Alto Uruguai do RS, também compreendida aqui, como Diocese de Erechim, que é composta por 31 municípios, sendo que apenas Erechim tinha sua população centrada no meio urbano. Os demais municípios eram essencialmente agrícolas, com pequenos agricultores, que viviam em comunidades do interior e pelo seu espírito religioso e participação comunitária, aderiram às mudanças propostas pelos setores progressistas da Igreja, a partir do Concílio Vaticano II e das Conferências de Medellín e Puebla. Para melhor compreender o processo que se desenvolve em âmbito nacional e regional, organizamos o trabalho em três capítulos. O primeiro aborda o contexto brasileiro, do golpe militar à redemocratização, demonstrando como os governos militares trabalharam, no plano político, o período de repressão e, simultaneamente, a fase lenta e gradual de abertura política; também abordamos a atuação das organizações da sociedade civil contrárias ao regime, a luta pela redemocratização e pela conquista de direitos. No segundo capítulo analisamos a atuação dos setores progressistas da Igreja Católica na

região Alto Uruguai, os grupos Esquema Dois e Paulo VI, o processo de formação da Escola Diocesana de Servidores, da Pastoral da Juventude e da Pastoral Operária , das quais surgem inúmeras lideranças de ação social e política, especialmente entre os jovens do meio rural; e os conflitos internos entre os setores progressistas e conservadores da Igreja Católica na Diocese. No terceiro capítulo apresentamos, a partir do contexto nacional e da atuação dos setores progressistas da Igreja, como se formam as organizações sociais populares na região Alto Uruguai, entre as quais estão os sindicatos urbanos e rurais do campo da CUT, a Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB), o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), o Centro de Educação Popular (CEPO) e o Partido dos Trabalhadores (PT). Ao realizarmos este estudo, esperamos, contribuir para a maior compreensão dos fatores conjunturais que contribuíram para a redemocratização do país, mas especialmente fazer uma análise mais profunda sobre a formação dos atores de ação social e política na região Alto Uruguai, reflexo do aprofundamento democrático e do novo contexto político e social do país.

Palavras-chave: Religiosidade, política, conflitos, organizações, democrático.

ABSTRACT

This dissertation consists of an analysis on the role of the progressive sectors of the Catholic Church in the formation of social and popular leaderships and organizations in Alto Uruguai region, among Brazil's redemocratization, between 1974 and 1990. The objective is to understand the factors that had contributed in order to appear detached leaderships and organizations of social and political action in Erechim's Diocese, from the work of the Catholic Church progressive sectors and of its correlate mediation in this period marked by the censorship of the democratic freedoms in the country. We have concentrated our focus on the second half of the 1970's, for being the beginning of the process for the redemocratization of the country, and all the 1980 decade, for fitting the end of the military system and the political opening and for being the period of the formation of the social popular organizations in Alto Uruguai region. The researched space is Alto Uruguai region - RS, also understood here, as Erechim's Diocese, which is formed by 31 cities, but only Erechim had its population centered in the urban center. The other cities were essentially agricultural, with small agriculturists, who lived in interior communities and for its religious spirit and communitarian participation, had adhered to the changes proposals by the progressive sectors of the Church, from Vatican Council II and from the Medellín and Puebla Conferences. For better understanding of the process that it develops on national and regional level, we have organized the work in three chapters. The first one approaches the Brazilian context, from the military blow to the redemocratization, showing how the military governments had worked in the political plan, the repression period and, simultaneously, the slow and gradual phase of political opening; also we have approached the performance of the contrary organizations of the civil society to the system, the fight for the redemocratization and for the rights conquest. The second chapter analyzes the performance of the progressive sectors of the Catholic Church in Alto

Uruguai region, the groups Esquema II and Paulo VI, the formation process of the Diocesan Servers School, of the Youth Pastoral and the Labor Pastoral, from where appears innumerable leaderships of social and political action, especially among the young agriculturists; and the internal conflicts between the progressive and conservatives sectors of the Catholic Church in the Diocese. The third chapter presents, from the national context and from the performance of the progressive sectors of the Church, how the social popular organizations in Alto Uruguai region are formed, among them, we have the urban and agricultural unions (CUT), the Regional Commission of Reached by Barrages (CRAB), the Rural Worker Women Movement (MMTR), the Popular Education Center (CEPO) and the Worker Union (PT). Beyond this study, we hope to contribute for a better understanding of the conjunctural factors that had contributed for the redemocratization of the country, but especially to make a deeper analysis on the formation of the actors of social and political action in Alto Uruguai region, consequence of the democratic deepening and the new social political context of the country.

Key-words: Religiosity, politics, conflicts, organizations, democratic.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Brigada Militar vigiando uma manifestação de trabalhadores em Erechim, na década de 1980.....	23
Figura 2 – Exilados políticos aguardando a anistia para retornarem ao Brasil.....	38
Figura 3 – Charge de Chico Caruso demonstrando o estrategista LULA como líder sindical.....	51
Figura 4 – Capa de folheto elaborado pela Igreja com textos sobre temas sociais e políticos	51
Figura 5 – Mapas da região Alto Uruguai e do RS em 1990.....	51
Figura 6 – Folheto do 6º Congresso Estadual da PJ. Agosto de 1983	51
Figura 7 – Cartaz usado nas reflexões para compreender a formação das Organizações Sociais Populares da região Alto Uruguai.....	51
Figura 8 – Livreto de estudos do Curso de Formação da ESAU.....	51
Figura 9 – Missa pela conquista do STR Erechim em 1984 e a queima de um pelego simbolizando a vitória da CUT sobre a FETAG.....	51
Figura 10 – Foto da Greve Geral em Erechim organizada pela CUT em 20/08/1987	51
Figura 11 – Foto da 1ª audiência do projeto barragens, de representantes da CRAB e Olívio Dutra, que era sindicalista e militante do PT, com o Ministro de Minas e Energia Aureliano Chaves em 1986.	51
Figura 12 – Foto da Igreja de Carlos Gomes/RS onde aconteceu a Romaria da Terra em 1983.	51
Figura 13 – Capa de cartilha usada nos encontros de mulheres	51
Figura 14 – Demonstrativo de transferência financeira de projeto de cooperação internacional ao CEPO em 11/10/1988.	51

Figura 15 – Organograma das instâncias decisórias do CEPO.....	51
Figura 16 – Foto em comemoração aos 10 anos do CEPO com a presença de alguns sócios fundadores, em 1995.....	51
Figura 17 – Encontro regional de vereadores do PT, eleições de 1988.....	51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI	– Associação Brasileira de Imprensa
ACO	– Ação Católica Operária
AI	– Ato Institucional
AP	– Ação Popular
ARENA	– Aliança Renovadora Nacional
CAJO	– Curso de Assessores de Jovens
CCC	– Comando de Caça aos Comunistas
CEBs	– Comunidades Eclesiais de Base
CEPO	– Centro de Educação Popular
CETAP	– Centro de Tecnologias Populares
CGT	– Confederação Geral dos Trabalhadores
CNBB	– Conferência Nacional do Bispos do Brasil
COSAU	– Conselho de Oposição Sindical Alto Uruguai
CPT	– Comissão Pastoral da Terra
CRAB	– Comissão Regional de Atingidos por Barragens
CRJ	– Comissão Regional de Jovens
CUT	– Central Única dos Trabalhadores
ESAU	– Escola Sindical Alto Uruguai
ESMA	– Escola Sindical Margarida Alves
FAC	– Frente Anticomunista
FAG	– Frente Agrária Gaúcha
FAPES	– Fundação Alto Uruguai para Pesquisa e o Ensino Superior
FETAG	– Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
IPJ	– Instituto da Pastoral da Juventude
JAC	– Juventude Agrária Católica
JOC	– Juventude Operária Católica
JOC	– Juventude Operária Católica
JUC	– Juventude Universitária Católica
MAB	– Movimento de Atingidos por Barragens
MAC	– Movimento Anticomunista
MDB	– Movimento Democrático Brasileiro
MMTR	– Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MST	– Movimento dos Sem Terra
OAB	– Ordem dos Advogados do Brasil

OSP	–	Organizações sociais populares
PCdo B	–	Partido Comunista do Brasil
PDS	–	Partido Democrático Social
PDT	–	Partido Democrático Trabalhista
PJ	–	Pastoral da Juventude
PMDB	–	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PND	–	Plano Nacional de Desenvolvimento
PO	–	Pastoral Operária
PT	–	Partido dos Trabalhadores
PTB	–	Partido Trabalhista Brasileiro
SNI	–	Sistema Nacional de Informações
STR	–	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
TAPA	–	Treinamento para a Ação Pastoral
TLC	–	Treinamento de Liderança Cristã
UNE	–	União Nacional dos Estudantes
URI	–	Universidade Regional Integrada

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1 – O CONTEXTO BRASILEIRO: DO GOLPE À REDEMOCRATIZAÇÃO	23
1.1 A Ditadura Militar	24
1.1.1 O controle social e político dos militares	28
1.1.2 O fim do milagre e o início da abertura.....	34
1.1.3 O poder hegemônico dos militares	36
1.1.4 Anistia para todos	38
1.1.5 Os novos partidos políticos.....	39
1.1.6 Eleições diretas ou indiretas?.....	40
1.2 A construção democrática.....	42
1.2.1 Liberdade e ensino para os jovens.....	44
1.2.2 A Igreja Católica: conflitos e avanços.....	47
1.2.3 Os sindicatos sob a ótica do estado.....	51
1.2.4 O sindicalismo combativo a partir da CUT.....	51
1.2.5 A base social em organização.....	51
CAPÍTULO 2 – A ATUAÇÃO DOS SETORES PROGRESSISTAS DA IGREJA CATÓLICA NA REGIÃO ALTO URUGUAI	51
2.2 As mudanças internas na Igreja Católica.....	51
2.2.1 A conscientização a partir da Teologia da Libertação	51
2.3 A construção de um ideal coletivo	51
2.3.1 O Esquema Dois	51

2.3.2 O Grupo Paulo VI.....	51
2.3 A Escola Diocesana de Servidores.....	51
2.4 A busca da Igreja por jovens	51
2.4.1 A Juventude Agrária Católica	51
2.4.2 A formação dos Grupos de Jovens	51
2.5 A formação da Pastoral da Juventude.....	51
2.5.1 A criação do Instituto de Pastoral da Juventude (IPJ) e a formação do Curso de Assessores de Jovens (CAJO).....	51
2.5.2 A constituição da PJ no Alto Uruguai e o Treinamento para a Ação Pastoral (TAPA).....	51
2.5.3 A resistência à ação da Pastoral da Juventude: conflitos e divergências	51
CAPÍTULO 3 – AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS POPULARES DA REGIÃO ALTO URUGUAI NA DÉCADA DE 1980	51
3.1 A Escola Sindical Alto Uruguai (ESAU).....	51
3.2 A Igreja e o Novo Sindicalismo.....	51
3.2.1 A Igreja na base do sindicalismo rural	51
3.2.2 A Igreja na base do sindicalismo urbano.....	51
3.3 A Comissão Regional de Atingidos por Barragens - CRAB	51
3.4 O Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais - MMTR.....	51
3.5 O Centro de Educação Popular - CEPO	51
3.6 O Partido dos Trabalhadores – PT	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS.....	51

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por objetivo analisar qual foi o papel dos setores progressistas da Igreja Católica na formação de lideranças e organizações sociais populares¹ na região Alto Uruguai, em meio à redemocratização do Brasil, entre 1974 e 1990. O que chama a atenção é que a região Alto Uruguai, também compreendida aqui como Diocese de Erechim, foi, neste período, o palco de muitas lideranças e organizações de ação social e política, contribuindo para uma definição mais clara do trabalho social. A região apresentou grande performance no âmbito estadual e nacional em meio às ações repressivas e democratizantes do regime militar, constituindo um campo de idéias, estratégias, lutas e conquistas.

A grande questão a ser respondida é: Que fatores contribuíram para que surgissem destacadas lideranças e organizações de ação social e política na região Alto Uruguai a partir do trabalho dos setores progressistas da Igreja Católica e de suas mediações correlatas neste período marcado pela censura das liberdades democráticas no país?

O recorte histórico entre 1974 e 1990 compreende o período marcado pela redemocratização política do país e pela consolidação da formação das organizações sociais populares na região Alto Uruguai. Identificar-se-á, de 1974 até os primeiros anos da década de 1980, no contexto nacional, as ações repressivas e democratizantes dos governos militares e a atuação das organizações sociais e políticas contrárias ao regime (as quais serão a base para um conjunto de mudanças no campo social e político no espaço regional). A década de 1980 representa o período central do trabalho, pois, neste período, com a grande contribuição dos setores progressistas da Igreja Católica, ocorre a formação de muitas lideranças e organizações sociais populares na região Alto Uruguai. A periodização ultrapassa o ano de 1985, ano da abertura política com o fim do governo militar de João

¹ Para denominar as expressões “Organizações Sociais Populares” usaremos a abreviação “OSP”.

Figueiredo e vai até 1990, por ser o momento de afloramento das novas organizações de ação social e política na região Alto Uruguai.

O trabalho está embasado na revisão de literatura, com o estudo de autores reconhecidos que descrevem sobre o processo de redemocratização do país, isto, pela necessidade de contextualizar e fundamentar o período marcado pelas ações dos governos militares e pela atuação das forças contrárias ao regime. A fundamentação teórica é a base para a compreensão da conjuntura política e social deste período. Entretanto, o eixo central deste trabalho é a pesquisa empírica. Para descrever as mudanças no contexto local, neste período, parte-se da pesquisa em várias fontes: Biblioteca Pública Municipal de Erechim, Mitra Diocesana de Erechim, Pastoral da Juventude, Centro de Educação Popular (CEPO), Universidade Regional Integrada (URI), Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), CUT Alto Uruguai, entre outros. Veículos estes que, através de documentos, relatórios e fotos, contribuíram para a reconstituição da formação e atuação das OSP neste período histórico. Outro importante instrumento para a realização do trabalho foi a fonte oral, através de entrevistas com padres, um bispo e lideranças político-sociais (descritas no decorrer do trabalho), revelando fatos, contrariedades, por vezes elucidando e impregnando uma dose de emoção e de saudade em seus relatos.

Para a elaboração do presente trabalho é imprescindível considerar que a conjuntura política nacional deste período está voltada para as ações dos governos militares que pretendiam conduzir o processo pela redemocratização do país sem perder o poder político, controlando e monitorando a atuação das organizações sociais populares. Também está voltada para a atuação dos setores progressistas da Igreja Católica, que diante de um processo de mudanças internas, com o Concílio Vaticano II e, principalmente, das Conferências de Medellín e Puebla, passa a olhar com maior atenção para a realidade social do pequeno agricultor, do sem-terra, do operário e do desempregado, contribuindo, desta forma, para o surgimento de novas OSP. Essas organizações, articuladas com outros segmentos da sociedade contrários ao regime ditatorial, que vigorava no país desde 31 de março de 1964, passam a lutar pela redemocratização do país e pela conquista do direito a terra, a saúde, a moradia, pelo fim da exclusão social e da discriminação do índio, da mulher e do negro, entre outros.

Um novo modelo de desenvolvimento para o país começa a ser debatido, aprofundado e manifestado através de greves, passeatas e mobilizações públicas de diferentes categorias e espaços coletivos. É o despertar de uma nova consciência que brota

em todo o Brasil, tendo, na região Alto Uruguai² do Rio Grande do Sul, a contribuição de setores progressistas da Igreja Católica, instrumentalizada pela atuação das pastorais sociais e por uma grande articulação social e política das organizações sociais populares. As OSP compreendem os novos movimentos sociais e populares, o sindicalismo combativo no meio rural e no meio urbano e as organizações autônomas da sociedade civil, todos pautando lutas relacionadas ao processo de transformações em curso no campo social e político do país, neste período.

Este processo de mudanças ocorridas na região Alto Uruguai encontra um espaço territorial com a economia centrada na pequena propriedade, a presença predominante do imigrante de origem italiana e, em menor escala, polonesa, alemã, negra e indígena. Durante as décadas de 1970 e 1980, dos 31 municípios que compunham a região, apenas Erechim, município pólo, tinha predomínio populacional no meio urbano. Os demais concentravam sua população no meio rural, em comunidades caracterizadas pelo espírito religioso e pela participação comunitária, o que contribuiu muito para o trabalho dos setores progressistas da Igreja Católica.

Tratar-se-ão de temas de grande abrangência, entre eles as transformações sofridas pela Igreja Católica pós Concílio Vaticano II, Medellín e Puebla, a contextualização do período que marca a redemocratização do Brasil com a atuação do Estado e de setores da sociedade civil e o processo de grandes mudanças no campo social e político. Portanto, coloca-se a necessidade e a condição de aprofundar somente elementos que contribuíram para a formação do contexto social do país relacionando-os com o contexto social regional.

O presente estudo é um grande desafio que nos propomos a vencer, visto que aborda um tema de fundamental importância para a História do Brasil, já aprofundado por destacados autores que ainda investigam e elaboram em torno do assunto. Por isso, muito mais que criar novos conceitos, serão valorizados os já existentes para fundamentar e relacionar com a pesquisa empírica local, que é o objetivo central deste trabalho.

O objeto pesquisado não é produto de um campo farto de pesquisas. Pelo contrário, há um terreno fértil a ser explorado e revelado - o que motiva a investigação. Reafirmamos o desejo de contribuir para o estudo, pesquisando, investigando, relacionando, fundamentando, construindo uma elaboração que possa ser um passo importante para o estudo da História Regional e a compreensão do contexto social dos tempos atuais.

² No desenvolvimento do trabalho, serão encontradas as expressões: “Região Alto Uruguai” e “Diocese de Erechim”. Compreendem o mesmo espaço geográfico formado por 31 municípios, segundo dados do IBGE.

Para a presente análise, é fundamental entender que o contexto social do final da década de 1970 sofre a influência de diversos atores que, ou estão comprometidos com a manutenção do sistema político e econômico do país, ou defendem um conjunto de mudanças. A principal mudança desejada era a abertura política e a conquista de direitos para a maioria da população, a qual vivia à margem dos benefícios que o sistema capitalista, através do Estado autoritário, concedera a uma pequena parcela da sociedade brasileira.

A transição política da ditadura para a democracia exige uma análise sob dois pontos de vista. Em primeiro lugar sob a ótica do Estado Brasileiro, pois os governos militares implementaram ações no campo político e econômico sempre acompanhadas de uma estratégia que garantisse a manutenção do poder político e o seu projeto de desenvolvimento. A outra referência de análise é sob o enfoque da sociedade civil organizada, através das organizações sociais, sindicais, dos setores progressistas da Igreja Católica, dos partidos de oposição e das muitas manifestações que, na maioria das vezes, mesmo de forma desarticulada, contribuíram para criar e difundir idéias e valores que penetraram em diferentes setores da sociedade brasileira e aceleraram o processo pela redemocratização do país.

Se por um lado o objetivo do Estado neste período era manter o “poder político” sob seu controle; por outro, o sindicalismo combativo, as pastorais sociais, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), entre outros, articulados com os partidos políticos de oposição como o PT, PC do B, PCB, PDT e PMDB queriam conquistar este “poder”. Não simplesmente para redemocratizar o Brasil, o que não deixava de ser um de seus grandes anseios, mas, concretamente, para implementar políticas públicas objetivando diminuir as desigualdades sociais, a concentração de terra, garantir o direito à educação, à saúde, ao emprego, à cultura e as demais políticas públicas que, nas mãos dos militares, eram um instrumento para a manutenção do poder político.

A segunda metade da década de 1970 pode ser entendida como o período em que as organizações sociais populares se restabeleceram, ganharam força, e uma nova conjuntura social e política passou a ser construída. A fase anterior, marcada pelo modelo político e econômico dos primeiros dez anos de ditadura, foi o momento em que o país viveu sua fase de repressão e internacionalização da economia simultaneamente ao crescimento econômico e à euforia política. No entanto, este período se encerra com o regime militar em crise devido ao fim do chamado “Milagre Econômico”, em 1974.

Com relação ao modelo de desenvolvimento, o planejamento dos governos militares objetivava grandes conquistas modernizadoras, principalmente, nos setores da infraestrutura. Por isso, consideráveis investimentos do Estado foram aplicados em setores básicos da economia, como no setor energético, no qual criaram-se gigantescas usinas hidrelétricas. Nos transportes, houve um grande crescimento da rede rodoviária, a modernização do setor aeronáutico e da indústria naval. Nas comunicações, houve o aperfeiçoamento e a expansão do sistema de comunicações brasileiro.

Após duas décadas desse modelo sócio-político-econômico implantado pelos militares, o país apresentava uma enorme dívida externa e altos índices de inflação, concentração de terra e renda, desigualdades sociais e desemprego, dominação do capital estrangeiro, analfabetismo, um saldo de desaparecidos e torturados e uma sociedade à margem das decisões políticas do governo.

Com o resultado catastrófico deste período, seja na área social, econômica, cultural ou política, significativos setores da sociedade civil passaram a dar a sua contribuição para a abertura democrática. A partir deste contexto, Conceição Paludo coloca:

Apesar de todas as dificuldades, os movimentos sociais populares estão aí e definem de forma autônoma os direitos a serem defendidos: ao trabalho, à terra, à moradia, à saúde, e continuam lutando pelo seu reconhecimento. As esquerdas também se fazem presentes, trazendo importantes contribuições na democratização do Estado. Os setores progressistas da Igreja voltam a se posicionar publicamente e a CNBB tem tido papel de destaque. Questões referentes à destruição da natureza, discriminações étnicas – principalmente negros – e de gênero, privatização do público etc ganham cada vez mais visibilidade e desaprovação por parte de uma sociedade que já demonstra estar mudando sua cultura. Muitos intelectuais orgânicos persistem na sua convicção de que é preciso transformar a sociedade – fins e meios.³

Escritores e intelectuais escrevem denunciando as práticas autoritárias e repressivas do governo; os sindicatos urbanos se fortalecem e ressurgem as grandes greves operárias contra o achatamento dos salários; os sindicatos dos trabalhadores rurais mobilizam-se exigindo melhores preços, menores juros e uma política agrícola para os pequenos agricultores; os movimentos populares desenvolvem várias lutas pela conquista de direitos, nasce o (MST) Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra e o (MMTR) Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais; a Igreja Católica passa a organizar a (CEBs) Comunidades

³ PALUDO, Conceição. *Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático popular*. Porto Alegre: Tomo Editorial, Camp, 2001, p. 132.

Eclesiais de Base, a Pastoral da Terra e da Juventude; partidos políticos fazem a interlocução com as lutas sociais e a mediação com o Estado.

Foi, justamente, em contraposição aos desdobramentos do projeto de modernidade implementado pelo Estado brasileiro nas décadas de 1970/80 que se constituiu um conjunto de organizações sociais, políticas, culturais e religiosas. As OSP deram continuidade, através da educação popular, ao aprofundamento de concepções e práticas que procuraram articular a democracia com a justiça social. Dessa perspectiva, Brandão destaca que a Educação Popular

[...] perde sua característica original de movimento emergente de educadores e se redefine como um trabalho político de mediação a serviço de projetos, sujeitos e movimentos populares de classe ou, então, tendentes a isso. A possibilidade histórica da construção de uma nova hegemonia no interior da sociedade capitalista dependente é o horizonte da educação popular.⁴

O conjunto das OSP representa a articulação e a congregação de forças político-culturais com capacidade de intervenção política e organizativa. Assume o viés da luta pela democratização formal e pelo aprofundamento da democracia, que consiste na partilha do poder político, econômico e cultural.

A dimensão do “Político” é entendida por Leonardo Boff da seguinte forma:

A política no sentido global: tudo o que se refere à sociedade (polis antiga) como o Estado (com seus aparatos), as instituições civis, sindicatos, organizações econômicas, culturais, religiosas. A Igreja tem relevância política; sentido amplo: são as várias concepções (ideológicas) de organização social: capitalismo, socialismo, marxismo, solidarismo, social-democracia etc.; cada uma destas concepções tem sua visão do homem e da sociedade. A Igreja e a vida religiosa participam desta instância, porque possuem e veiculam sua visão de mundo e de homem; a política: é o campo da atividade humana que se destina à administração ou transformação da sociedade humana, mediante a conquista e exercício do poder do Estado. Este se organiza em partidos que têm suas doutrinas, suas estratégias e táticas. Politização: toda atividade orientada para a educação do povo, dentro da responsabilidade social, seja na dimensão do bem comum, seja na dimensão de participação política, dentro dos partidos políticos ou outras organizações. Politicagem e politiquice: é a corrupção da atividade política, quando o aparato estatal e o poder social são colocados a serviço dos interesses particulares ou de grupos de pessoas; é sinônimo de demagogia, manipulação da opinião pública.⁵

⁴ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Educação alternativa na sociedade autoritária. In: PAIVA, Vanislida (Org). *Perspectiva e dilemas da educação popular*. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p. 37.

⁵ BOFF, Leonardo. *A fé na periferia do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1978, p. 73.

Diante deste contexto nacional e não separado do mesmo, a conjuntura da região Alto Uruguai revela, nesta fase de abertura política, a atuação dos setores progressistas da Igreja Católica. Isto ocorre através de um amplo trabalho de formação de lideranças em toda a Diocese de Erechim,⁶ especialmente entre os jovens, e um elevado grau de organização social com a criação de muitas organizações sociais populares com intervenção junto ao meio sindical, ao cooperativismo, aos movimentos populares, com o apoio dos setores progressistas da Igreja Católica.

Este estudo significa uma tentativa de reconstrução de um dos períodos mais desafiadores da História local. Justifica-se, em primeiro lugar, porque a formação do conjunto das OSP na região foi uma obra coletiva em meio ao regime militar, a qual envolveu atores como padres, irmãs e lideranças leigas. Significou o despertar para a realidade social e a luta por um novo projeto de sociedade. O alicerce desta obra vem sendo fundamental para a ampliação das organizações populares até os dias do hoje. Em segundo lugar porque esta construção se dá numa região carente de políticas governamentais, caracterizada pela pequena propriedade, por famílias numerosas, com dificuldades financeiras; mas que, pela sua religiosidade, diante do novo trabalho social dos setores progressistas da Igreja Católica, mudam a sua forma de ler e interpretar o mundo.

Buscando conduzir a análise com aspectos da conjuntura local e nacional, o trabalho está assim organizado:

No primeiro capítulo analisaremos como os governos militares trabalharam, no plano político, o período de repressão e autoritarismo e, simultaneamente, a fase lenta e gradual de abertura política; bem como, a atuação das organizações da sociedade civil que se opuseram ao regime militar e lutaram pela redemocratização do Brasil. Por isso, será verificado de que maneira as forças opositoras, representadas pelo movimento estudantil, pelos setores progressistas da Igreja Católica, pelo novo sindicalismo, pelos partidos de oposição, movimentos populares, artistas, escritores, compositores, cantores e diferentes segmentos da sociedade civil, desenvolveram suas ações, as principais lutas, quais os sujeitos sociais e políticos constituídos, os avanços, os retrocessos e a reação do Estado frente a estes movimentos oposicionistas.

O objetivo neste capítulo é ter a compreensão sobre como o Estado relacionou as práticas repressivas com as ações democratizantes, mantendo o controle social e político

⁶ A história da Diocese de Erechim tem sua origem em Santa Maria. As paróquias locais pertenciam a mesma, entre 1910 e 1950; em 1951 passou a pertencer a Passo Fundo e em 1971 tornou-se Diocese.

das forças que se opuseram ao regime; e, de que maneira, através do institucional, planejou e conduziu a transição. Também analisar a atuação dos atores da sociedade civil contrários ao regime e como constituíram-se como base para a formação das novas organizações sociais populares na década de 1980.

No segundo capítulo, procurando compreender o contexto local e ao mesmo tempo relacionando com a conjuntura nacional nesta fase da redemocratização do país, aborda-se a contribuição dada pelos setores progressistas da Igreja Católica para o surgimento de inúmeras lideranças sociais e políticas na região Alto Uruguai do Rio Grande do Sul e a formação de um novo contexto social. As questões centrais serão: Quais foram as ações desenvolvidas que desencadearam um amplo trabalho de formação, especialmente entre os jovens que passaram a atuar nos movimentos sociais populares, no meio sindical e no campo político? Como os setores progressistas da Igreja Católica, através do trabalho das pastorais sociais, passaram a relacionar fé e justiça social? Qual foi o comportamento do clero, as divergências internas, a posição do Bispo Diocesano neste período de mudanças, as diretrizes da CNBB a partir do Concílio Vaticano II e principalmente das Conferências de Medellín e Puebla? Também, será analisada a atuação dos espaços coletivos de debate, como o Esquema Dois e o Grupo Paulo VI, formados por lideranças católicas que planejavam ações visando a transformação da realidade local. O objetivo é identificar como, a partir da atuação dos setores progressistas da Igreja Católica, surgem um conjunto de lideranças sociais e políticas que fazem análise de conjuntura, multiplicam o trabalho de formação e criam um campo de idéias e objetivos comuns na região Alto Uruguai.

No terceiro capítulo, a abordagem refere-se aos resultados produzidos pelo trabalho de formação realizado pelos setores progressistas da Igreja Católica através das pastorais sociais, entre o final da década de 1970 e durante a década de 1980. Foi com a contribuição deste trabalho que surgiram as lideranças e, a partir das mesmas, vários movimentos sociais populares na região Alto Uruguai, como a Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB), o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), o movimento das Oposições Sindicais no meio Rural e Urbano, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Centro de Educação Popular (CEPO) e a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) na maioria dos municípios da região, formando um tecido social que buscou articular e construir princípios e estratégias de ação política. O objetivo deste capítulo é analisar como se deu a formação e/ou a conquista dessas organizações e a contribuição dos setores progressistas da Igreja Católica em cada processo, identificando as lideranças que se engajaram.

A pesquisa empírica realizada contou com a colaboração de lideranças religiosas, sociais e políticas. Em boa parte, as mesmas são resultado do trabalho de formação que se desenvolveu no final da década de 1970 e durante a década de 1980; exerceram destacada atuação no espaço interno da Igreja (implementando as novas diretrizes) e no trabalho pastoral voltado à realidade social e se engajaram em diferentes organizações sociais populares da região.

Por fim, este trabalho consiste numa reflexão sobre aspectos singulares de um período recente e de um campo de ação social e política. Acreditamos que a observação e análise das particularidades, que nós mesmos produzimos a partir de cada contexto, possam significar um passo a mais na direção de definições que fazem parte da reconstrução do conhecimento histórico.

CAPÍTULO 1

O CONTEXTO BRASILEIRO: DO GOLPE À REDEMOCRATIZAÇÃO



Fonte: Centro de Educação Popular

Figura 1 – Brigada Militar vigiando uma manifestação de trabalhadores em Erechim, na década de 1980.

Com o propósito de aprofundar elementos do campo Histórico, mais especificamente da História política, tem-se como grande objetivo melhor entender os processos regionais de organização de categorias e grupos sociais que historicamente buscaram o protagonismo. Por isso, será feita uma abordagem sobre a conjuntura política nacional nesta fase de transição, buscando relacionar com o contexto social.

Abordando elementos políticos e sociais da conjuntura nacional, analisar-se-á, neste primeiro capítulo, como o Estado relacionou as práticas repressivas com as ações democratizantes procurando manter o apoio da sociedade civil e o controle sócio-político

sobre as forças que se opuseram ao regime. Também procuraremos entender como vários segmentos da sociedade civil reagiram ao autoritarismo e à repressão, constituindo nas décadas de 1970 e 1980 um campo de lutas que contribuiu para a conquista de direitos e para a redemocratização do país. Abordar-se-á o papel que os setores progressistas da Igreja Católica desempenharam através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e de outras pastorais sociais, tendo como doutrina a Teologia da Libertação; como o Movimento Estudantil tornou-se um dos responsáveis pela retomada das mobilizações políticas; como ocorreu a rearticulação do Movimento Sindical com o fortalecimento do novo sindicalismo e a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT); e como ocorreu a proliferação dos Movimentos Sociais Populares.

O objetivo é ter a compreensão sobre como o Estado planejou e conduziu a transição, que ações impediram ou facilitaram o protagonismo das organizações opositoras ao regime no processo pela redemocratização do país, como ocorreu o revigoramento das forças sociais populares e a consolidação de novos valores e de um campo de lutas.

1.1 A Ditadura Militar

O movimento que culminou com a implantação da Ditadura Militar de 1964 constituiu-se com maior solidez a partir do governo de Jânio Quadros, em 1961. A vitória eleitoral de Jânio⁷ foi conseqüência da simpatia que desfrutava junto às massas populares, prometendo, durante sua campanha política, varrer toda a sujeira da administração pública.

A UDN (União Democrática Nacional), oposição conservadora o apoiou na disputa presidencial de 1960 apenas para derrotar a aliança PTB-PSD, com a qual o “Varguismo” pretendia se perpetuar no poder. O seu vice na presidência, João Goulart,⁸ pertencia ao (PTB) Partido Trabalhista Brasileiro. Pela Constituição de 1946, a escolha do presidente e a de seu vice não estavam vinculadas.

⁷ Em 1960, 5,6 milhões de brasileiros haviam votado em Jânio Quadros, um demagogo que fizera a campanha eleitoral usando a vassoura como símbolo. Jânio prometera varrer a ordem política de que Jango era produto. Em GASPARI, Élio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 47.

⁸ Goulart teve 4,5 milhões de votos. Seus dois adversários, Milton Campos e Fernando Ferrari, ambos montados num discurso moralizador, somaram 6,3 milhões. Em BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o udenismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p.110.

No plano interno, Jânio revelava suas idéias contrárias ao comunismo e sua disposição de manter o país aberto ao capital estrangeiro. No plano externo, entretanto, procurou realizar uma política independente, que o levou a aproximar-se de países socialistas, como a China e a União Soviética. Essa política externa foi duramente criticada pela oposição conservadora. A revolta oposicionista atingiu seu ponto culminante em 19 de agosto de 1961, quando Jânio Quadros condecorou o ministro da economia de Cuba, Ernesto Che Guevara, com a mais importante comenda brasileira, a Ordem do Cruzeiro do Sul. A homenagem prestada por Jânio ao famoso líder da Revolução Socialista Cubana, tão odiada pelos Estados Unidos, fez com que Carlos Lacerda, que era líder oposicionista da UDN, acusasse o governo brasileiro de estar abrindo as portas ao comunismo. Não resistindo às pressões políticas, Jânio Quadros renunciou em dia 25 de agosto de 1961. Com a renúncia de Jânio, a presidência da república deveria ser ocupada pelo vice-presidente eleito, João Goulart. Este, porém, estava em visita oficial à China Comunista e a mesma foi entregue a Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados.

A oposição udenista aproveitou-se da situação para tentar impedir a posse de João Goulart (Jango), acusando-o de ser “perigoso comunista”. Dois grupos políticos, com interesses divergentes formaram-se em relação à posse de João Goulart. Contrários à posse estavam ministros militares, udenistas, grandes empresários nacionais e estrangeiros. Favorável à posse reunia-se a grande parcela dos sindicalistas e trabalhadores, profissionais liberais, pequenos empresários. Para representar o grupo dos favoráveis à posse, foi organizada a Frente Legalista, que pretendia garantir o cumprimento da lei constitucional. Nascida no Rio Grande do Sul, era liderada pelo governador desse estado, Leonel Brizola.

Conforme René Armand Dreifuss:

A tentativa de evitar que João Goulart tomasse posse foi travada pela burguesia industrial de porte médio, pelos setores agrários do sul do país e por políticos tradicionais que se opunham às demandas dos militares da ESG e aos interesses multinacionais e associados. Chegou-se a um acordo, fixando-se a presidência a um programa de inspiração pessedista e impondo-se regime parlamentar que, efetivamente, limitou o poder de João Goulart. A estrutura populista logrou êxito em sua tentativa de refrear João Goulart e em conter o bloco modernizante-conservador, que começou a procurar outras soluções para o impasse.⁹

⁹ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 130.

O confronto entre esses dois grupos poderia levar o país a uma guerra civil. Para que isso não ocorresse, foi negociada uma solução: o vice-presidente assumiria o poder, desde que aceitasse o sistema parlamentarista. Jango assumiu a presidência com poderes limitados e vigiados pelo Congresso Nacional, pois dividiu o poder executivo com Tancredo Neves, primeiro-ministro indicado pelo legislativo. Reis Filho¹⁰ coloca que “se impôs um parlamentarismo “híbrido”: a um presidente enfraquecido associava-se um Parlamento fraco, ou seja, era um convite para o caos.”

A emenda constitucional que estabeleceu o parlamentarismo previa que esse sistema de governo deveria ser referendado por um plebiscito. Em 06 de janeiro de 1963, realizou-se o plebiscito, sendo aprovada a volta do presidencialismo por mais de 80% dos votos. Sendo assim, Jango assumiu plenamente o poder presidencial, reforçando a sua linha de governo de tendência nacionalista e política externa independente.

Um conjunto de medidas políticas, denominadas reformas de base, foi anunciado por Jango. Entre elas destacaram-se as reformas agrária, urbana, educacional, eleitoral e tributária. Além das reformas, procurou colocar sob controle o capital estrangeiro, através da Lei de Remessa de Lucros, que limitava o envio de dólares das empresas multinacionais para o exterior. A aprovação dessa lei provocou enorme reação entre representantes das multinacionais, políticos entreguistas e imprensa defensora dos interesses estrangeiros.

O governo nem conseguia o pleno respaldo das classes populares e trabalhadoras, nem se legitimava face ao conjunto das classes dominantes. A esquerda julgava que as medidas do presidente eram insuficientes para alterar o quadro social do país e a direita o acusava de corrupto, de preparar um golpe de Estado e de conduzir o país ao regime comunista.

Couto descreve:

O Brasil começa o ano de 1964 carregado de ameaças. A instabilidade política alcança o auge. A governabilidade é frágil. Há muita tensão, apreensão e medo. Politicamente, o país é um vulcão prestes a explodir. Economicamente enfrenta recessão e inflação crescentes. A crise é complexa e profunda. Direita e esquerda temem golpe.¹¹

¹⁰ REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 326.

¹¹ COUTO, Ronaldo Costa. *Memória viva do regime militar – Brasil: 1964-1985*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 17.

O Congresso, com maioria conservadora, mostrava-se disposto a bloquear os projetos de reforma. A agitação política e social tomou conta do país. Segundo Gaspari:

Havia dois golpes em marcha. O de Jango viria amparado no ‘dispositivo militar’ e nas bases sindicais, que cairiam sobre o Congresso, obrigando-o a aprovar um pacote de reformas e a mudança das regras do jogo da sucessão presidencial. Se o golpe de Jango se destinava a mantê-lo no poder, o outro destinava-se a pô-lo para fora.¹²

A partir das reformas de base anunciadas, os setores populares fizeram greves políticas em apoio às mesmas. Contra as reformas e o governo, as classes dominantes organizaram em várias cidades as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, que eram passeatas de senhoras da elite católica, autoridades civis e parte da classe média. A conjuntura política era de radicalização. A esse respeito Martinho coloca:

As esquerdas exigiam que o presidente realizasse as reformas imediatamente, desconhecendo a maioria pessedista no Congresso Nacional. Também avançando no processo de radicalização, grupos políticos, empresariais e militares de direita articulavam-se para conspirar contra o governo. Foi com a desconfiança dos grupos dominantes comprometidos com os capitais estrangeiros e sem o apoio do PSD, que Jango adotou a estratégia de realizar uma série de comícios com o objetivo de mobilizar os trabalhadores contra o Congresso, obrigando desse modo a aprovação das reformas de base no Congresso.¹³

Os setores conservadores das elites políticas e empresariais, receosos de perderem seus privilégios, atentaram contra as instituições democráticas e no dia 31 de março de 1964 coordenaram a rebelião das Forças Armadas contra o Governo de João Goulart. O movimento militar teve início em Minas Gerais e rapidamente contou com a adesão de outras unidades militares de São Paulo, Rio Grande do Sul e do antigo estado da Guanabara (Rio de Janeiro). Sem condições de resistir ao golpe, o presidente João Goulart deixou Brasília, em 1º de abril de 1964, passando pelo Rio Grande do Sul e, em seguida, foi para o Uruguai como exilado político. Terminava o período democrático e começava a ditadura militar.

¹² GASPARI, op. cit., p. 51.

¹³ MARTINHO, Francisco Carlos Palomares. *Democracia e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro. EDUERJ, 2006, p. 98.

1.1.1 O controle social e político dos militares

O período entre 1964 e 1985 compreendeu o mais longo período que os militares permaneceram no poder em toda a história brasileira. As Forças Armadas, com o apoio das forças políticas conservadoras, planejaram e efetivaram a tomada do poder político com a premissa de restabelecer a ordem e evitar o comunismo,¹⁴ prometendo logo após devolver o poder aos civis e retornar aos quartéis. Em nome da “legitimidade da revolução”, os governos militares promoveram a concentração de poderes. Gradativamente, ocorreu uma militarização do Executivo e, posteriormente, dos demais setores sociais. A respeito deste tema, Alexandre A. Stephanou afirma:

Entende-se por militarismo o domínio dos militares em relação aos civis, a intervenção direta dos militares na política, a mudança do papel original das Forças Armadas, o uso indevido das funções militares. O contrário do militarismo é o poder dos civis. A militarização de um setor ou de uma instituição é quando os valores militares são impostos ou assimilados em detrimento dos valores que anteriormente vigoravam. O complexo problema das relações entre civis e militares em início com a profissionalização dos militares, processo que determina o fim da subordinação dos mesmos aos governantes civis. Com a profissionalização, os militares adquirem habilidades e conhecimentos técnicos e se organizam em uma instituição com normas e regulamentos próprios, o que os separa dos demais grupos e instituições sociais. (...) O estímulo para a intervenção militar se dá quando a sociedade atravessa um período de suposto processo de desintegração social, onde somente as Forças Armadas teriam condições de restabelecer a ordem e a disciplina. Os militares se consideram servidores do Estado e da Nação mais do que um governo particular e podem identificar os valores de sua instituição com os fins de proteção e de segurança da sociedade, inclusive pelo medo de que mudanças na ordem constituída possam prejudicá-los. A intervenção dos militares na política geralmente é interpretada como sintoma da decadência da classe política e do poder de organização da sociedade civil.¹⁵

Durante os vinte e um anos de duração do regime militar, sucederam-se períodos de maior ou menor racionalidade no trato das questões políticas. Foram duas décadas de aberturas e endurecimentos. Foi o período marcado pela censura às manifestações culturais

¹⁴ A idéia de que foi para barrar o avanço do comunismo que o golpe militar de 1964 foi desfechado aparece nos depoimentos dos militares na obra: D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Ary Dillon; CASTRO, Celso (Org.). *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. Também é trabalhada por SOARES, Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina. (Org.). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994, p. 9-51.

¹⁵ STEPHANOU, Alexandre Ayub. *Censura no regime militar e militarização das artes*. Porto Alegre: Edipucrs, 2001. p. 152, Coleção História 44.

e à imprensa, suspensão de direitos políticos, repressão aos movimentos de oposição, principalmente aos de esquerda, cassações, prisões e torturas integraram-se a vida brasileira. O esfacelamento do poder civil com o enfraquecimento das instituições e organizações da sociedade civil concedeu as prerrogativas necessárias para que o golpe fosse bem sucedido, implementando, deste modo, um novo projeto político, administrativo, cultural e econômico, estabelecendo um conjunto de leis, regras e valores que se enraizaram na sociedade brasileira.

Com a deposição de João Goulart, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, ocupou provisoriamente o cargo de presidente da república, mas, na realidade, o controle da situação política do país encontrava-se nas mãos dos grandes líderes militares.

A primeira medida autoritária foi o decreto do Ato Institucional nº1, que dava ao Executivo, durante seis meses, poderes para cassar mandatos de parlamentares, suspender direitos políticos de quaisquer cidadãos, modificar a Constituição e decretar o Estado de Sítio sem a aprovação do Congresso. No segundo dia em que vigorava o AI-1, o Congresso Nacional foi reunido e, sob pressão dos militares, elegeu para a presidência da república o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.

Castelo Branco recebeu grande apoio dos Estados Unidos e, em troca desse apoio, o governo assumiu posições favoráveis aos interesses do capitalismo norte-americano; declarou-se inimigo feroz das idéias “socialistas” ou “comunistas”, promovendo forte repressão policial contra várias entidades sociais, entre elas diversos sindicatos (que foram fechados) e a União Nacional dos Estudantes - UNE, que foi invadida. Através das reformas financeira, fiscal e administrativa foram lançadas as bases para o modelo capitalista pretendido, no qual a economia se assentaria no tripé: capital multinacional, grande capital nacional e capital estatal. Segundo Tavares:

A reforma administrativa, por um lado, deixou intocado o serviço público direto, justamente o que atende a necessidades básicas da população, em saúde, educação e justiça. Por outro lado, modernizou a administração indireta – empresas públicas, mistas e autarquias – criando as ‘modernas burocracias estatais remuneradas’, que ficavam ‘totalmente fora do controle social ou parlamentar’.¹⁶

¹⁶ TAVARES, Maria da Conceição; ASSIS, J. Carlos de. *O grande salto para o caos; a economia política e a política econômica do regime autoritário*. Rio de Janeiro, Zahar, 1985, p. 12 e 14.

Significou o abandono às políticas públicas que beneficiariam a maioria da população brasileira e a priorização aos grandes investimentos por parte do Estado e do capital estrangeiro no país.

Com o resultado das eleições em 1965, em que as oposições ao regime militar conseguiram significativas vitórias, o governo decretou o Ato Institucional nº 2, o qual conferia poderes para o presidente cassar mandatos e direitos políticos, extinguiu todos os partidos políticos existentes e criava apenas dois: um para apoiar totalmente o governo (ARENA – Aliança Renovadora Nacional) e outro para fazer uma oposição bem-comportada (MDB – Movimento Democrático Brasileiro). Foi criada também a Lei de Segurança Nacional, que enquadrava como inimigos da pátria aqueles que se opunham à ditadura militar.

O Ato Institucional nº 3 veio logo depois e estabelecia o fim das eleições diretas para governadores e prefeitos das capitais. A partir de então, os governadores seriam indicados pelo presidente para a aprovação das Assembléias Legislativas. E os prefeitos seriam indicados pelos governadores.

Decretou-se também o Ato Institucional nº4, que dava ao governo poderes para elaborar uma nova Constituição. A Constituição de 1967 tinha como principal objetivo fortalecer o poder do Presidente da República e enfraquecer o Legislativo e o Judiciário.

Outro importante instrumento de controle utilizado pelos militares foi o Serviço Nacional de Informações (SNI). Criado pelo general Golbery do Couto e Silva em 1964, atuava com serviço de informações, centralizado, bem dotado de meios e recursos,¹⁷ valendo-se de agentes e órgãos de busca de toda espécie. Suas fichas destinavam-se, sobretudo, a relacionar funcionários públicos, dirigentes sindicais, redatores da imprensa esquerdistas e signatários de manifestos políticos.

Lieuwen detalha o comportamento dos militares no poder ao colocar que:

Os governos militares (...) só puderam manter-se no poder com métodos tirânicos. Organizaram, por isso, polícias secretas, ostensivamente com o objetivo de ‘impor a lei’, mas na realidade para estrangular a oposição. Embora tais métodos fossem evidentemente contrários à liberdade e à democracia, o expediente político levou os militares a colocar seu despotismo por trás de uma fachada constitucional.¹⁸

¹⁷ Anotação de Golbery ao texto do projeto de criação do SNI: “Verba – caráter secreto mínimo Cr\$150 milhões”. Admitindo-se que Golbery tenha conseguido o piso de 150 milhões de cruzeiros, o SNI nasceu com um caixa de pelo menos 3,4 milhões de reais, ou 1,42 milhões de dólares, em dinheiro de janeiro de 2002. APGCS/HF.

¹⁸ LIEUWEN, Edwin et al. *Militarismo e política na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964, p. 11, 27.

Com essas mudanças em nossas instituições jurídicas e políticas, o movimento militar de 1964, progressivamente, revelou sua face autoritária. Ao final do governo Castelo Branco em 1967, o alto Comando Militar escolheu como novo presidente: o marechal Artur da Costa e Silva, que era o ministro da Guerra.

As manifestações públicas contra a ditadura militar cresceram no país durante o governo do marechal Artur da Costa e Silva. Apesar da violenta repressão policial, estudantes saíram às ruas em passeatas, operários organizaram greves contra o arrocho salarial, políticos mais corajosos faziam discursos atacando a violência da ditadura, padres progressistas pregavam contra o fome do povo e a tortura, que passou a ser praticada pelos órgãos de segurança contra os adversários da ditadura.

Diante das pressões da sociedade em favor da democracia, o governo militar decretou o Ato Institucional nº5, o mais terrível instrumento de força lançado pelo regime militar. Conferia ao Presidente da República poderes totais para reprimir e perseguir as oposições. Ele podia fechar o Congresso Nacional, as Assembléias Legislativas e as Câmaras de Vereadores; legislar em todas as matérias durante o fechamento dos órgãos parlamentares, intervir nos estados e nos municípios sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais ou municipais; demitir, aposentar, remover funcionários públicos; restringir as liberdades individuais e suspender a garantia do habeas-corpus. Utilizando o AI-5, o governo prendeu milhares de pessoas em todo o país, fechou o Congresso Nacional por prazo indeterminado e cassou o mandato de 110 deputados federais, 160 deputados estaduais, 163 vereadores e 22 prefeitos. Além disso, afastou quatro ministros do Supremo Tribunal Federal. Sobre a implantação do AI-5, Marly Rodrigues aponta:

Com o AI-5, a resistência à ditadura retraiu-se. As manifestações culturais - especialmente o teatro, a música e a literatura - passaram a ser um campo importante para o protesto dos liberais e da esquerda moderada. A esquerda radical escolheu a resistência armada, as guerrilhas urbana e rural foram reprimidas por completo até 1973.¹⁹

A existência de toda essa legislação arbitrária parecia preocupar o presidente Costa e Silva, que não queria passar à história como o criador do Ato Institucional nº 5. Por isso,

¹⁹ RODRIGUES, Marly. *O Brasil da abertura: de 1974 à constituinte*. São Paulo: Atual, 1990, p. 4.

confiou ao seu vice-presidente, Pedro Aleixo, que se pronunciou contra o AI-5, a missão de elaborar uma nova Constituição para o país. A nova Carta Magna estava praticamente concluída quando o presidente Costa e Silva foi obrigado a deixar o cargo, vitimado por uma trombose. Uma Junta Militar assumiu o poder impedindo que Pedro Aleixo ocupasse a presidência da república e levasse avante o projeto de fazer o país retornar à legalidade constitucional. Conforme Couto,²⁰ os ministros do Exército, Marinha e Aeronáutica golpeiam a posse do vice-presidente constitucional, o jurista e político mineiro Pedro Aleixo, opositor do AI-5.

A Junta Militar governou durante seis meses (31 de agosto a 22 de outubro de 1969). Nesse período, alterou profundamente a Constituição de 1967, dando origem ao novo texto constitucional de 1969. Reconhecendo a impossibilidade de recuperação física de Costa e Silva, a Junta Militar declarou seu mandato extinto, indicando como seu sucessor o general Emílio Garrastazu Médici.

O governo Médici (1969-1974) foi o “campeão” do poder ditatorial e da violência repressiva contra as organizações e pessoas contrárias ao regime. Os direitos fundamentais do cidadão estavam suspensos, e qualquer um podia ser preso se fosse do desejo do governo. Nas escolas, nas fábricas, na imprensa, nos teatros, a sociedade brasileira sentia a mão de ferro da ditadura. Para encobrir sua face cruel, o governo gastava milhões de cruzeiros em propaganda demagógica destinada a melhorar sua imagem junto ao povo. Um dos slogans dessa propaganda dizia: “Brasil – ame-o ou deixe-o”, que na prática, significava “apóie o regime militar ou abandone o país”.

Sobre o autoritarismo, Norberto Bobbio descreve:

Nos regimes autoritários a penetração-mobilização da sociedade é limitada: entre Estado e sociedade permanece uma linha de fronteira muito precisa. Enquanto o pluralismo partidário é suprimido de direito ou de fato, muitos grupos importantes de pressão mantêm grande parte da sua autonomia e por conseqüência o Governo desenvolve ao mesmo em parte uma função de árbitro a seu respeito e encontra neles em limite para o próprio poder. Também o controle da educação e dos meios de comunicação não vai além de certos limites. Muitas vezes é tolerada até a oposição, se esta não for aberta e pública. Para alcançar seus objetivos, os Governos autoritários podem recorrer apenas aos instrumentos tradicionais do poder político: exército, polícia, magistratura e burocracia.²¹

²⁰ COUTO, op. cit., p. 20.

²¹ BOBBIO, Norberto; MATTECCI, Íncola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: UnB, 1986, p. 100.

Os meios de comunicação – jornais, livros, revistas, discos musicais, peças de teatro eram vigiados pela polícia, e tudo o que desagradasse ao governo era severamente censurado. Juliana Gazzoti, transcrevendo Octávio Ianni, destaca:

[...] entre 1964-78, qualquer atividade intelectual, jornalística, artística ou científica, podia ser encarada como algo que prejudicava ou irritava os governantes. A atividade do intelectual seja ela de que tipo for, podia ser tomada como incômoda, ou então perigosa, em si ou potencialmente. Daí a política cultural do governo que reprimia a atividade intelectual realizada fora do seu alcance. A necessidade de discussão, pesquisa, controvérsia, crítica e da liberdade de informação para toda a atividade jornalística, artística ou científica não era tolerada pelo Estado que detinha o monopólio da única interpretação que ele próprio considerava válida para o conjunto da sociedade.²²

Surgiram vários grupos de guerrilheiros que passaram a realizar diversos assaltos a bancos em busca de dinheiro para financiar a luta política, seqüestraram diplomatas estrangeiros para trocá-los por companheiros presos que estavam sendo torturados nos porões dos órgãos de segurança. Entre os mais famosos líderes guerrilheiros desse período citam-se o ex-deputado comunista Carlos Marighela, o ex-capitão Carlos Lamarca e Osvaldo Orlando da Costa. Todos esses líderes e seus grupos foram esmagados pela repressão militar.

Em fins de 1971 foi aprovado o I PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), que abrangia uma série de investimentos no campo siderúrgico, petroquímico, de transporte e de energia elétrica, além do PIN (Programa de Integração Nacional). Implantou-se o MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), destinado à alfabetização de adultos. O governo deu ênfase à construção de grandes obras: iniciaram-se as construções da rodovia Transamazônica e da ponte Rio-Niterói. Com todas estas iniciativas, gerou-se um clima de grande euforia. Era tamanho o entusiasmo governamental que essa época ficou conhecida como o período do “milagre brasileiro”: a economia cresceu a altas taxas anuais tendo como base o aumento da produção industrial, o crescimento das exportações, o incentivo e a acentuada utilização de capitais externos. Em contrapartida, o governo adotou uma rígida política de arrocho salarial, contra a qual os trabalhadores e os sindicatos não podiam reagir. Couto²³ revela que os movimentos sindical e estudantil perderam força,

²² IANNI, Octávio apud GAZZOTI, Juliana. *Veja e os governos militares (68/85)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Carlos, 2001, p. 29.

²³ COUTO, op. cit., p. 21.

contidos pela repressão, emudecidos pela censura à imprensa e ofuscados pela euforia e pelo triunfalismo econômicos, habilmente capitalizados pelo governo.

1.1.2 O fim do milagre e o início da abertura

O crescimento econômico brasileiro estava condicionado a uma conjuntura internacional favorável, porém momentânea e excepcional. Com a crise do petróleo em 1973, a economia brasileira sofreu brusco impacto. Por um lado a inflação retomou seu ritmo de crescimento e a dívida externa foi-se elevando cada vez mais. O governo militar foi perdendo um de seus principais argumentos para sustentar-se no poder. A ditadura não conseguia mais garantir o desenvolvimento. Com isso, as oposições políticas foram lentamente se reorganizando para exigir a volta da democracia. Os defensores do modelo econômico adotado até então, passaram a criticá-lo. Rodrigues coloca que:

Em 1974, a idéia de um Brasil que ‘marchava para seu grande destino’ começou a desvanecer-se. O ‘milagre’, que até então mantivera o apoio da burguesia ao regime ditatorial, mostrava os primeiros sinais de esgotamento. No plano interno, a própria rapidez do desenvolvimento econômico provocava a escassez de alguns insumos; além disso, o mercado – em parte por causa dos baixos salários – era restrito.²⁴

A queda do crescimento econômico gerou críticas e discordâncias, por parte dos empresários, à cerca do modelo de desenvolvimento adotado pelos governos militares. Uma parte da burguesia passou a reivindicar maior participação nas decisões políticas, o que exigiria o retorno da democracia.

O sucessor de Médici foi outro general, indicado pelo Alto Comando Militar e referendado pela Arena: O general Ernesto Geisel (1974-1979), que começou sua ação democratizante diminuindo a severa ação da censura sobre os meios de comunicação. Depois, garantiu a realização, em 1974, de eleições livres para senadores, deputados e vereadores. O MDB, único partido de oposição, alcançou significativa vitória sobre a ARENA, o partido do governo. Os militares linha-dura assustaram-se com a vitória das

²⁴ RODRIGUES, 1990, op. cit., p. 6.

oposições e o presidente Geisel voltou um passo atrás no processo de abertura política: em 1976, decretou uma lei que limitava a propaganda eleitoral dos candidatos no rádio e na televisão. Depois, em 1977, decretou uma série de normas autoritárias que, entre outras coisas, determinavam que um terço dos senadores seria escolhido diretamente pelo governo. Criou, assim, os senadores biônicos, isto é, senadores não eleitos pelo voto popular que deveriam aprovar todas as propostas do governo.

A linha dura continuou agindo, tentando prejudicar o processo de abertura. Bombas foram colocadas em bancas e sedes de jornais e na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Uma delas, enviada à Ordem dos Advogados do Brasil, acabou matando a secretária da entidade. Outro episódio, considerado o mais grave, foi o atentado ao centro de convenções do Rio-Centro, em abril de 1981, onde se realizava um festival de música popular em comemoração ao Dia do Trabalho, 1º de maio, que ali confinou milhares de pessoas, principalmente jovens. Quase acontece brutal tragédia coletiva. Mas um dos petardos explodiu antes, acidentalmente, dentro do carro particular de um capitão do Exército, no pátio de estacionamento, matando um sargento e ferindo gravemente o capitão. Os dois são vistos pela imprensa e pela opinião pública como os desastrados executores do atentado. Mas não pelas autoridades militares encarregadas de apurar os fatos. Elas negam as evidências e concluem que o sargento e o capitão foram vítimas de terroristas não identificados.

O objetivo dos setores militares que promoviam essas ações era atribuir os atentados à esquerda e, assim, ganhar argumentos para combater a abertura política. As distorções e concessões do governo levam à saída do ministro Golbery do Couto e Silva, referência militar da abertura política. O atentado do Riocentro é o último da sucessão de atos terroristas atribuídos à extrema direita. Ele sinaliza o início do fim do regime militar.

Com a grave crise econômica, o Brasil sofria o impacto da elevação dos preços do petróleo, na medida em que 80% do petróleo aqui consumido era importado. Numa tentativa de compensar os problemas da economia, o governo Geisel retomou sua disposição de promover a abertura política. Assim, em outubro de 1978, extinguiu todos os atos institucionais que marcaram a legislação arbitrária da ditadura. A abertura política avançou sem turbulências significativas e no final de 1978, o Congresso aprovou a emenda constitucional que extinguiu o AI-5. A ditadura estava menos forte. Iniciou-se um período de menor insegurança individual e mais liberdade que antes, mas não havia a certeza nem garantias confiáveis de que o país iria evoluir irreversivelmente rumo à democracia.

Foram vários os fatores que contribuíram para que o governo desse seqüência ao processo de abertura. O ambiente dentro do próprio governo não era bom. Zaverucha coloca a esse respeito:

As Forças Armadas viviam um clima de disputa interna, cujas conseqüências eram previsíveis. Os militares ‘profissionais’ queixavam-se da crescente intromissão da comunidade de inteligência. As promoções, por exemplo, passaram a ser feitas pelo critério político, em lugar do tradicional critério do mérito. Não há dúvida de que a decisão do regime de adotar a alternativa da transição para a democracia se deveu não apenas às pressões externas, mas também às internas.²⁵

Embora o regime enfrentasse problemas internos e uma grave crise sócio-político-econômica com o crescimento da inflação e da dívida externa, conseguiu um saldo de realizações econômicas aceitáveis para os padrões latino-americanos. Também é verdade que as esquerdas não foram capazes de ameaçar e depor o regime autoritário. Os setores empresariais e várias forças políticas que tinham apoiado o golpe em 1964 sentiram-se seguras em abrir mão do regime autoritário e iniciar um processo de transição política sem prejudicar seus interesses.

1.1.3 O poder hegemônico dos militares

Mesmo que a Ditadura não conseguisse total hegemonia na sociedade, isso não significa que o Estado não obteve um mínimo de consenso, pois do contrário teria que utilizar sempre e apenas a coerção, o que, a longo prazo, tornaria impossível o seu funcionamento. Conforme Coutinho:

A hegemonia corresponde à direção intelectual e moral (cultural) predominante nas sociedades num dado momento histórico e representa a primazia da sociedade civil sobre a sociedade política. Ela se processa na superestrutura e mantém vínculos dialéticos e orgânicos com a esfera econômica (infra-estrutura - sua base de classe). A complexa dinâmica hegemônica contempla a utilização

²⁵ ZAVERUCHA, Jorge. *Rumor de sabres: controle civil ou tutela militar*. São Paulo. Editora Ática. 1994, p. 164.

de mecanismos de coerção e de consenso para a manutenção da ordem pelas classes dominantes sobre a sociedade. Quando há o predomínio da sociedade política ou do Estado na regulação social, tem-se a intensificação da coerção, que poderá chegar à ditadura e, quando se tem o predomínio da hegemonia, é maior a direção moral e intelectual (cultural) da sociedade civil.²⁶

Quando a sociedade encontra-se em crise “orgânica” é porque ocorreu uma ruptura entre a superestrutura e a estrutura. Isto é possível quando a classe que detém a supremacia deixa de cumprir sua função dirigente, embora mantenha o domínio econômico e cultural, deixando de fazer avançar a sociedade como um todo. Quer dizer, a classe que detém o poder não consegue resolver os problemas da coletividade e sua concepção de mundo e aí começa a ser questionada. A crise orgânica só é possível quando as classes subalternas estão organizadas e em disputa pela hegemonia, ou pela direção intelectual, moral e política. As classes subalternas tornam-se dirigentes não no plano da disputa abstrata, mas quando sabem indicar e resolver os problemas concretos e isto pode ocorrer mesmo antes de obter o poder governamental. Para Paludo:

A práxis política central das classes subalternas para a mudança da ordem atual deveria se processar em todos os níveis da sociedade, na base econômica e nas superestruturas política e ideológica, mediante a disputa da hegemonia, visando à desconstrução da ideologia liberal e à construção de uma nova direção política moral e intelectual da sociedade para chegar à ‘sociedade regulada’, isto é, a sociedade sem Estado, com uma nova filosofia e onde os homens pudessem se desenvolver integral e livremente.²⁷

Na medida em que nas sociedades há a socialização da política, o Estado obriga-se a fazer uma mediação maior entre a coerção e a hegemonia. Isto se dá na medida em que a sociedade civil se constrói e surgem esferas públicas não estatais (movimentos, sindicatos, partidos), em torno dos quais as pessoas se articulam para a defesa de interesses que podem contrapor-se entre si e, muitas vezes, aos representados do Estado. O Estado acaba sendo a materialização da correlação de forças entre classes e grupos que se definem no embate concreto que se processa no âmbito das esferas sócio-econômicas, culturais e políticas. As decisões do Estado são influenciadas, neste processo, a partir da opinião pública.

²⁶ Ibidem, p.117.

²⁷ PALUDO, Conceição. *Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático popular*. Porto Alegre: Tomo Editorial, Camp, 2001, p. 37.

1.1.4 Anistia para todos

Geisel fez seu sucessor o ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações - SNI, o general João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985), eleito via Congresso. Neste período crescia cada vez mais no país a crítica política às decisões autoritárias e centralizadoras do governo militar. Diversos setores da sociedade brasileira (sindicatos de trabalhadores, grupos de empresários, Igreja, associações artísticas e científicas, universidades e imprensa) passaram a reivindicar ardentemente a redemocratização do país. Diante das pressões de toda a sociedade, o presidente Figueiredo assumiu o compromisso de realizar a “Abertura Política” e devolver a democracia ao Brasil.



Fonte: Capa da revista Veja de 01.03.1978

Figura 2 – Exilados políticos aguardando a anistia para retornarem ao Brasil

Um dos primeiros resultados positivos foi a Lei da Anistia, aprovada em agosto de 1979, a todos aqueles que foram punidos pela ditadura militar. Conforme Martinho,²⁸ “a anistia significava a recuperação de uma história, de um passado, a possibilidade de retorno de parentes, amigos, mitos e heróis de luta contra a ditadura”.

²⁸ MARTINHO, op. cit., p.162-163.

A campanha pela anistia passou então a representar a essência da luta democrática no país. Assim muitos brasileiros que estavam no exílio, como Leonel Brizola, Miguel Arraes e Luis Carlos Prestes puderam retornar ao país. Pessoas que tiveram seus direitos políticos cassados foram reabilitadas na sua cidadania. Porém, os militares punidos pela ditadura não puderam voltar normalmente às Forças Armadas. Por outro lado, a anistia beneficiou também os torturadores da ditadura, os que tinham atuado nos porões dos órgãos da repressão e eram responsáveis por muitas mortes.

1.1.5 Os novos partidos políticos

Os partidos políticos no Brasil, historicamente, inclinaram-se na direção do Estado, com algumas exceções, limitando sua busca de representatividade na sociedade civil aos momentos eleitorais e aos mecanismos vistos como os mais eficazes nestes momentos: o clientelismo, as relações de favor, o personalismo, etc. A distância entre sociedade civil e os partidos políticos e a insatisfação generalizada com a política partidária indicam a precariedade dessa função mediadora. A busca, por parte de organizações da sociedade civil, de relações mais diretas com o Estado, certamente vincula-se também a essa precariedade.

Os partidos políticos serviram como o único instrumento institucional, reconhecido pelo regime militar, que possibilitou um espaço de atuação no campo político, capaz de interferir no processo pela redemocratização. Mediadores tradicionais entre a sociedade civil e o Estado, o regime ditatorial determinou através do Ato Institucional nº2 que haveriam apenas dois partidos: um para apoiar totalmente o governo (ARENA – Aliança Renovadora Nacional) e outro para fazer uma oposição bem-comportada (MDB – Movimento Democrático Brasileiro). Este foi o único instrumento de oposição pela via institucional como possibilidade para a conquista do poder político.

O governo tinha um sério problema político a ser resolvido, pois dada a recente história brasileira que o identificava com as políticas repressivas pós-1964, a oposição levava uma natural vantagem no sistema bipartidário. Neste sentido, Skidmore coloca:

Os estrategistas políticos do presidente, à frente o general Golbery, imaginaram uma solução parcial: dissolver o sistema bipartidário e promover a criação de múltiplos partidos com elementos da oposição, mas preservando as forças do governo em um só partido (presumidamente com novo nome). O governo manteria assim o seu controle seja pela divisão dos votos da oposição ou pela formação de uma coalizão com elementos mais conservadores do partido adversário.²⁹

Com o fim do bipartidarismo, em outubro de 1978, foram criados novos partidos políticos: O PDS (no lugar da ARENA) e o PMDB (no lugar do MDB). Surgiram também o PT (Partido dos Trabalhadores), PDT (Partido Democrático Trabalhista) e PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Também foram restabelecidas as eleições diretas para governador de estado. Os partidos comunistas como o PCB (Partido Comunista Brasileiro) e PC do B (Partido Comunista do Brasil) voltaram ao cenário político nas eleições gerais de 1982. Conforme Rodrigues,³⁰ “a ‘abertura’ foi, apesar de tudo, um momento importante de redefinição das representações partidárias e das regras do jogo político no Brasil contemporâneo”.

Apesar da divisão da oposição em vários partidos, o governo ainda não estava seguro da vitória nas eleições de 1982. Em novembro de 1981, Figueiredo enviou ao Congresso um “pacote”, que foi aprovado em janeiro do ano seguinte contendo novas medidas para fortalecer a posição do PDS. Essas medidas incluíam a proibição da aliança entre os partidos, a exigência de que os partidos apresentassem candidatos a todos os cargos eletivos e a vinculação do voto, isto é, o eleitor seria obrigado a votar em candidatos do mesmo partido. Nem por isso o resultado significou uma vitória política para o governo. O PDS fez 12 governadores e a oposição 11, sendo um do PDT e 10 do PMDB.

1.1.6 Eleições diretas ou indiretas?

A oposição queria mudar a Constituição para eleger diretamente o sucessor do presidente João Figueiredo. A idéia de eleições diretas tomou corpo após a posse dos governadores eleitos em 1982. Defendida pelo PMDB, pelo PT e por parte do PDS,

²⁹ SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Tradução de Mario Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 427.

³⁰ RODRIGUES, 1990, op. cit., p. 4.

ganhou a opinião pública. Nascia a campanha das “Diretas-Já”. Participaram, em união suprapartidária, políticos conservadores, como Tancredo Neves, liberais como Ulysses Guimarães e líderes de esquerda como Luís Inácio Lula da Silva. Contando com a cobertura de parte da imprensa e com o apoio de artistas, realizaram-se comícios nas capitais e nas principais cidades do país, aos quais compareceram milhares de pessoas.

O objetivo das “Diretas-Já” era pressionar o governo e os políticos contrários à emenda Dante de Oliveira, que então tramitava pelo Congresso propondo eleições diretas para presidente. A emenda foi votada no dia 25 de abril de 1984. No recinto de votação faltavam 112 deputados do PDS. Entre os presentes de todos os partidos, a emenda recebeu 298 votos favoráveis, 65 contra e 3 abstenções, números que não garantiram a fração de 2/3 dos votos necessários para a aprovação. O regime militar não achava seguro redemocratizar totalmente o país.

Ao final de seu governo, Figueiredo não concordou com nenhum nome proposto por seu partido, o Partido Democrático Social (PDS), para a sua sucessão, inclusive do seu vice Aureliano Chaves. José Sarney, presidente do PDS, defendia a realização de eleições internas para escolher o candidato, idéia rejeitada por Figueiredo. Sarney renunciou à presidência do PDS e passou a apoiar um movimento dissidente aliado com os moderados da oposição, filiando-se ao PMDB.

Os dissidentes do PDS uniram-se aos reformistas da Frente Liberal e aos moderados do maior partido de oposição, o Partido Democrático Brasileiro (PMDB), e formaram uma coalizão denominada Aliança Democrática. A chapa ficou assim composta: Tancredo Neves como candidato a presidente e José Sarney, ex-presidente do PDS, como vice. O candidato do PDS foi Paulo Maluf. Em 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves foi eleito com 480 votos a favor e 180 contra. Completa-se a longa e lenta travessia política da ditadura para a democracia.

Tancredo fez comícios por meio dos quais acabou consolidando a imagem de “salvador da pátria”, construída em parte pelos meios de comunicação. Identificada com a campanha das “Diretas-já”, a imagem de Tancredo vinha preencher a necessidade de líderes, tão ausentes da vida brasileira nos últimos tempos, o que lhe valeu amplo apoio popular.

Na véspera de sua posse, Tancredo foi internado com urgência no Hospital de Base de Brasília para submeter-se a uma cirurgia abdominal. O presidente Figueiredo recusou-se a transmitir pessoalmente o cargo ao vice-presidente eleito, José Sarney. Deixou o palácio pela saída dos fundos. É o final melancólico de 21 anos de regime militar.

Em 15 de março, o Congresso deu posse ao vice-presidente eleito, José Sarney. É efetivado em 21 de abril, devido à morte de Tancredo. Conforme Rodrigues,³¹ “a morte do homem do Brasil assemelhou-se à de um pai protetor. Grande parte da população sentiu-se novamente desprotegida e insegura: as transformações democráticas seriam consolidadas ou haveria um novo golpe?”

Nesse clima, Sarney tornou-se presidente da nação, cabendo a ele governar democraticamente, remover a legislação autoritária, institucionalizar o estado de direito, eleger assembléia nacional livre e soberana para elaborar nova carta política.

1.2 A construção democrática

A queda do regime e a conseqüente redemocratização correspondem ao desejo por mudanças no campo político, econômico e social, manifestadas tanto por uma parcela da sociedade civil que se reorganizou ampliando a sua atuação, como pelo Estado que redefiniu a sua estratégia.

A relação que se estabeleceu entre Estado e sociedade civil, no período ditatorial, foi quase sempre tensa, permeada pelo conflito. Esta tensão vinculou-se a maior ou menor aproximação, similaridade, coincidência, entre os diferentes projetos políticos estabelecidos entre ambos.

O conflito e a tensão são maiores ou menores dependendo do quanto compartilham e com que centralidade o fazem. A obviedade desta hipótese pode diluir-se quando se reconhece que a distinção entre Estado e sociedade civil, identificada como o conjunto das organizações e instituições com vida própria, acaba se convertendo numa relação de oposição, numa premissa, num ponto de partida, que exige a todos de entenderem os processos políticos que a constituem e a explicariam. Esta hipótese quer ressaltar o caráter de construção histórica dessas relações, no sentido de que elas são objeto da política e, portanto, transformáveis pela ação política. A noção de projeto político, tomada como aquilo que orienta aquela ação, adquire então um peso explicativo que pode articular os resultados encontrados. Isso não quer dizer que Estado e sociedade civil são forças equivalentes, que sua ação política pode ter a mesma natureza ou que as distintas

³¹ Ibidem, p. 14.

determinações que os estruturam possam ser ignoradas em nome de escolhas puramente políticas.

Nas duas décadas de regime militar houve, por um lado, o fortalecimento do Estado em detrimento da sociedade civil, ou mais concretamente, o predomínio das formas ditatoriais em detrimento das formas hegemônicas; e por outro, a prática do transformismo como modalidade de desenvolvimento histórico que implicou a exclusão das massas populares. O Estado foi o protagonista de uma revolução passiva,³² e essa ação transformista tornou-se facilitada pela debilidade da sociedade civil, em particular dos organismos culturais.

O Brasil experimentou um processo de modernização capitalista. A grande propriedade latifundiária transformou-se em empresa capitalista agrária e com a internacionalização do mercado interno, a participação do capital estrangeiro contribuiu para reforçar a conversão do Brasil em país industrial moderno, com uma alta taxa de urbanização e uma complexa estrutura social. Ambos os processos foram incrementados pela ação do Estado.

Este conjunto de mudanças na estrutura da sociedade brasileira completa-se com o surgimento de um campo de forças políticas e culturais composto pelas classes subalternas, intelectuais orgânicos, militantes políticos, personalidades, estudantes, ativistas diversos, estruturas de mediação. Diversos atores sociais e políticos passam a desenvolver um trabalho objetivando a redemocratização do país e a conquista de direitos para os trabalhadores. Verifica-se a atuação da Igreja Católica, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e de outras pastorais, tendo como doutrina a Teologia da Libertação; o movimento estudantil torna-se um dos responsáveis pela retomada das mobilizações políticas, recuperando o espaço das ruas; ocorre a rearticulação do movimento sindical com o fortalecimento do novo sindicalismo e a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT); ressurgem as experiências de Educação Popular, são criados os Centros de Educação Popular e os movimentos sociais se proliferam. Este conjunto de iniciativas fez surgir um novo cenário político e social e contribuiu para restabelecer a democracia na sociedade brasileira.

³² A Revolução Passiva prevê dois momentos: “o da restauração” (na medida em que é uma reação à possibilidade de uma efetiva e radical transformação “de baixo para cima”) e o da “renovação” (na medida em que muitas demandas populares são assimiladas e postas em prática pelas velhas camadas dominantes). COUTINHO, Carlos N. *Gramsci e a América Latina – As categorias de Gramsci e a realidade brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 112.

1.2.1 Liberdade e ensino para os jovens

Os anos 1960 significaram enormes transformações no comportamento das pessoas. Parcela dos jovens, especialmente os estudantes, ganhou um destaque especial na sociedade. Havia de tudo: sonhos, aventuras, coragem, frustrações, esperança. Jovens saíam às ruas para combater questões como as formas tradicionais de ensino, o racismo, a guerra do Vietnã, a repressão sexual e o controle da mulher pelos homens. Temas como a ecologia, os direitos da mulher, dos velhos e dos homossexuais, a loucura, as necessidades existenciais e a realização do ser humano passaram a ser enfocados com toda a atenção e sob perspectivas libertárias. Pensar, conscientizar e contestar o sistema capitalista e ter idéias socialistas estava na moda. Eram lidos os livros de Karl Marx, Che Guevara era admirado como o grande comandante guerrilheiro na Revolução Cubana, em 1959. A juventude rebelde ouvia o *rock'n-roll* dos *Beatles* e *Rolling Stones*.

A revolta estudantil ocorrida na França em 1968 foi o exemplo mais influente do pensamento rebelde que dominava o jovem nesta década. Em uma passeata pacífica reivindicando dormitórios mistos na Universidade de Paris X, em Nanterre, a polícia reprimiu os manifestantes com brutalidade. No país inteiro, milhares de jovens ficaram em pé de guerra com as autoridades, ocuparam universidades e assumiram a direção. Idéias marxistas e até anarquistas eram pichadas nos muros em grafites que se celebrizaram no mundo inteiro: “É proibido proibir”, “O Sol nasce vermelho para todos”, “Quanto mais faço amor, mais sou revolucionário; quanto mais sou revolucionário, mais faço amor”, “A imaginação no poder”, “Sejamos realistas: exigimos o impossível”. Segundo Schmidt,³³ “talvez pareça estranho um movimento revolucionário começar com a luta pelo direito de transar no alojamento da faculdade.”

Acontece que 1968 incorporou uma nova visão de política. Até então a esquerda privilegiava a luta econômica contra a exploração capitalista e restringia o objetivo político ao combate para destruir o Estado burguês. Pois 1968 mostrou que a opressão capitalista também acontecia em outros pontos, esmagando as individualidades e provocando angústias.

Os operários franceses entraram em greve geral e se juntaram aos estudantes. Algumas fábricas foram ocupadas pelos trabalhadores que assumiram sozinhos a direção

³³ SCHMIDT, Mario Furley. *Nova história crítica*. São Paulo: Nova Geração, 2005, p. 673.

das empresas. O país estava à beira de uma revolução socialista. No entanto, o PC (Partido Comunista) francês não se conformava com os estudantes que se tornaram socialistas por conta própria. A CGT, principal central sindical, controlada pelos comunistas, fez um bom acordo salarial com os patrões e voltou ao trabalho. Grande parte da população francesa, assustada com o radicalismo dos jovens, deu toda a força ao presidente Charles de Gaulle. A rebelião estudantil terminou sem a tão esperada revolução.

No Brasil, a força do movimento foi maior entre os universitários, que protestavam contra o arcaico sistema de ensino e a falta de liberdade imposta pelo regime militar. Apesar do controle sobre os diretórios acadêmicos, das perseguições e prisões de estudantes que já começavam a ser julgados nas auditorias militares, de a UNE (União Nacional dos Estudantes) ter sido posta na ilegalidade, das violências policiais nas manifestações de rua e até mesmo das violações dos Campi universitários, o movimento estudantil teve um papel constante de oposição ao governo. Os estudantes se reorganizaram em cada faculdade, universidade ou mesmo escola secundária denunciando o autoritarismo, reivindicando mais verbas e melhores condições de ensino, reestruturando suas entidades representativas como os Centros Acadêmicos, Diretórios Acadêmicos, Diretórios Centrais dos Estudantes e realizando, clandestinamente, seus congressos. Sobre este contexto, Cotrim relata:

O Brasil foi invadido pelo espírito questionador. Em 1967 com o tropicalismo de Caetano Veloso e Gilberto Gil, os jovens brasileiros proclamaram que é *proibido proibir*. Caminhando contra o vento, sem lenço, sem documento, escandalizaram o país. No mesmo ano, José Celso (teatrologo), Chico Buarque de Holanda (escritor e compositor) e Glauber Rocha (cineasta), entre outros, reagiram ao momento político nacional com uma arte politicamente engajada.³⁴

Mas foi em 1968 que o Movimento Estudantil explodiu no Brasil como no resto do mundo. Suas manifestações de protesto, ao serem violentamente reprimidas, provocaram as reações de outros setores sociais contra a agressão policial. Um fato dramático, ocorrido em 28 de março de 1968, provocou a radicalização do movimento estudantil. Nesse dia, realizava-se um protesto contra a qualidade da comida servida no restaurante “Calabouço”, muito utilizado pelos estudantes do Rio de Janeiro. A polícia chegou para reprimir a manifestação e acabou matando Édson Luís, um estudante secundarista. A partir daí, os

³⁴ COTRIM, Gilberto. *História e consciência do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 1996, p. 313.

atos de protesto contra a ditadura militar e os enfrentamentos com a polícia se espalharam pelo país. No dia 26 de junho, o movimento chegaria ao auge com a passeata dos Cem Mil, no Rio de Janeiro.

A partir daí em determinadas universidades e em muitas faculdades, os estudantes se organizaram e reivindicavam mais vagas, mais verbas, analisavam e criticavam os currículos, a relação professor-aluno e uma das palavras então mais usadas era “diálogo”: com as autoridades universitárias e com o MEC. Sucediavam-se greves, ocupações e passeatas, sempre reprimidas pela polícia. A partir de então, a repressão do governo se intensificaria. No XXX Congresso da UNE, por exemplo, realizado clandestinamente, num sítio em Ibiúna, SP, foram presos mais de setecentos estudantes.

Organizações de direita como CCC (Comando de Caça aos Comunistas), MAC (Movimento Anticomunista), FAC (Frente Anticomunista), além de atentados a peças teatrais em São Paulo e no Rio de Janeiro, desencadearam com provocações uma verdadeira guerra entre alunos da Universidade Mackenzie e da Faculdade de Filosofia da USP, em outubro de 1968. Paes coloca que:

Diante dos acontecimentos, o presidente Costa e Silva exclamava: ‘Não permitirei que o Rio se transforme numa nova Paris’. Enquanto isso, a propósito da solidariedade entre estudantes e operários na greve de Osasco (SP), em julho, quando os operários chegaram a ocupar o prédio da Cobrasma, o ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, alertava: “O Tietê não é o Sena”. Outras semelhanças como o maio francês podiam ainda ser reconhecidas na atuação do movimento operário.³⁵

Usando os poderes do AI-5, a partir de 1969, o regime militar não permitiria definitivamente qualquer mobilização de massa e as faculdades estavam cheias de agentes secretos do SNI (Sistema Nacional de Informação) infiltrados, restando apenas a clandestinidade como meio de reação e organização contra o regime autoritário.

³⁵ PAES. Maria Helena Simões. *A década de 60: rebeldia, contestação e repressão política*. São Paulo: Ática, 1993, p. 68.

1.2.2 A Igreja Católica: conflitos e avanços

Em 1964, a Igreja Católica havia atendido a uma das necessidades básicas dos organizadores do golpe militar, mobilizando a classe média nas principais cidades do país contra o governo de João Goulart e o perigo do comunismo por meio da Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Com uma definição bem sintética sobre a postura dominante de padres e bispos da Igreja Católica no momento decisivo para a implementação do golpe, Kucinski,³⁶ coloca que “desfechado o golpe, a Igreja benzeu os canhões”. O alinhamento posterior de parte dessa mesma Igreja com as lutas populares afetou decisivamente a capacidade de sustentação ideológica do regime.

A Igreja Católica, na década de 1960, estava fortemente dividida em relação ao seu papel. Os bispos dividiam-se em três alas, que refletiam tanto a opinião do clero quanto a leiga. Uma era a ala “progressista”, cuja figura mais destacada era Dom Helder Câmara arcebispo de Olinda e Recife, no coração do nordeste brasileiro, torturado pela pobreza. Esta ala pregava contra a violência do governo e, com igual veemência, contra a injustiça social. Assumia uma posição política mais radical e atacava as políticas do governo que haviam contribuído para o aumento da desigualdade social.

A segunda, era a ala “conservadora”, da qual Dom Geraldo de Proença Sigaud, arcebispo de Diamantina, era o nome mais conhecido. Era o contrapeso direitista à ação dos “progressistas”. Denunciava a ameaça “subversiva” ao Brasil, o perigo comunista e apoiava o regime militar por estabelecer a ordem e a disciplina na sociedade.

A ala “moderada” formava o terceiro grupo de bispos que procuravam evitar a tomada de qualquer posição pública sobre justiça sócio-econômica ou política. Tendia a unir-se aos “progressistas”, formando assim a maioria, sempre que o próprio clero era vítima de vexames e de tortura. Quando lutavam para se protegerem a si mesmos, os bispos estendiam seu manto sobre todas as vítimas da repressão. Seu instrumento era a Comissão de Justiça e Paz, vigorosamente apoiada pelo Arcebispo D. Evaristo Arns em São Paulo. Segundo Skidmore,³⁷ “na Comissão de Justiça e Paz trabalhava um pequeno, mas dedicado grupo de sacerdotes, voluntários leigos e advogados que se esforçavam para localizar presos políticos, dar-lhes representação legal e aconselhar suas famílias”.

³⁶ Ibidem.

³⁷ SKIDMORE, op. cit., p. 272.

A Igreja Católica passou por muitas crises e redefinições internas na aplicação dos decretos e conclusões do Concílio Vaticano II, da Conferência de Medellín e das Encíclicas Papais. Por um lado, houve resistência às mudanças bruscas na liturgia, na superação de devoções tradicionais e, por outro, através das Comunidades de Base, com a luta pela justiça e o serviço aos mais pobres, a Igreja Católica ganhava novo enraizamento em segmentos marginalizados da sociedade, tanto do campo como da periferia das cidades.

A Ação Católica, esteio da ação da Igreja em todo o período anterior, foi praticamente extinta pela ação conjugada do Estado, de elementos conservadores dentro da Igreja, pela desagregação e desarticulação interna dos próprios movimentos. Segundo o padre Oscar Beozo:³⁸

Neste período de crise e de mudança centenas de padres e religiosos deixam o ministério, inconformados alguns com as mudanças introduzidas, desencantados outros com a lentidão em que a Renovação se processava, incapazes outros com de se situar tanto na dinâmica da Igreja como do mundo em que passaram a viver.

A CNBB passa por várias fases, de quase inércia e burocratização ao ser substituído Dom Helder Câmara pelo Arcebispo Dom Agnello Rossi, de novo impulso a partir dos anos 1970, quando na reunião de Brasília, esta assume pela primeira vez a responsabilidade de denunciar ao país a ocorrência sistemática de torturas nos aparelhos de repressão do regime.

No conflito entre a Igreja e o Estado, o Estado procurou apoio na Santa Sé, no sentido de conter internamente a Igreja, tendo obtido certo sucesso; por exemplo nas nomeações ao episcopado de linha marcadamente conservadora ou moderada. A Santa Sé interveio também diretamente para forçar a CNBB a suspender seu patrocínio às Jornadas Internacionais por uma sociedade superando dominações.

A atitude agressiva do Estado em relação à situação da Igreja, por algumas vezes, contribuiu para amenizar as divergências internas. Porém, enquanto grupos tomavam a iniciativa por uma pastoral popular, pela defesa dos direitos humanos, pela atuação social e política da Igreja, cresciam os movimentos de grupos voltados para um espiritualismo radical e sem articulação com a realidade social e política, como grupos do Espírito Santo,

³⁸ BEOZZO, Oscar. *História da Igreja Católica no Brasil*. Porto Alegre: IPJ, 1984, p. 33.

Renovação Carismática e até certo ponto os T. L. C. (Treinamento de Liderança Cristã para os jovens) e os Cursilhos de Cristandade.

No entanto, foram os setores progressistas da Igreja Católica que representaram um dos principais meios de oposição ao regime militar quando a repressão se abateu sobre o Brasil. Segundo Kucinski:

Com 320 bispos, 12 mil padres e cerca de 45 mil freiras espalhadas até o mais remoto vilarejo do país, a Igreja Católica emerge como a única organização aparelhada para capitalizar o descontentamento popular cotidianamente e em âmbito nacional. A única capaz de rivalizar com os organismos do Estado pela amplitude de sua presença geográfica e de seus recursos materiais e infraestrutura.³⁹

Os militares “linha-dura” acusavam o clero de ajudar os revolucionários armados, por isso intensificaram a vigilância a certas alas do clero. A polícia fazia “batidas” regularmente em conventos e escolas. Prisões de padres alternavam-se com denúncias dos bispos progressistas sobre atos de tortura praticados pelo governo. Colocaram sob suspeita um projeto pioneiro de alfabetização e conscientização política da Igreja chamado Movimento de Educação de Base. Em 1968 é assassinado, por agentes da repressão política, o padre Henrique Ferreira, ajudante de Dom Helder Câmara, um dos líderes da Igreja de Libertação. Kucinski relata que:

Em São Paulo, os militares descobrem que um grupo de padres dominicanos dava suporte logístico à Aliança de Libertação Nacional (ALN), a organização clandestina do líder guerrilheiro Carlos Marighella, engajada na luta armada contra a ditadura. Depois da morte de Marighella em 1969, reportagens inspiradas pelo governo informaram que os dominicanos sob tortura, tinham se prestado a atrair Marighella para a morte.⁴⁰

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) rejeitou a acusação. Sabendo que o governo militar capitalizaria a seu favor a oposição do público à violência revolucionária, o Cardeal Rossi, então arcebispo de São Paulo, denunciou toda a violência, esperando assim construir a necessária credibilidade para futuras críticas ao governo.

³⁹ KUCINSKI, Bernardo. *1937: o fim da ditadura militar*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 75.

⁴⁰ Idem, p.76.

As lutas decorreram sempre dos esforços dos católicos que militavam em certos grupos ativos como a Ação Popular (AP), a Juventude Universitária Católica (JUC), a Juventude Operária Católica (JOC) e a outros grupos mais identificados com a esquerda política. Esses foram elementos populares que emergiram da fermentação intelectual e institucional ocorrida no interior da Igreja na década de 1950 e no início da década de 1960. No entanto, muitos católicos suspenderam sua militância com medo das conseqüências. Mas outros (leigos e religiosos), não cederam. Viram que o aprofundamento da repressão política e o aumento da desigualdade econômica confirmavam o diagnóstico da esquerda radical sobre o capitalismo brasileiro.

O olhar mais atento da Igreja Católica no Brasil pela causa dos pobres e oprimidos deu-se, lentamente, por influência das doutrinas emanadas do Concílio Vaticano II, convocado pelo Papa João XXIII em 1962, sob inspiração dos movimentos de libertação da África e especialmente com as Conferência do Episcopado Latino Americano de Medellín, em 1968 e de Puebla em 1979, consagrando a hegemonia do clero progressista.

As teses progressistas são chamadas de Teologia da Libertação e seus seguidores se autodenominam Igreja da Libertação. Schmidt,⁴¹ coloca que “enquanto apoiou o regime, a Igreja foi elogiada. Bastou que uma parte dela (o chamado clero progressista) se voltasse contra as barbaridades do nosso capitalismo, para que logo a acusassem de fazer politicagem”.

Grandes expressões no interior do campo eclesial como D. Helder Câmara, D. Evaristo Arns e D. Pedro Casaldáglia, frei Beto e frei Leonardo Boff defenderam os direitos humanos, denunciaram as injustiças sociais, exigiram que o governo mudasse suas atitudes. Crescia a consciência de que ser cristão era ser também contra o pecado da opressão social, conta o pecado de nada fazer diante da injustiça social; ser solidário com os pobres; lutar por um mundo mais justo.

Iniciativas locais como a formação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) foi uma nova forma de atração de fiéis à esfera de influência ideológico-espiritual do catolicismo. A população se organizava a partir das suas comunidades e ocorria um elevado grau de conscientização. As CEBs respondiam a uma necessidade vital da Igreja Católica de se comunicar com o povo, numa fase de queda das vocações sacerdotais e de investida maciça de seitas evangélicas. Também, preenchia uma necessidade associativa

⁴¹ SCHMIDT, op. cit., p. 758.

dos trabalhadores e suas famílias; muitos deslocados de suas regiões de origem. Centenas de comunidades surgiram nos bairros periféricos das grandes cidades.

No órgão máximo da Igreja, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), várias comissões foram criadas para estudar e trabalhar em áreas específicas. São as pastorais com seus métodos de discussão e deliberação no campo das lutas populares, exigindo justiça social e democracia. Paludo esclarece que:

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) datam dos primeiros anos da década de 1960 e inicialmente desenvolveram o trabalho nas zonas rurais, especialmente do nordeste. No RS, as CEBS se desenvolveram com maior força no final dos anos 1970 e nos anos 1980. O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) foi criado em 1972 e, em 1975, tem-se a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Esta entidade teve papel central na construção de inúmeros movimentos sociais do campo.⁴²

A pastoral da Terra teve sua ênfase no período de 1976 até o final da década de 1980, e as outras Pastorais Populares como a da Juventude, a Operária e a da Criança, desenvolveram-se mais nos anos 1970/80. Associações e Movimentos Comunitários ressurgem, a partir da década de 1970, rearticulados ou impulsionados principalmente pela ala progressista da Igreja, denominada Teologia da Libertação.

A presença da Igreja no campo das lutas populares passou a desconcertar e desmobilizar os chefes militares. Das Comunidades Eclesiais de Base nasceu, em 1973, o primeiro movimento reivindicatório com apelo das massas e de caráter nacional, que ocupou imediatamente um espaço importante no cenário político: o Movimento Custo de Vida. Às vésperas das eleições de 1978, o Movimento Custo de Vida, formado principalmente por famílias pobres da periferia das grandes capitais, mobilizava milhares de pessoas em comícios e campanhas de arrecadação de assinaturas de protesto. Conforme Kucinski,⁴³ “a capacidade de mobilização em torno de reivindicações econômicas do Movimento Custo de Vida exprimia o grau de revolta e conscientização de amplas camadas populares”. Seria também ensaio preliminar das greves que ainda não tinham vencido as barreiras da vigilância interna das fábricas. O Movimento é formado predominantemente por mulheres da periferia e membros das Comunidades Eclesiais de Base.

⁴² PALUDO, op. cit., p. 53.

⁴³ KUCINSKI, op. cit., p.78.

A atuação da Igreja confirmava para os militares, especialmente os “linha-dura”, a cumplicidade da instituição com a subversão, tornando-se o maior opositor ao estado autoritário. Não era apenas a CNBB procurando agressivamente defender sacerdotes e leigos contra a tortura. Eram também os ativistas católicos que mobilizavam seus contatos no exterior, no Vaticano, na Europa e nos Estados Unidos, e de outros ativistas dos direitos humanos, gerando assim protestos na imprensa estrangeira. A crítica dos meios católicos estrangeiros inquietava especialmente os militares brasileiros. Segundo Skidmore:

Em 1970, o jornal do Vaticano, L'Osservatore Romano, sugeriu que o governo brasileiro evitasse a repressão. Em outubro, o próprio Papa falou contra a tortura, embora não mencionando o Brasil pelo nome. O governo Médici ficou amargamente ressentido com esta campanha internacional, e plantou matérias contra a Igreja na imprensa brasileira. Ao mesmo tempo, a oposição ficou torcendo para que essa pressão de fora ajudasse a extinguir o pesadelo da repressão.⁴⁴

Apesar de suas divisões internas a Igreja manteve-se firme na luta contra a repressão e as restrições à liberdade. Na liturgia da Igreja da Libertação, Cristo era identificado com os mártires das guerrilhas urbanas e da luta popular. Órgãos de repressão são comparados às câmaras de tortura dos primeiros cristãos. Em fevereiro de 1977, a CNBB⁴⁵ divulga o manifesto “Exigências Cristãs para uma Nova Ordem”, como posição da Igreja sobre a crise institucional. O documento encampa as posições mais avançadas da oposição liberal, exigindo um regime de justiça social e democracia.

Reprimida, a Igreja identificou-se ainda mais com as lutas populares. Tornou-se ponto de reunião para católicos e não católicos e um espaço de aprofundamento sobre a realidade presente e a necessidade de transformação da sociedade autoritária e excludente para uma sociedade igualitária, democrática, com inclusão social.

⁴⁴ SKIDMORE, op. cit., p. 274.

⁴⁵ Em 1979, a CNBB divulga o balanço de suas baixas. São relacionadas centenas de invasões de Igrejas, com ameaças de morte e seqüestros. Oito religiosos assassinados e 11 banidos. Há 122 prisões de religiosos, 34 deles submetidos a torturas, e 131 prisões de ativistas cristãos leigos.

1.2.3 Os sindicatos sob a ótica do estado

A estrutura sindical oficial existente por quase todo o período ditatorial, ou seja, até o início da década de 1980, foi criada pela ditadura Vargas (1937-1945) sob a inspiração do corporativismo fascista italiano, com característica verticalista e subordinada ao Estado. Essa estrutura oficial não permitia a criação de centrais operárias ou qualquer tipo de “frente” ou “pactos” intersindicais.

O sindicalismo pré-64, especialmente na fase “Janguista”, caracterizava-se por ser combativo, com um alto poder de mobilização. Manfredi também destaca que:

As greves e os movimentos deflagrados para pressionar a posse de Goulart em agosto de 1961, a greve de julho de 1962, contra a constituição de um gabinete ministerial antinacionalista e a greve em favor do plebiscito para reconduzir o país ao presidencialismo em setembro de 1962, e os manifestos de resistência de todo o movimento sindical à ameaça de estado de sítio em outubro de 1963, são exemplos da intensa mobilização do período pré-ditadura de 1964.⁴⁶

As formas de luta, de organização e mobilização eram muito mais orientadas a partir das instâncias situadas no vértice da estrutura sindical, do que em função de mobilização feita a partir das bases das empresas. Segundo Castro,⁴⁷ a combatividade e o alto poder de mobilização do movimento sindical, no início da década de 60, podem ser expressos pelo recrudescimento das ações grevistas, que atingiram, em 1960, “1,5 milhão de trabalhadores e 3,3 milhões de horas de greve”.

O golpe de Estado de 1964 provocou uma ruptura nas formas de organização, mobilização e atuação política da classe trabalhadora. Embora o quadro institucional brasileiro, através da própria legislação trabalhista e do controle sobre os sindicatos que antecedeu ao regime militar, tenha estabelecido limites rígidos para a ação de entidades sindicais, tanto na esfera das reivindicações econômicas quanto políticas, sabe-se que é a partir do golpe militar que o Estado impôs as mais severas rédeas ao movimento sindical. Como guardião da ordem necessária ao crescimento da produção e da riqueza, o Estado

⁴⁶ MANFREDI, Silvia Maria. *Educação sindical entre o conformismo...*, p. 37.

⁴⁷ CASTRO, Sandra. Apogeu e crise do populismo (1945-1964). In: LÖWY, Michael et al. *Movimento operário brasileiro 1900/1979, do Coletivo “Edgar Leuenroth”*, Belo Horizonte: Veja, 1980, p. 31.

passou a definir uma política salarial que favoreceu a acumulação de capital e provocou um rebaixamento sistemático do salário real da população trabalhadora.

O estabelecimento do salário mínimo por região e a determinação de tetos para os reajustes salariais, aliados aos dispositivos que regulamentam o direito de greve,⁴⁸ não só impuseram limites, como impediram as negociações entre patrões e trabalhadores no período pós-64.

Conforme Hirata,⁴⁹ o esvaziamento das funções das entidades sindicais resultou da adoção de um esquema direto de repressão, complementado por uma estreita vigilância estabelecida através da adoção, por parte do Estado de um conjunto de medidas de controle:

[...] à intervenção direta do Estado na arrecadação do imposto sindical e na fiscalização dos recursos provindos dessa fonte. Os sindicatos ficam obrigados a restringir o uso desses recursos à compra de imóveis e à assistência médico-dentária. O Estado possui também estreito controle do aparelho sindical, na medida em que vai peneirar, através da exigência de um ‘atestado de ideologia’, os possíveis concorrentes a cargos de direção. Tal medida fez com que, nos primeiros anos que se sucederam ao golpe, a maior parte dos ativistas que pleiteavam cargos para a direção dos sindicatos fossem oriundos, como já ressaltamos, das correntes não contestadoras da ideologia e do regime dominante; a proibição da greve através da lei n. 4.330, o que torna qualquer greve ilegal e, portanto, subversiva e sujeita à repressão militar.

Giannotti,⁵⁰ destaca que os militares fizeram intervenções em 383 Sindicatos, 45 Federações e 4 Confederações, além de acabar com a CGT.

As medidas adotadas pelo regime, “a repressão e o assistencialismo”, tornaram os sindicatos órgãos puramente assistenciais e de colaboração com o Estado. Deixaram de ser órgãos politizadores, de reivindicações e de luta de classes. Segundo Antunes:

⁴⁸ A lei n. 4.725, de 1965 determinou que os percentuais de reajustes salariais, outrora fixados por acordos entre sindicato patronal e de empregados, passassem a ser estabelecidos normativamente pelo governo. A lei n. 57.637, de 13/1/66, proibiu as delegacias regionais do Ministério do Trabalho de homologarem “contratos coletivos de trabalho” que propusessem reajustes divergentes das normas estabelecidas. O decreto-lei n. 229, de 28/2/67 estabeleceu a nulidade de qualquer convenção ou acordo que direta ou indiretamente, contrariasse as normas da política econômica governamental. A lei n. 4.330 de 1/6/64 cerceou o direito de greve, plenamente garantido pela Constituição de 1946.

⁴⁹ HIRATA, Helena. Movimento operário sob a ditadura militar (1964-1979). In: LÖWY, op. cit., p. 92-93.

⁵⁰ GIANNOTTI, Vito. *Reconstruindo nossa história: 100 anos de luta operária*. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 63-64.

Além da repressão aos principais dirigentes sindicais e da intervenção nos maiores sindicatos do país, fez-se cumprir a legislação sindical defensora da ‘paz social’ e da negação da luta de classes. Assim, ficou reforçado o papel do sindicalismo como mero órgão assistencialista e de agente intermediário entre o Estado e a classe trabalhadora.⁵¹

Após 1964, num primeiro momento, os movimentos e reivindicações operárias retroagiram a um estágio embrionário de lutas e organização, embora nem por isso tenham deixado de demonstrar o inconformismo dos trabalhadores e provar também, através de ações que a classe operária não se acomodou. Zanella relata que:

No período de 1964 a 1968, a repressão realizada pela ditadura ao movimento sindical, aos partidos políticos de esquerda e ao conjunto de movimentos sociais existentes provocou um refluxo nas lutas sociais no país. Assim, o movimento sindical foi retomando suas lutas lentamente, dessa feita contra as danosas conseqüências oriundas do arrocho salarial.⁵²

É nos períodos que constituem pequenos momentos de abrandamento do constrangimento pela violência e nas conjunturas de crise política e institucional, que o movimento operário se rearticula e reorganiza e, através de greves e movimentos, expressa-se como uma força de negação e resistência.

1.2.4 O sindicalismo combativo a partir da CUT

A formação do contexto social e político brasileiro, na década de 1980, tem a contribuição do Novo Sindicalismo, formado a partir das greves do ABC paulista, no final da década de 1970, fortalecido com a criação da Central Única dos Trabalhadores em 1983.

A CUT desenvolve uma função importante neste processo, na medida em que cumpriu o papel de articuladora das lutas em diferentes categorias de trabalhadores, estabeleceu uma boa relação com os setores progressistas da Igreja Católica e pautou o

⁵¹ ANTUNES, Ricardo. *O que é sindicalismo*. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 58-59.

⁵² ZANELLA, Anacleto. *A trajetória do sindicalismo no Alto Uruguai gaúcho (1937-2003)*. Passo Fundo: UPF, 2004, p. 127.

debate de temas de interesse nacional. Esta atuação, somada ao trabalho de outros atores sociais, contribuiria para o enfraquecimento e a queda da hegemonia do regime militar junto à sociedade, sendo um dos pilares para a redemocratização do país e para a conquista de importantes direitos aos trabalhadores do meio urbano e rural.

As greves do ABC paulista e a crescente mobilização pela redemocratização do país contribuíram para que surgisse a matriz de um novo sindicalismo. Renasce o sindicalismo combativo que antecederia o golpe de 64, porém com maior organicidade, com base no local de trabalho, aprofundando temas relacionados à economia, ao social, à política, às condições de trabalho, buscando fortalecer a unidade de toda a classe trabalhadora de diferentes categorias, no campo e na cidade; apresenta demandas ao Estado e desenvolve suas lutas carregando a bandeira pela redemocratização do Brasil. Paludo⁵³ destaca que “a matriz do novo sindicalismo integra as demandas econômicas (melhores salários), sociais (estabilidade no emprego, limitação da jornada de trabalho, melhorias nas condições de trabalho) e políticas (direito de greve, liberdade e autonomia sindical)”.

As novas formas de organização de base e a busca pela autonomia em relação ao Estado, que chegaria ao seu momento de destaque no início da década de 1980 com a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), têm seu embrião de organização autônoma pela base da classe operária com os movimentos de Contagem, cidade industrial de Minas Gerais, em abril de 1968, e o de Osasco, São Paulo, em julho de 1968. O movimento de Contagem estruturou a primeira grande greve que acontecia no Brasil desde 1964. Os grevistas elegeram sua própria comissão, completamente independente do sindicato, cujos dirigentes descartaram qualquer participação no movimento. Após um período de negociações, Contagem foi ocupada pela polícia, as reuniões proibidas e os patrões ameaçaram demitir os que não quisessem voltar ao trabalho. A greve fracassou, tanto por causa da repressão do governo quanto pela falta de experiência e organização dos trabalhadores.

O movimento dos metalúrgicos de Osasco, subúrbio industrial de São Paulo, em julho de 1968, tinha entre suas exigências 35% de aumento salarial, contrato de trabalho de dois anos e reajustes trimestrais. Os folhetos sobre a greve atacavam a lei antigreve do governo e o FGTS. Sobre a posição do ministro do trabalho, Skidmore coloca:

⁵³ PALUDO, op. cit., p. 60.

Para Passarinho, a greve foi especialmente ameaçadora. Primeiro, porque o sindicato assumiu a responsabilidade pelo movimento, o que não acontecera em Contagem, podendo esta atitude servir de exemplo para outros sindicatos. Segundo, suas exigências e sua liderança eram explicitamente contrárias ao governo. Terceiro, o local era São Paulo, o coração industrial do Brasil.⁵⁴

No segundo dia de greve, o Ministro do Trabalho interveio no Sindicato, forças policiais e militares ocuparam a área e houve prisão em massa de trabalhadores, alguns dos quais levados diretamente para sessões de tortura⁵⁵.

Como resposta às pretensões da classe trabalhadora e dos demais movimentos que buscavam se organizar, o governo militar decreta, em dezembro de 1968, o Ato Institucional nº 5, iniciando um período de intensas perseguições, prisões, torturas e assassinatos a lideranças políticas, sindicais, estudantis, religiosas, artistas, trabalhadores do campo e da cidade.

Os movimentos de Contagem e Osasco, no entanto, introduziram elementos novos na prática sindical. Foram as comissões de fábrica, da greve a partir da empresa, a exigência da negociação direta entre patrão e operário que, a partir do final da década de 70, representaram aspectos fundamentais para a nova forma de atuação dos sindicatos.

A presença repressiva do regime, através do Ministério do Trabalho, da polícia e dos militares forçou as lideranças sindicais a trabalharem dentro da estrutura oficial existente. Isso permitiu que suas atividades se concentrassem na discussão dos principais problemas que se apresentavam no ambiente de trabalho. A atividade sindical forçada dentro do ambiente de trabalho estimulou a emergência de uma nova geração de líderes, principalmente em São Paulo, que começaram a denunciar a estrutura corporativista das relações de trabalho e a construir um novo movimento sindical independente: o novo sindicalismo.

O mais famoso desses novos líderes foi Luiz Inácio Lula da Silva, conhecido pelo apelido de “Lula”, que era presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, subúrbio industrial de São Paulo, região com uma grande concentração de indústrias, especialmente no setor automobilístico.⁵⁶

⁵⁴ SKIDMORE, op. cit., p. 158.

⁵⁵ A fonte principal sobre as greves em Contagem e Osasco é WEFFORT, Francisco C. *Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco, 1968*. Caderno 5 (São Paulo, CEBRAP, 1972), que habilmente trata dos distintos contextos políticos e institucional das greves. Detalhes adicionais são dados por IBRAIM, José. *Caso, A esquerda armada*. p. 50-81.

⁵⁶ Lula tornou-se uma das personalidades mais famosas do Brasil. Dados sobre sua carreira e suas idéias são fornecidos em MOREL, Mário. *Lula, o metalúrgico*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.



Fonte: KUCINSKI, Bernardo. *1937: o fim da ditadura militar*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 99.

Figura 3 – Charge de Chico Caruso demonstrando o estrategista LULA como líder sindical.

A primeira ação em larga escala empreendida pelos trabalhadores, no governo Geisel, começou em maio de 1978 com uma greve branca. Sob o comando de Lula, 2.500 metalúrgicos da fábrica de caminhões e ônibus Saab-Scania, de São Bernardo do Campo, no ABC paulista, bateram o relógio de ponto, assumiram seus postos, cruzaram ao braços, sentaram-se e recusaram-se a ligar as máquinas. Skidmore⁵⁷ relata que “a greve obedeceu a uma tática engenhosa, pois os trabalhadores não a iniciaram com piquetes fora da fábrica, onde a polícia podia (como no passado) prontamente atacá-los e prendê-los”.

O exemplo dos operários da Scania não tardou a ser imitado. Dentro de dez dias 90 empresas da Grande São Paulo entraram em greve, paralisando 500.000 empregados. Em função das novas circunstâncias políticas e econômicas criadas a partir dos movimentos grevistas, o empresariado e o governo foram obrigados a modificar a política salarial vigente desde 1965.

A partir do final da década de 1970, com as grandes greves do ABC paulista, os sindicatos fortaleceram-se e as aspirações por uma sociedade mais justa, mais democrática e mais igualitária ganharam forma, exigindo o fim do regime militar, reivindicando novos

⁵⁷ SKIDMORE, op. cit., p. 400.

direitos através de diferentes mobilizações, como greves, paralisações e protestos. Conforme Zanella,⁵⁸ fruto das lutas sindicais e da luta conjunta das organizações sociais e populares emergentes, vários direitos foram conquistados na Constituição de 1988, tendo sido reconhecidos os novos movimentos sociais como interlocutores válidos no cenário nacional.

A década de 1980 é marcada por grandes transformações e um grande dinamismo no conjunto do movimento sindical nacional. As principais tendências desse “novo sindicalismo” se expressa pela ruptura da dependência com o Estado, colocando-se, portanto a questão da autonomia, a necessidade de democratização dos sindicatos e das relações entre dirigentes e a base e a politização do movimento sindical.

O movimento sindical brasileiro, ao longo de sua história, buscou criar uma central sindical de âmbito nacional que unificasse sindicalmente as forças do trabalho. Lutando contra uma infinidade de elementos que lhes dificultavam a ação, estas tentativas não conseguiram consolidar-se, quer por dificuldades iminentes dos embates cotidianos contra o capitalismo, quer, especialmente pela repressão feroz da ordem implantada pelos regimes autoritários.

Foi, entretanto, na ação sindical do pós-64, e em especial nos anos setenta, que ocorreram os avanços para esta aspiração. Era preciso dotar os trabalhadores de um organismo sindical operário e assalariado, urbano e rural, de amplitude nacional, capaz de unificar suas lutas. Em agosto de 1981 realizou-se, na Praia Grande, em São Paulo, a Primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT)⁵⁹, com a presença de 1.901 entidades sindicais, 5.036 delegados representando entidades vinculadas aos assalariados urbanos e rurais, operários fabris e funcionários públicos, assalariados médios e bóias-frias, trabalhadores em serviços e despossuídos de terra.

Desenhava-se, entretanto, uma forte polarização: de um lado encontravam-se aqueles que defendiam um sindicalismo de perfil classista, mais combativo e, de outro, aqueles que apregoavam um sindicalismo de perfil conciliador, mais moderado. No primeiro bloco, encontrava-se o que de mais expressivo havia no novo sindicalismo, com Lula, Olívio Dutra, entre outras lideranças, além da totalidade das oposições sindicais. Este bloco foi responsável pela criação da CUT, em São Bernardo, em 1983.

⁵⁸ ZANELLA, op. cit., p. 167.

⁵⁹ Conforme documento I Conclat CUT, 1984, p. 31. Neste encontro participaram 469 sindicatos urbanos (com 3.053 delegados); 363 sindicatos rurais (com 916 delegados); 176 associações pré-sindicais (com 716 delegados); 32 associações de funcionários públicos (com 145 delegados); 43 federações (com 194 delegados) e 5 confederações (com 422 delegados). Veja também tudo sobre a I Conclat - A Caminho da Central Única Comissão Nacional Pró-CUT, (Cidas, SP).

A mediação dos setores progressistas da Igreja Católica foi fundamental para a construção da Central Única dos Trabalhadores. Segundo Rodrigues:

Esse foi um dado novo que veio alterar profundamente o quadro das lutas sindicais no país, ou seja, a “esquerdização” do comportamento da Igreja e sua franca oposição ao governo militar e também ao modelo econômico capitalista contribuíram, decisivamente, para a consolidação do sindicalismo como ator importante na sociedade brasileira nesse período.⁶⁰

O movimento sindical rural também teve um papel decisivo na criação da CUT. Articulado pela ação da esquerda católica, vivenciou um significativo crescimento, o que conferiu ao novo sindicalismo e ao movimento das oposições sindicais a presença central do proletariado rural e dos pequenos proprietários de terra, em razão da concentração fundiária.

Os defensores de um sindicalismo mais conciliador e moderado, então denominado Unidade Sindical, foi responsável, na Praia Grande, em 1983, pela criação da CONCLAT (Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora), que depois denominou-se CGT. Estava selada a divisão do sindicalismo brasileiro.

A atuação da CUT estava voltada para a luta contra o arrocho salarial, contra a superexploração da força de trabalho e contra a política econômica. Teve também um papel decisivo na democratização da estrutura sindical, em especial na luta pelo fim da ingerência do Estado.

A articulação através da CUT, agregando diversas categorias de trabalhadores, tornou-se fundamental para a luta e conquista de direitos na Constituição de 1988. Por outro lado, alguns aspectos negativos aos trabalhadores também foram mantidos. Conforme Antunes:

⁶⁰ RODRIGUES, Leôncio Martins. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: BOITO JR., Armando (Org.) *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 16-17.

Um ponto importante obteve-se através da liberdade de associação sindical, sem que para isso seja necessária a autorização do Estado ou a sua intervenção (Artigo 8º). Trata-se, é evidente, de um passo significativo e de uma conquista do movimento sindical combativo. Porém, os sindicatos continuam organizados por categoria profissional e não por ramo de atividade econômica (neste caso se evitaria que uma mesma empresa tivesse trabalhadores vinculados a diferentes sindicatos). E, o que é muito pior, manteve-se o nefasto imposto sindical, um dos pilares mais importantes do sindicalismo atrelado. Foram ampliadas inclusive as formas de contribuição, visando ao fortalecimento das Confederações que, ao invés de serem eliminadas, saíram fortalecidas.⁶¹

A nova Constituição não alterou leis que não atendiam aos anseios dos trabalhadores como o imposto e as contribuições sindicais, a persistência das confederações, a não-obtenção da plena autonomia e liberdade sindical, as possibilidades de restrição ao direito de greve e não foi repostos o direito à estabilidade no emprego. No entanto, várias conquistas ocorreram, como: a jornada de trabalho foi reduzida para 44 horas semanais, o valor da hora-extra passou a ter um adicional de 50%, o direito à licença-paternidade e o direito de sindicalização aos funcionários públicos. O novo texto incorporou instrumentos legais e jurídicos para o exercício de uma soberania popular redefinida e ampliada para além da prática do voto: Iniciativa Popular de lei, Plebiscito e Referendo Popular, Audiência Pública e Tribuna Popular.

Os avanços contidos na Constituição de 1988, bem como os conquistados nas décadas de 1980-1990 para os trabalhadores e o conjunto da sociedade brasileira, têm o peso da contribuição da matriz do novo sindicalismo. Este sindicalismo combativo, organizado, unificado através da CUT extrapolou as fronteiras do seu próprio campo de atuação, cooperando, sendo propositivo em áreas como a saúde, a educação, a economia, meio ambiente e cultura, nas políticas públicas em geral e contribuiu, de forma significativa, para a redemocratização do Estado e da sociedade civil em seus mais diferentes espaços.

⁶¹ ANTUNES, op. cit., p. 42.

1.2.5 A base social em organização

O revigoração das forças políticas populares no Brasil, a partir da segunda metade da década de 1970, pode ser associado, entre outros aspectos, ao exemplo de processos revolucionários acontecidos (Cuba), ao esgotamento do período do milagre econômico com a crise internacional do petróleo, às denúncias da crescente concentração de renda e acentuadas desigualdades sociais, conseqüência do projeto de desenvolvimento implementado pelos militares.

Significativos setores da sociedade civil, intelectuais, classes populares, líderes sindicais e religiosos começam a descrever, a partir do final da década de 1970, sobre o autoritarismo, a miséria e as discriminações existentes no Brasil. Ocorre a socialização da política, a reflexão sobre a realidade brasileira, que ganha contornos e espaço junto ao tecido social. Há uma ampliação das classes sociais populares para além do proletariado e do campesinato. Organizam-se outros segmentos como o empregado regular, o subempregado, o biscateiro, o bóia-fria, o posseiro, o acampado, a doméstica, o menor de rua, o não-alfabetizado, o idoso. Segundo Paludo,⁶² uma série de organizações e movimentos sociais populares são fundados no país. Estas organizações progressivamente ocupam espaços no cenário político e na agenda pública.

É justamente em contraposição aos desdobramentos do projeto de modernidade implementado pelo Estado brasileiro nas décadas de 1970/80 que se constituem as organizações sociais populares; o que representa, no espaço social, a articulação e congregação de forças políticas e culturais com capacidade de intervenção política e organizativa. Orienta-se para a luta pela democratização formal e para o aprofundamento desta democracia que consiste na partilha do poder político, econômico e cultural, apontando, já neste período, para a necessidade do alargamento e universalização dos direitos civis, políticos e sociais. Também, mobiliza-se em torno de questões que extrapolavam as reivindicações materiais (emprego, condições de trabalho, moradia, saneamento, saúde, educação), colocando na cena pública as discriminações de gênero, a discriminação racial contra o negro e os direitos humanos. O alargamento ou estreitamento da base social estava intrinsecamente ligado à luta que estava sendo travada e à radicalidade de sua exigência. A luta pelas “Diretas-Já” é um exemplo de ampliação do

⁶² PALUDO, op. cit., p. 53.

número de adesões por parte de amplos setores sociais. Já a luta pela Reforma Agrária, no mesmo período, teve reduzida adesão de setores da sociedade brasileira.

Um conjunto de organizações e movimentos sociais e populares constitui a base social que passa a se organizar coletivamente com novas práticas e novos valores, a partir das décadas de 1970/80. Paludo⁶³ faz um mapeamento dessas organizações e cita:

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), O Conselho Indigenista Missionário (CIMI), A Comissão Pastoral da Terra (CPT), as outras Pastorais Populares como a da Juventude, a Operária e a da Criança, as Associações e Movimentos Comunitários (Movimentos de Bairros), a Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS), a Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), o Movimento Negro Unificado, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), os Centros de Educação Popular, a Associação Nacional de ONGS (ABONG), o Movimento de Luta pela Moradia (MLM), o Movimento de Justiça e Direitos Humanos, o Movimento de Luta contra a AIDS, o Movimento pelo Direito da Livre Escolha Sexual, o Movimento Estudantil, o movimento dos Povos Indígenas, o Movimento Ecológico, o Movimento pela Anistia, as lutas pelo pluripartidarismo e eleições livres e diretas, os Movimentos de Luta pela Saúde, os Movimentos dos Idosos/Aposentados, Movimento pela Constituinte e o Movimento em Defesa da Escola Pública.

Maria da Glória Gohn faz uma periodização da história dos movimentos e lutas sociais e coloca que:

A década de 1980 e início dos anos 90, como uma fase de intensa movimentação social, dado pelas características da conjuntura política e bastante ampliado pela dimensão dos problemas sociais, pelo aumento do contingente populacional do país e pela facilidade de divulgação e reprodução das ações coletivas pelos meios de comunicação de massa.⁶⁴

Nesta fase há um alargamento considerável da sociedade civil e das classes populares que se constituem como sujeitos políticos. Surgem os novos movimentos sociais ou movimentos sociais populares. Novos valores e novas práticas populares ganham

⁶³ Ibidem.

⁶⁴ GOHN, Maria da Glória. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Loyola, 1995, p. 127.

qualidade, maior autonomia, maior organicidade, tornando-se visíveis de modo mais organizado e permanente, revolucionando o cotidiano e também o cenário público do país.

A conjuntura nacional do final da década de 1970 e início dos anos 1980 está caracterizada pela retomada da organização dos trabalhadores com as grandes greves do ABC paulista e a criação da CUT; com a divisão da Igreja Católica entre os progressistas, favoráveis as mudanças propostas pelo Concílio Vaticano II e mais fortemente pelas Conferências Latino-Americanas de Medellín e Puebla e contrários ao regime militar; e, pelos conservadores, resistentes às mudanças internas da Igreja e favoráveis ao regime por impedir as idéias socialistas no país. Neste novo contexto, estão os intelectuais do campo artístico, musical e literário, que se manifestam abertamente pela redemocratização do país, somado ao enfraquecimento do poder dos militares e pelo fracasso de sua política de desenvolvimento.

Este contexto produz os elementos necessários e o alicerce para um processo de mudanças no campo social e político do país e ultrapassa as fronteiras dos grandes centros e das capitais, que haviam sentido com mais intensidade a força repressora do regime e, talvez por isso, tenham reagido e se manifestado primeiramente neste processo de mudanças.

No segundo capítulo, será analisada a atuação dos setores progressistas da Igreja Católica na região Alto Uruguai do RS por ser um dos atores que contribuíram, tanto para que a conjuntura social e política do país fosse fonte de análise e interpretação, quanto para que na região houvesse um trabalho voltado para a realidade político-social, através da atuação das pastorais sociais e com a formação de novas lideranças.

CAPÍTULO 2
A ATUAÇÃO DOS SETORES PROGRESSISTAS DA IGREJA
CATÓLICA NA REGIÃO ALTO URUGUAI



Fonte: Mitra Diocesana de Erechim

Figura 4 – Capa de folheto elaborado pela Igreja com textos sobre temas sociais e políticos

No final da década de 1970, surge, no contexto nacional, um conjunto de forças sociais e políticas organizadas na luta pela redemocratização do país e pela conquista de direitos para os trabalhadores. Articuladas entre si, conquistaram o respaldo de significativa parcela da sociedade civil para avançar e forçar o regime militar a iniciar o processo de abertura política. Por outro lado, o regime militar percebendo o avanço das forças de oposição e vendo o seu modelo de desenvolvimento fracassar, não viu outra saída senão adotar a alternativa da transição para a democracia.

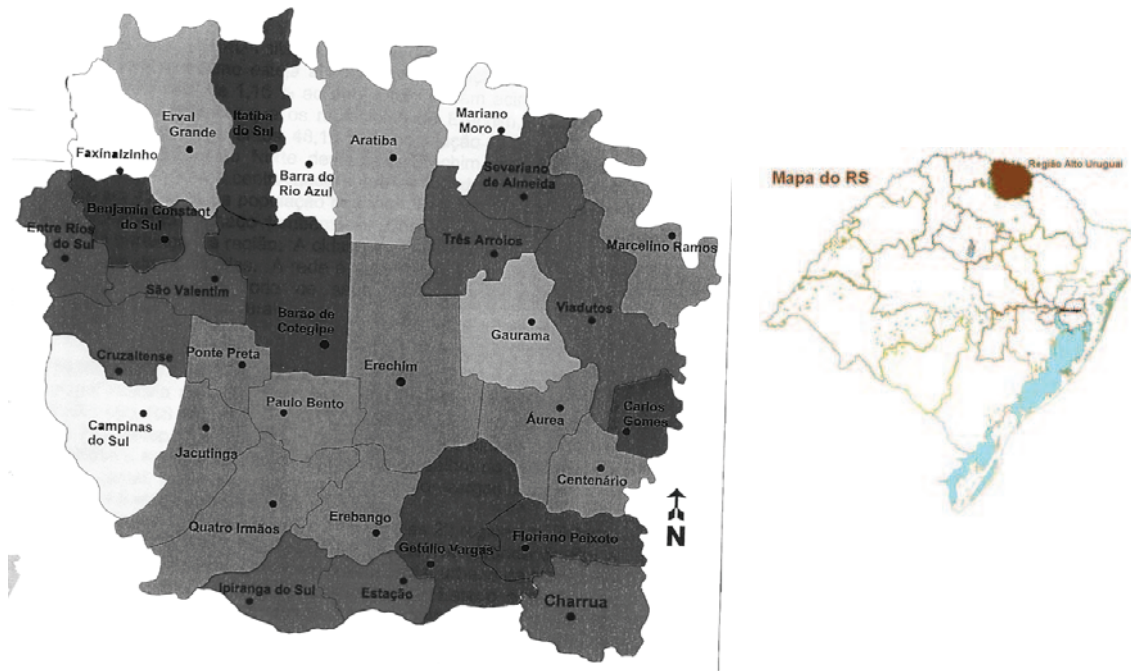
Na região Alto Uruguai, a formação deste novo momento ocorre, especialmente, durante a década de 1980, quando se verifica um amplo e planejado trabalho realizado pelos setores progressistas da Igreja Católica, a qual passa a relacionar fé e temas bíblicos com a realidade sócio-política.

Neste segundo capítulo, será analisada a atuação dos setores progressistas da Igreja Católica no surgimento de inúmeras lideranças sociais e políticas e na formação de um novo contexto social na região Alto Uruguai do Rio Grande do Sul. Mais precisamente, as ações desenvolvidas que desencadearam um amplo trabalho de formação, especialmente entre os jovens que, posteriormente, passaram a atuar nos movimentos sociais populares, no meio sindical e no campo político. A análise se estende para as mudanças internas da Igreja a partir do Concílio Vaticano II e das Conferências de Medellín e Puebla, as diretrizes da CNBB, as divergências internas do clero, a posição do Bispo Diocesano e o trabalho das pastorais sociais.

2.1 O contexto social e religioso da região Alto Uruguai

As mudanças que passam a ocorrer no campo social e político do país encontram na região Alto Uruguai do RS, também identificada como área de abrangência da Diocese de Erechim, um terreno fértil a ser explorado. A economia local estava centrada na pequena propriedade, com a presença predominante do imigrante de origem italiana e em menor escala da polonesa, alemã, negra e indígena. Durante as décadas de 1970 e 1980, dos 31 municípios que compunham a região, apenas Erechim, que era o município pólo, tinha predomínio populacional no meio urbano. Os demais municípios concentravam sua população em comunidades rurais, que se caracterizavam pelo espírito religioso e pela participação comunitária, o que contribuiu muito para o trabalho conscientizador dos

setores progressistas da Igreja Católica. A Diocese de Erechim era formada por 28 Paróquias⁶⁵, onde havia um Pároco e, nas maiores, também a presença de um Vigário, que deveriam atender as comunidades e bairros.



Fonte: Secretaria Especial do Interior do RS

Figura 5 – Mapas da região Alto Uruguai e do RS em 1990

Conforme análise no capítulo anterior, no contexto nacional, a Igreja Católica se constituiu como uma das instituições menos vulneráveis e de maior autonomia em relação ao regime militar, mesmo sofrendo com as perseguições, torturas e mortes de religiosos que se manifestavam contrários à ditadura. D. Demétrio Valentini, hoje, bispo da Jales (SP), natural do município de São Valentim, e que exerceu o sacerdócio até o início da década de 1980, como padre na diocese de Erechim, coloca que:

⁶⁵ As Paróquias da Diocese de Erechim e os municípios ou localidades a que pertenciam na década de 1980 eram os seguintes: Imaculada Conceição (Getúlio Vargas), N. Sra do Monte Claro (áurea), Catedral São José (Erechim), São Luiz Gonzaga (Gaurama), Santa Ana (Carlos Gomes), São João Batista (Marcelino Ramos), Santa Isabel (Três Arroios), N. Sra do Rosário (Barão de Cotegipe), Sagrado Coração de Jesus (Viadutos), Santo Antônio (Jacutinga), N. Sra Medianeira (Barra do Rio Azul), Sagrado do Coração de Jesus (Paulo Bento), São Valentim (São Valentim), N. Sra da Glória (Erval Grande), São Caetano (Severiano de Almeida), São Tiago (Aratiba), Santa Terezinha (Estação), N. Sra. Navegantes (Campinas do Sul), N. Sra. Salete (Erechim), São Pedro (Erechim), São Francisco de Assis (Mariano Moro), São Roque (Itatiba do Sul), São Roque (Benjamin Constant), São Pedro (Sede Dourado), N. Sra das Dores (Capo-Erê), São Cristóvão (Erechim), N. Sra. De Fátima (Entre Rios do Sul), São Francisco (Erechim). Havia ainda o Seminário Nossa Senhora de Fátima (Erechim), o Seminário Nossa Senhora da Consolata (Erechim) e o Seminário Nossa Senhora da Salete (Marcelino Ramos).

A Igreja teve força de se impor contra a ditadura, e o regime não tinha moral e ética para enfrentar a Igreja. A Igreja esteve na vanguarda para as aspirações democráticas e serviu como guarda-chuva de todos os que desejavam atuar na linha da democratização. A CNBB exerceu na década de 1970, a função de ser um porta-voz de quem não tinha voz.⁶⁶

Contudo, vale reconhecer que outros atores sociais como a União Nacional dos Estudantes (UNE), os sindicatos combativos, os políticos de oposição e demais setores contrários ao regime somaram-se ao trabalho de padres, bispos e leigos de perfil progressista, contribuindo para uma mudança de concepção social e política de sociedade e conquistando o apoio da mesma na luta pela redemocratização.

O trabalho dos setores progressistas da Igreja Católica, na década de 1970, marca o início da formação de um novo contexto social na região Alto Uruguai. Orientada pelas doutrinas do Concílio Vaticano II, convocado por João XXIII em 1962, e com maior ênfase pela Conferência do Episcopado Latino Americano de Medellín em 1968, e mais tarde, em 1979, por Puebla, afirma-se o pensamento progressista dentro da Igreja Católica. A transformação da Igreja em instituição progressista, na teoria e na prática, completa-se com a atuação de muitos padres, irmãs e leigos que implementaram uma nova forma de atração de fiéis, caracterizada como a esfera de influência ideológico-espiritual do catolicismo.

Comprometidos com a construção de uma nova sociedade, foram os mediadores religiosos os responsáveis pela formação de quase todas as lideranças do meio sindical, dos movimentos sociais e do campo político com a criação do Partido dos Trabalhadores na maioria dos 31 municípios da região Alto Uruguai. Zanella⁶⁷ descreve:

Em vários municípios da região Alto Uruguai, centenas de trabalhadores, principalmente jovens, abraçaram a causa da construção da “nova sociedade” a partir da participação em encontros da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Pastoral da Juventude (PJ), da Juventude Operária Católica (JOC), da Pastoral Operária (PO), entre outras. O resultado foi a organização simultânea de oposições sindicais, de comissões provisórias municipais do Partido dos Trabalhadores, de núcleos de trabalhadores sem-terra, de comissões contra as barragens, de grupos de mulheres, de jovens, entre outros.

⁶⁶ VALENTINI, D. Demétrio. Entrevista concedida ao autor em 10 de janeiro de 2007. Erechim.

⁶⁷ ZANELLA, op. cit., p. 193-194.

Um dos grandes personagens e pensador do novo trabalho da Igreja Católica na Diocese de Erechim, durante as décadas de 1970 e de 1980, quando a mesma se volta para a dimensão social e humana, foi o Padre Antoninho Valentini⁶⁸, o primeiro coordenador diocesano de pastorais. Ele nos relata que

O trabalho de formação da Igreja, na segunda metade da década de 1970 e toda a década de 1980, contribuiu para a formação de lideranças, que primeiramente atuaram na própria Igreja através das pastorais, da liturgia e da catequese. Posteriormente, parte destas lideranças passou a atuar também em outros espaços, como no campo sindical e político partidário, em associações de bairros e conselhos comunitários, contribuindo para a formação de uma nova concepção de sociedade e de democracia.

A atuação dos setores progressistas da Igreja Católica em Erechim, nas décadas de 1970 e 1980, e o seu destacado papel no campo social é o reflexo das grandes mudanças ocorridas em seu próprio interior nos últimos 50 anos, pois a Igreja passou de um predomínio da “Instituição” para uma primazia do “Indivíduo”. Passou também, ao mesmo tempo, de uma orientação clara para Deus ou a transcendência para a busca de soluções imediatas dos problemas humanos de todos os dias.

2.2 As mudanças internas na Igreja Católica

Se a Igreja Católica se apresentava, num primeiro momento, até a metade do século XX, como uma sólida instituição tradicional, onde os fiéis aceitavam a autoridade da hierarquia eclesiástica para orientar a sua fé, seguindo conteúdos doutrinários e normas morais; num segundo momento, o acento é colocado sobre as comunidades, a dimensão humana, de relacionamento direto e próximo entre as pessoas, dando um novo sentido ao homem, não apenas como um ser religioso, mas um ser comprometido com o social, provido de coletividade. Basta olhar para o grande desenvolvimento que, na década de 1970, tiveram no Brasil, as comunidades de base e, em anos mais recentes, os novos movimentos, que não deixam de ser um tipo de comunidade voltada para a criação de laços afetivos entre pessoas que aderem ao movimento por escolha pessoal, por uma causa social

⁶⁸ VALENTINI, Padre Antoninho. Entrevista concedida ao autor em 27 de dezembro de 2006. Erechim.

ou econômica, por afinidade ou simpatia com as lideranças carismáticas. A doutrina certa não é mais aquela que é conforme o magistério da Igreja, o ensinamento de Papas e Bispos, mas a que é coerente com a experiência da comunidade ou movimento.

Entre os movimentos de renovação da Igreja Católica no Brasil está a Ação Católica, que ofereceu à Igreja a primeira estrutura e articulação nacional, e serviu de base também para a implantação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em outubro de 1952.

O Plano de Pastoral de Conjunto (PPC), aprovado pelos Bispos do Brasil para o período 1966-1970 tornou-se, de fato, um decisivo instrumento da difusão da eclesiologia e das diretrizes práticas conciliares, aplicadas sistemática e organicamente à situação da Igreja no Brasil. A ação social incentivada também pelas encíclicas de João XXIII *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963), tinha dado grandes passos para as mudanças internas que a Igreja sofreria mais tarde.

Uma das condições necessárias para uma apresentação pastoral da doutrina aos homens de hoje está assim expressa⁶⁹ no Compêndio Vaticano II:

Deve a doutrina estender-se aos problemas reais e que são a preocupação constante não raro angustiante, dos homens de hoje (e não dos de outros tempos). O que implica um conhecimento exato e uma análise precisa desse mundo que importa salvar. O bom pastor conhece suas ovelhas.

As ações direcionadas para o social intensificaram-se na década de 1960 e levaram a CNBB a apoiar as “reformas de base” propostas por João Goulart, exigidas pelos movimentos populares, pelos estudantes universitários e pelos partidos de esquerda.

É a partir de um intenso movimento de renovação, nos anos 50, que a Igreja Católica no Brasil redimensiona a sua ação, cujos frutos aparecerão especialmente na segunda metade da década de 1960, após o Concílio Vaticano II. Valentini relata⁷⁰ que “O Concílio Vaticano II teve recepção exatamente na América Latina com a Conferência de Medellín, em 1968, sendo o único continente que abraçou o Concílio por estar vivendo uma época fecunda de intuição de futuro”.

A Segunda Conferência do Episcopado Latino-Americano em Medellín em 1968 é um marco para a mudança de postura de setores da Igreja Católica na América do Sul e,

⁶⁹ COMPÊNDIO do Vaticano II. Constituições, Decretos, Declarações. Petrópolis: Vozes. 2000, p. 11.

⁷⁰ VALENTINI, D. Demétrio. Entrevista concedida em 10 de janeiro de 2007. Erechim.

conseqüentemente, no Brasil. Recordemos alguns dos textos elaborados pela Conferência de Medellín: ⁷¹

Os principais culpados da dependência de nossos países são aquelas forças que, inspiradas no lucro desenfreado, conduzem à ditadura econômica e ao “imperialismo” internacional do dinheiro (2, 9); Situação de injustiça que se pode chamar de “violência institucionalizada” (2, 16); Educação libertadora: a que converte um educando em sujeito de seu próprio desenvolvimento (4, 8); Um surdo clamor brota de milhões de pessoas, pedindo a seus pastores uma libertação que não lhes chega de lado nenhum (14, 2); Em nossa missão pastoral confiaremos antes de tudo na força da Palavra de Deus (14, 14); A comunidade cristã de base é o primeiro e fundamental núcleo eclesial [...], célula inicial de estruturação eclesial e foco da evangelização, e atualmente fator primordial de promoção humana e desenvolvimento (15, 10).

A Igreja tinha apoiado a política “desenvolvimentista” dos anos 50 e tinha mantido o apoio às “reformas de base”, no início dos anos 60. Nesta altura, porém, as divisões no seio do episcopado manifestaram-se mais claramente. O Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara se demite da Presidência da CNBB. Dom Helder Câmara pede para deixar o lugar de Auxiliar do Rio de Janeiro e é transferido, em março de 1964, para São Luís do Maranhão e, logo depois, para Olinda e Recife. O golpe de 31 de março de 1964 leva a uma reunião extraordinária, de 27 a 29 de maio de 1964, da qual sai uma declaração aceitando a intenção da Revolução de livrar o país do comunismo e agradece aos militares, mas faz ressalvas e o voto de que a reconstrução do país siga a Doutrina Social da Igreja.

Na realidade, os anos seguintes mostraram os rumos autoritários dos militares no poder, o sacrifício das liberdades democráticas e as divergências profundas com relação à Doutrina Social ⁷². No seio do episcopado, as simpatias para com o movimento militar e a nostalgia da aliança com o poder civil vão mingando na medida em que as promessas de democratização são desatendidas e, ao contrário, a pressão se torna mais violenta e o uso

⁷¹ RICHARD, Pablo. *Força ética e espiritual da teologia da libertação no contexto atual da globalização*. São Paulo: Paulinas, 2006, p. 23.

⁷² Neste período, de 1964 a 1976, persistem muitas ambigüidades e divisões no seio do episcopado. Uma interessante documentação das divergências e das inúteis tentativas de diálogo entre o episcopado e os militares se encontra no estudo de SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra*. Rio de Janeiro: Companhia das letras, 2001, p. 566 (cf. especialmente o cap.6: Justiça social ou subversão?). A publicação (2001) das memórias do Cardeal Dom Paulo Evaristo ARNS e de Dom Waldyr CALHEIROS permite agora completar a informação sobre os dramáticos anos’70, através dos depoimentos dos protagonistas do lado da Igreja. Também são importantes as publicações sobre Dom Helder Câmara, sobretudo a biografia de PILETTI, Nelson e PRAXEDES, Walter (São Paulo: Ática, 1997, p. 472.).

da tortura, mais freqüente. Ao mesmo tempo, amadurecia no conjunto da Igreja uma nova opção política e pastoral, a partir de iniciativas pioneiras e depois acolhidas por muitos.

Conforme Valentini⁷³,

Em 1970, a CNBB, na Assembléia dos Bispos do Brasil, aceitou tratar o tema da tortura. Em todo o Brasil, as diretrizes da Igreja passaram a tratar mais a realidade. As diretrizes inspiram os planos diocesanos para o despertar da consciência e estes sintonizam com as diretrizes nacionais para ações evangelizadoras. Há uma certa resistência, um certo medo de parte do clero, na diocese de Erechim, de aderir às novas diretrizes, mas estava legitimado, internamente, o espaço para os que queriam uma Igreja voltada à realidade social.

Os setores progressistas da Igreja Católica renovam-se a partir de baixo, a partir da “base”, a partir de sua inserção na vida do povo. A Terceira Conferência do Episcopado Latino-Americano em Puebla ocorre em 1979 e afirma a necessidade de conversão de toda a Igreja para uma opção preferencial pelos pobres, com vistas à sua libertação integral. Alguns escritos de Puebla colocam:⁷⁴

A situação de extrema pobreza generalizada adquire na vida real rostos muito concretos nos quais deveríamos reconhecer os traços sofredores de Cristo, o Senhor, que nos questiona e interpela (31-41); Está subindo até o céu um clamor cada vez mais tumultuoso e impressionante. É o grito de um povo que sofre e que suplica por justiça [...] (87-89).

Este ideal, no Brasil, é acolhido e assumido não apenas espontaneamente por algumas comunidades eclesiais tradicionais, como as “capelas” do interior rural, mas se torna um objetivo explícito do PPC – “Plano de Pastoral de Conjunto”, o primeiro plano assumido oficialmente pela Conferência Episcopal⁷⁵. Os setores progressistas da Igreja

⁷³ VALENTINI, Padre Antoninho. Entrevista concedida ao autor em 27 de dezembro de 2006. Catedral São José. Erechim.

⁷⁴ RICHARD, op. cit.p. 24.

⁷⁵ Conforme CNBB, Plano de Pastoral de Conjunto. Rio de Janeiro, Livraria Dom Bosco, 1967, 2ª ed. P. 57-58. Após 1970, a CNBB não publicou mais planos pastorais, mas conservou as linhas gerais do PPC e, a partir de 1975, a cada 4 anos, publicou “Diretrizes Gerais da Ação Pastoral” (desde 1995, “Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora”). Sobre o planejamento pastoral no Brasil, o estudo mais completo é de FREITAS, Maria Carmelinda de. *Uma opção renovadora: a Igreja no Brasil e o planejamento pastoral*. São Paulo: Loyola, 1997, p. 471.

Católica encontram nas Conferências de Medellín e Puebla o embasamento para suas ações.

O avanço no comprometimento de parte da Igreja Católica com a realidade social e própria reforma litúrgica, podem ser percebidos se compararmos o conteúdo dos folhetos da liturgia dominical do ano de 1979 com o ano de 1985:

(Acolhida)

Caros amigos! Desde quarta-feira vivemos o tempo forte de preparação à Páscoa. Nesta quaresma, como nas 15 anteriores, a campanha da Fraternidade nos ajuda a viver nossa Penitência. Neste ano nos mando preservar o que é de todos. E hoje, com a Diocese, rezamos também pelas vocações.⁷⁶

(Acolhida)

Os problemas cada vez maiores enfrentados pelos agricultores revelam a necessidade de uma Reforma Agrária urgente. O crescimento das populações sem condições de vida nas periferias da cidade indica quanto é necessária uma nova organização social. Para que tudo isto aconteça, Deus continua enviando seus mensageiros para anunciar e construir seu reino.⁷⁷

Nas décadas de 1970 e 1980 a Igreja Católica viveu um processo de autêntica reforma eclesial. Temas importantes passam a ser tratados como o ecumenismo, a liberdade religiosa, os meios de comunicação. Ganhou corpo o ecumenismo e a colaboração no campo social e dos direitos humanos.

A Diocese de Erechim tem em geral um clero receoso diante das mudanças propostas pela Conferência de Medellín em 1968. Apenas alguns padres, recém ordenados no início da década de 1970, assumem uma nova postura, com um trabalho voltado para a realidade social. O padre Ivo Moelke⁷⁸ relata que “as mudanças pelas quais a Igreja passa a partir do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín têm grande resistência por grande parte do clero da Diocese de Erechim, pois a maioria dos padres não procurava conhecer esta nova doutrina da Igreja”.

A década de 1970 se revela um período de assimilação das mudanças profundas, tanto da doutrina, como na organização e atitudes da Igreja Católica. Ocorre a nítida divisão entre os setores progressistas, que buscam transformar além da realidade social a atuação da própria Igreja, e os setores conservadores, que defendem uma Igreja voltada

⁷⁶ COMUNIDADE EM ORAÇÃO. Folheto da liturgia dominical da Catedral São José de Erechim em 04/03/1979.

⁷⁷ Ibidem.

⁷⁸ MOELKE, Padre Ivo. Entrevista concedida ao autor em 05 de janeiro de 2007. Paróquia de Capoeirê, norte do RS.

para a fé e a espiritualidade, mantendo-se alheia ao contexto vivido pelo Brasil em meio à ditadura militar e a posterior abertura democrática.

2.2.1 A conscientização a partir da Teologia da Libertação

O trabalho conscientizador realizado pela Igreja que relacionava fé e realidade social foi primordial para o surgimento e o fortalecimento de muitas organizações sociais populares na região Alto Uruguai, nas décadas de 1970 e 1980. Moraes ressalta⁷⁹ que por mais indefinidos que fossem, os setores progressistas da Igreja Católica tinham um projeto a ser implantado: a construção da sociedade nova, cujos pilares estavam justamente na construção da “democracia de base”, através da participação popular.

As doutrinas emanadas do Concílio Vaticano II e das Conferências de Medellín e mais tarde de Puebla abriram grande espaço para a atuação dos setores progressistas da Igreja Católica da Diocese de Erechim, a qual passou a pregar a Teologia da Libertação através de várias pastorais e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Schmitt coloca que⁸⁰

A ação pastoral desenvolvida por religiosos e leigos identificados com a Teologia da Libertação voltava-se, antes de qualquer coisa, para as bases, ou seja, para aqueles setores da população privados ao mesmo tempo ‘do ter, do poder e do saber’, desdobrando-se em distintas frentes de luta. Neste primeiro momento, a luta dos sem-terra, a luta dos agricultores atingidos pela construção de barragens, a luta dos pequenos agricultores, a organização das mulheres e dos jovens apareciam como desdobramentos de um único projeto, cujo objetivo último era a construção da ‘nova sociedade’.

Levando em conta os valores da Teologia da Libertação e a aplicação do método “Ver, Julgar e Agir”, foram realizados, na região, inúmeros cursos de formação, os quais alargaram a visão de centenas de trabalhadores, tanto do campo como da cidade, incentivando-os a uma atuação oposicionista junto aos sindicatos de trabalhadores

⁷⁹ MORAES, Maria Stela. No rastro das águas: organização, liderança e representatividade dos atingidos por barragens. In: NAVARRO. Zander (Org). *Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1996, p. 142.

⁸⁰ SCHMITT, Claudia Job. A CUT dos colonos: histórias da construção de um novo sindicalismo no campo no Rio Grande do Sul. In: NAVARRO. op. cit., p. 194.

existentes e também na construção de novos movimentos sociais que emergiram no Alto Uruguai.

O ano de 1962 é tradicionalmente considerado o ano de nascimento da TL, mas esse nascimento tem como contexto toda a reforma eclesial desde o Concílio Vaticano II em diante. Recordemos os quatro elementos fundadores e constitutivos da TL entre 1968 e 1989:⁸¹

1) Opção preferencial pelos pobres: raiz e estrutura básica e permanente de toda a TL. É a perspectiva que nos diferencia das teologias progressistas do Primeiro Mundo, que nasce do diálogo com as ciências sociais e a secularização. Na opção pelos pobres, estes são sujeitos do Reino de Deus na construção de uma sociedade alternativa[...].

2)Prioridade da práxis: a T como segundo ato. O ponto de partida da TL foi sempre a práxis da libertação, com toda sua densidade teórica, estratégica e orgânica. A TL busca não só interpretar a realidade partir do exterior, mas transformá-la a partir de dentro. [...] Algumas correntes da TL utilizaram o marxismo como instrumento de análise da realidade, sem assumir sua dimensão política (o comunismo) ou filosófica (o materialismo histórico).

3)Espiritualidade: a TL é uma teologia com espírito. A TL definiu-se desde o princípio como uma teologia que nasce do encontro com o Deus dos pobres no interior de uma prática de libertação.[...] A espiritualidade era vivida na oração, na mística, na arte, no canto, na poesia, mas sobretudo no testemunho, o que levava, muitas vezes, ao martírio.

4)Profetismo: a TL é a Palavra de Deus. A TL pensou-se a si mesma, fundamentalmente, como teologia bíblica e profética, não como teologia dogmática ou pastoral. Assumiu o grito dos pobres e a defesa do projeto de Deus na Igreja e na sociedade.[...].

A Teologia da Libertação nasce num contexto onde há um processo de recuperação econômica, social, cultural e espiritual na Europa. Encontra um Estado de bem-estar social e um capitalismo reformista, que permite mobilizações e organização social. Nesse contexto, inscreve-se o movimento teológico europeu que vai se expressar no Concílio Vaticano II: recuperação espiritual da Europa e do Ocidente.

Na América Latina torna-se evidente a crise desse modelo. É debatida a idéia de que não há desenvolvimento sem libertação. Em 1959, triunfa a Revolução Cubana e, de 1970 a 1973, triunfa no Chile o modelo de transição democrática para o socialismo. Mas isso provoca, na mesma época, uma repressão crescente aos movimentos de libertação e a instauração de ditaduras militares em vários países. Neste difícil contexto é recebido e interpretado o Concílio Vaticano II, a II Conferência de Medellín e nasce a Teologia da Libertação.

⁸¹ RICHARD, Pablo. op. cit., p. 26.

A construção da “nova sociedade”, que incorporava a luta pela conquista do direito à liberdade democrática, à terra, às políticas públicas como saúde, educação, habitação e tantas outras, impulsionou os setores progressistas católicos da Diocese de Erechim a assumirem a tarefa de fazer o trabalho evangelizador a partir da TL e das novas diretrizes do Plano de Pastoral elaborado pela CNBB para o período de 1966-1970, que orientariam as ações da Igreja para além deste período.

2.3 A construção de um ideal coletivo

A origem do novo momento no campo político e social do Brasil é fruto da construção coletiva de uma multiplicidade de atores que se agregaram ao processo pela redemocratização, pela luta por direitos ou, simplesmente, desejavam transformar o seu espaço de atuação. Muitos foram os projetos que ficaram soterrados com a deflagração do golpe militar de 1964 e com as medidas repressivas do AI 5, especialmente entre os anos de 1969 e 1974.

Porém, os ideais que anteriormente estavam sendo construídos, não haviam sido esquecidos e, secretamente, eram compartilhados e enriquecidos por pessoas, grupos e categorias. Foi durante o período de maior controle dos militares sobre a sociedade civil e, especialmente, sobre as organizações contrárias ao regime, que também algumas mudanças ocorrem na Igreja Católica, seguindo orientações do Concílio Vaticano II e aprofundadas em Medellín e Puebla. Mesmo que as ações propostas oficialmente pela Igreja sofressem resistência por grande parte do clero que agia por medo do regime, por relações próximas com instâncias do poder (como prefeito local, políticos e demais lideranças que exerciam o papel de transmissores ideológicos do sistema político presente no Brasil), alguns padres e leigos passaram a organizar seus próprios espaços de intervenção.

Na região Alto Uruguai, alguns grupos formados por padres e leigos passaram a se organizar no início da década de 1970, com forte relação com o aspecto religioso. Grupos que tinham menos a função executora e muito mais a de analisar a conjuntura, pensar ações, constituir ferramentas de lutas e criar organizações legais, propositivas, que interviessem junto ao Estado, no campo político partidário, no meio sindical e na democratização da própria Igreja.

2.3.1 O Esquema Dois

Um dos primeiros espaços que referenciam o ideário de construção de novas organizações sociais populares, a partir do início década de 1970, através dos setores progressistas da Igreja Católica na região Alto Uruguai, foi o Esquema Dois. Uma organização que funcionou durante a década de 1970 e na primeira metade da década de 1980. Não exatamente clandestina, embora não passasse pelas instâncias oficiais da Igreja, conservava uma certa prudência e o receio pertinente de quem tinha propósitos transformadores em meio às medidas repressivas do regime militar. Congregava um grupo de padres progressistas das Dioceses de Erechim e de Passo Fundo, que por vezes se articulavam com padres de outras Dioceses do Estado do RS; tinha por objetivo pensar e definir ações comuns, tendo presente a conjuntura nacional e a realidade local.

Segundo o Padre Milton Matias⁸², “nos reuníamos para fazer frente às questões do Estado. As reuniões aconteciam mensalmente, sem seguir um rigoroso cronograma e tratávamos os nossos assuntos, sobre o clero, as divergências na Igreja e também sobre questões sociais, ligadas à Comissão Pastoral da Terra (CPT)”.

Embora embasados pelas mudanças internas que a Igreja Católica vinha passando, fundamentadas por documentos oficiais como o Concílio Vaticano II e Medellín e pelo testemunho de vários bispos e padres que atuavam no centro e nordeste do país, ainda assim, conforme Matias “era preciso ter coragem e ousadia para enfrentar o conservadorismo dos padres com maior tempo de sacerdócio e a boa relação de políticos defensores do regime com as instâncias decisórias da Igreja Católica na região”.

Da Diocese de Erechim, participavam os padres Milton Mathias, Ivo Moelke, Antonio Scheffel, entre outros. O padre Ivo Moelke⁸³ relata: “reuníamos por “baixo dos panos”. Muitos padres eram convidados a participar, mas havia muita resistência, pois a grande maioria achava que deveriam ficar só no aspecto religioso. Na Diocese dizia-se que era a reunião dos padres novos”.

A formação pelo qual passavam todos os padres da Diocese, também ganhou novos elementos a partir da década de 1960 com as mudanças propostas pelo concílio Vaticano II e pelas Conferências que se sucedem na América Latina. Os padres formados na fase

⁸² MATIAS, Padre Milton. Entrevista concedida ao autor em 28 de dezembro de 2006. Paróquia de Três Arroios, norte do RS.

⁸³ MOELKE, Padre Ivo. Entrevista concedida ao autor em 05 de janeiro de 2007. Paróquia de Capoerê.

anterior ao Concílio tinham passado por um processo de formação que priorizava uma visão de Igreja voltada para o transcendental, pelo espírito da fé, que dialogava com os seus fiéis tendo a liturgia em latim. Já a geração dos padres ordenados a partir da segunda metade da década de 1960 tem a possibilidade de observar os novos rumos que a Igreja Católica poderia tomar, a elaboração das diretrizes pela CNBB e por isso muitos padres recém formados optam por uma atuação a partir da realidade social e política.

Em sua maioria, os padres da Diocese de Erechim eram de origem simples, filhos de pequenos agricultores que se instalaram em terras dobradas ao longo do rio Uruguai. Vivenciavam o trabalho árduo e as dificuldades econômicas enfrentadas por suas famílias. Conforme Piran⁸⁴,

[...] vindos das Colônias Velhas (a maioria) ou diretamente da Europa (a menor parte), os agricultores familiares cumprem na região, mais uma etapa de sua peregrinação e luta pela própria reprodução. Vale dizer, cumprem mais uma etapa da luta permanente pela terra, elemento constitutivo básico da unidade familiar de produção.

Segundo Valentini⁸⁵, a origem dos padres da Diocese de Erechim é do meio rural, da pequena propriedade que passava por muitas dificuldades, e isso contribuiu para um novo olhar sobre a realidade social e política e para uma mudança no trabalho do padre, sobretudo nas paróquias interioranas. O despertar para uma consciência crítica por parte de alguns padres foi fruto de sua história e de sua própria realidade, somado ao conhecimento que a formação para o sacerdócio lhes proporcionava.

O grupo Esquema Dois manteve-se organizado até o ano de 1974, aproximadamente, quando outras organizações, como o grupo Paulo VI e o trabalho das pastorais, passaram a ter uma atuação destacada na organização dos movimentos sociais e de muitas lutas na região Alto Uruguai.

⁸⁴ PIRAN, Nédio. *Agricultura familiar: lutas e perspectivas no Alto Uruguai*. Erechim/RS: EdiFAPES, 2001, p. 59-60.

⁸⁵ VALENTINI, Padre Antoninho. Entrevista concedida ao autor em 27 de dezembro de 2006. Catedral São José. Erechim.

2.3.2 O Grupo Paulo VI

O Grupo Paulo VI constituiu-se em 1972 com a participação de padres, professores e lideranças dos movimentos sociais ligados à Igreja Católica. O seu objetivo era questionar o sistema político, defender um sindicalismo combativo, difundir o socialismo, apostar no jovem como sujeito da História e fazer da Igreja um instrumento de transformação social.

Foi um processo de construção coletiva pautado com planejamento, organização, divisão de tarefas e a participação de dezenas de lideranças da região Alto Uruguai. Sujeitos sociais que acreditaram na transformação da sociedade e que a mesma só seria possível com a articulação e a congregação de forças políticas, sociais, religiosas e culturais, com capacidade de intervenção política e organizativa, constituindo-se assim um campo de lutas.

O tema gerador desse grupo era de ordem social, objetivando organizar estratégias de enfrentamento ao projeto político implementado pelos governos militares, buscando organizar espaços estratégicos de lutas, tendo sempre a motivação pela fé. O Padre Valter Girelli⁸⁶ relata que:

Na Igreja Católica havia pouco espaço para os setores progressistas atuarem. Então, como se articular enquanto Igreja? Os sindicatos eram pelegos (sindicatos atrelados ao Estado) e havia a necessidade de ter um espaço que funcionasse como um fórum de discussões, de assessoria para encontros, um grupo pensante. O Paulo VI foi o grupo onde ecoou o espírito transformador, onde estavam os agentes da Igreja mais comprometidos com a libertação.

Primeiramente, o grupo Paulo VI se reunia na Fundação Alto Uruguai para Pesquisa e o Ensino Superior (FAPES), pois havia a participação de alguns professores desta Instituição de ensino. Estes profissionais conseguiram a autorização para ocupar uma sala da FAPES, bem como reproduzir alguns materiais escritos que eram estudados no grupo ou repassados a outros grupos e movimentos sociais que começavam a se organizar. Ainda segundo Girelli⁸⁷,

⁸⁶ GIRELLI, Padre Valter. Entrevista concedida ao autor em 05 de janeiro de 2007. Paróquia de Estação, município de Estação.

⁸⁷ Idem.

Os padres mais velhos e por vezes o bispo D. João Hoffmann, da diocese de Erechim, faziam algumas críticas quanto à nossa participação neste grupo, mas buscávamos força entre nós e tínhamos como referência os bispos D. José Gomes, de Chapecó e D. Orlando Dott, de Vacaria, que estavam comprometidos com a realidade social e o processo de mudanças da Igreja Católica.

Um aspecto a ser considerado está relacionado à denominação “Paulo VI”. Mesmo tendo uma forte ligação com a Igreja, o nome não tinha relação com o aspecto religioso ou com as mudanças que estavam em curso na Igreja Católica. Nem mesmo com o Papa Paulo VI que realizou seu pontificado de 1963 a 1978, concluiu o Concílio Vaticano II em 1966 e tinha uma visão tradicional da Igreja. Segundo a professora Nely Zaffari⁸⁸, o nome Paulo VI foi escolhido de forma estratégica para desmistificar um possível preconceito de setores conservadores quanto aos propósitos do grupo.

A articulação de várias lutas e o surgimento de várias organizações sociais da região Alto Uruguai tiveram origem ou a contribuição do grupo Paulo VI. Podemos destacar o surgimento da Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB), o Centro de Educação Popular (CEPO), O Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), a criação da CUT Alto Uruguai, do Partido dos Trabalhadores (PT) em municípios da região e todo o processo das oposições sindicais.

Na medida em que outras organizações foram surgindo, as lideranças que, até o final da década de 1970, atuavam basicamente na Igreja, na FAPES, ou não haviam passado por um processo de formação, passam a atuar também em outros espaços, principalmente no meio sindical. O que ocorreu, especialmente, devido à conquista de direções sindicais e a criação da CUT, a partir de 1983. Um entre tantos exemplos de engajamento foi o da educadora Nely Zaffari⁸⁹ que era professora na FAPES e participava ativamente do grupo Paulo VI e de todo o processo de construção de lutas na região. No ano de 1984, a educadora venceu as eleições para presidente do 15º núcleo do CPERS (Centro dos Professores Estaduais do Rio Grande do Sul), que tem atuação em toda a região Alto Uruguai.

O fim da atuação do grupo Paulo VI ocorre no ano de 1985 quando as lideranças regionais e participantes do mesmo percebem a necessidade de constituir juridicamente

⁸⁸ ZAFFARI, Nely. Entrevista concedida ao autor em 20 dezembro de 2006. Erechim.

⁸⁹ A professora Nely Zaffari relata que sua vocação para as questões políticas e sociais provém inicialmente do ambiente vivido pela família, pois seu pai foi duas vezes vice-prefeito do município de Erechim e muitas reuniões políticas aconteciam em sua casa. Também o aspecto religioso e a visão para o social da família contribuíram para o seu engajamento e sua luta desde jovem pela transformação da sociedade.

uma entidade com o perfil do grupo. Entidade que, pelo seu trabalho, fortalecesse as demais organizações sociais, atuando na formação de lideranças, na elaboração de projetos de captação de recursos para o trabalho (principalmente do movimento sindical) e que fosse, a exemplo do grupo Paulo VI, um espaço de análise da conjuntura, de pesquisa, elaboração de materiais, assessoria e articulação das lutas das entidades regionais. Para cumprir com estas finalidades foi criado em 1985 o Centro de Educação Popular (CEPO).

2.3 A Escola Diocesana de Servidores

O trabalho de formação de lideranças realizado pela Igreja, na região Alto Uruguai, ocorreu em várias frentes a partir da década de 1980, principalmente relacionadas com os jovens. Mas iniciou ainda na metade da década de 1970, com lideranças nas comunidades e bairros de toda a Diocese de Erechim.

A Escola Diocesana de Servidores foi criada em 1973, na Diocese de Erechim. Tinha como objetivo primordial formar as pessoas para diversos ministérios em decorrência do diaconato, pois o concílio Vaticano II determinou, em 1965, que deveria haver diáconos permanentes para auxiliarem nos trabalhos da Igreja (devido à escassez de padres). Segundo o Padre Antoninho Valentini, um dos professores da Escola,

No começo, ser diácono era quase um prêmio aos bons católicos que podiam fazer celebrações, batizar e dar eucaristia. Este foi o propósito inicial, porém o enfoque foi mudando e muitas lideranças se constituíram no âmbito regional, não ficando atreladas somente à Igreja⁹⁰.

Nos anos de 1971 e 1972, vinha uma equipe de Passo Fundo, uma noite por semana, para dar essa formação. Após 1973, com a criação da Escola Diocesana, as formações para as lideranças rurais aconteciam em cinco etapas, sendo duas semanas por etapa. Para os urbanos os cursos eram aos finais de semana ou à noite.

⁹⁰ VALENTINI, Padre Antoninho. Entrevista concedida ao autor em 27 de dezembro de 2006. Catedral São José. Erechim.

Um dos organizadores do primeiro curso, em 1973, foi o Padre Demétrio Valentini, hoje Bispo de Jales (SP). Valentini⁹¹ nos coloca que “a formação de lideranças comunitárias para servir à Igreja e à comunidade contrariavam os interesses da ditadura militar. Muitas destas lideranças comunitárias, aos poucos, descobriram a vocação para atuar em outros campos.” Valentini cita o exemplo de Ivar Pavan, que de servidor de comunidade, tornou-se líder sindical e elegeu-se deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores. Segundo ele, “não era contraditório o trabalho de ordem política, pois transcendia o comunitário, o serviço ao povo”. Pois como mencionado acima, a Escola tinha, entre outros, o objetivo de integrar e assumir responsabilidades sociais e políticas.

2.4 A busca da Igreja por jovens

O jovem com ideal transformador, comprometido com o meio social, político e cultural, procurou participar ativamente no processo por transformações que a conjuntura brasileira sofreria a partir da segunda metade do século XX. O mesmo tinha na Igreja Católica um instrumento de organização e luta, formando grupos, pastorais, movimentos, possibilitando a construção de processos coletivos que influenciaram na formação do contexto sócio-político do país neste período. Apresenta-se, numa primeira fase, anterior ao golpe militar de 1964, com a formação de grupos de jovens da (JOC) Juventude Operária Católica e da (JAC) Juventude Agrária Católica e, numa fase posterior ao regime, com a retomada das articulações dos grupos de jovens, o surgimento da Pastoral da Juventude orgânica e um trabalho de conscientização relacionando fé com realidade social e política. A Igreja Católica, referindo-se aos jovens, manifesta-se através do texto oficial da III Conferência de Puebla da seguinte forma:

A Igreja vê na juventude uma enorme força renovadora, símbolo da própria Igreja. E a Igreja faz isto não por tática, mas por vocação, já que é chamada a constante renovação de si mesma, isto é, a um incessante rejuvenescimento. Existem jovens socialmente muito inquietos, mas reprimidos pelos sistemas de governo; estes buscam a Igreja como espaço de liberdade para poderem expressar-se sem manipulações e protestar social e politicamente.⁹²

⁹¹ VALENTINI, D. Demétrio. Entrevista concedida ao autor em 10 de janeiro de 2007. Erechim.

⁹² PUEBLA. Texto Oficial da CNBB. III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. A Evangelização no presente e no futuro da América Latina. São Paulo: Loyola, 1979, p. 315.

Na região Alto Uruguai, o trabalho de formação, desenvolvido pela Pastoral da Juventude na década de 1980, contribuiu para o surgimento de dezenas de lideranças que passaram a atuar, primeiramente, dentro da própria Igreja: na catequese, na liturgia, nas direções de capelas e paróquias e em demais espaços de suas comunidades. Posteriormente, atuaram no meio sindical (com a conquista das direções dos sindicatos), nos movimentos sociais e em partidos políticos.

Foi com o jovem da roça que o trabalho pastoral, na Diocese de Erechim, ganhou um terreno fértil. A família da agricultura familiar enfrentava sérios problemas para permanecer no campo. A política agrícola dos governos militares, durante as décadas de 1970 e 1980, beneficiava somente a agricultura de exportação, não havendo preços justos nem incentivo à pequena propriedade. Sendo assim, o jovem via-se forçado a abandonar o campo e buscar trabalho na cidade, onde o desemprego era crescente. Nesse contexto, setores da Igreja Católica passam a priorizar o trabalho de base, a formação de grupos de jovens e os cursos de formação de lideranças, relacionando fé com justiça social.

2.4.1 A Juventude Agrária Católica

No início da década de 1930, surgiu, na Igreja Católica, um movimento de leigos chamado Ação Católica e, dentro dele, surgiu um movimento de jovens operários denominado JOC⁹³ (Juventude Operária Católica). Aos poucos, por causa da JOC, a Ação Católica foi criando consciência de que a melhor maneira de evangelizar era reunir as pessoas de acordo com os meios onde viviam. Assim, criou-se no Brasil, em 1950, a Ação Católica Especializada, atuando no meio operário, universitário, estudantil e rural. Para os jovens do meio rural, surgiu, então, a JAC (Juventude Agrária Católica), que a partir de 1950 começou a se espalhar por todo o país.

A JAC realizava um trabalho em pequenos núcleos que iam se aprofundando e assumindo uma missão em meio à juventude rural. Cada núcleo tinha uma equipe de militantes e cada militante formava uma equipe de irradiação, que era o jeito de levar os

⁹³ Num primeiro momento, a presença pastoral da Igreja junto aos jovens trabalhadores (JOC) restringiu-se mais a seus problemas pessoais e à sua evangelização num sentido mais religioso. Por isso, o aspecto mais conflitivo não aparecia. LIBANO, J. B. *Pastoral numa sociedade de conflitos*. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 157.

ideais⁹⁴ da JAC para os demais jovens e assim influenciar o meio. Usava o método “Ver, Julgar e Agir”. Cada reunião de grupo ou reunião de militantes tinha esta estrutura metodológica.

No plano de trabalho⁹⁵ a ser posto em prática no ano de 1961, consta:

Interessar-se pelos problemas atuais da juventude rural como: formação profissional, solidariedade e espírito de classe.
Formar elementos que possam atuar cristamente nas organizações existentes: associação rural, cooperativas, clubes de jovens, etc.
Estudo e ação frente ao grande problema da reforma agrária, que se levanta em todo o Brasil.

De modo geral, a caminhada da JAC foi preparando gente madura, lideranças experimentadas que começaram a atuar dentro dos sindicatos, das cooperativas, da Liga Agrária Católica, das Frentes Agrárias e de partidos políticos.

Em 1961, o engajamento da JAC recebeu um grande impulso com a Encíclica do Papa João XXIII, *Mater et Magistra*, que tocava profundamente no problema agrário dos países pobres. Nesta época, a CNBB, refletindo sobre a *Mater et Magistra*, disse que a JAC era digna de apoio prioritário, pois era, por excelência, uma forma de presença do Cristo entre os trabalhadores do campo.

Em 1964, mudam os rumos da política brasileira. Qualquer forma de organização popular é olhada como suspeita. A repressão do governo militar é violenta sobre todos os grupos que tinham como objetivo uma mudança de sociedade. Na medida em que os “jacistas” começavam a atuar também no campo político, optando por uma proposta política de mudança social, muitos bispos já não tinham as mesmas mensagens de apoio, e a perseguição política do regime também aumentava, o que contribuiu para o fim da existência da Juventude Agrária Católica em 1968.

Neste período, o jovem também encontrava formas de lazer capazes de influenciá-lo para uma visão pacifista. Procurou-se evitar a sua articulação e seu compromisso maior

⁹⁴ Alguns limites na prática da JAC era a falta de uma pastoral mais de conjunto, pois não estava suficientemente interligada ao conjunto do trabalho da Igreja. Não priorizava a inserção nas comunidades. Criou-se uma estrutura pesada e aos poucos, com tantos liberados, equipes regionais, nacional e até internacional, a JAC foi se afastando do dia-a-dia do jovem lá do interior. O risco do elitismo passou a ser constante. Texto da Coordenação da Pastoral da Juventude Rural. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 19.

⁹⁵ Idem.

com a realidade. Um dos esquemas criados pelo governo foram os Clubes 4S (saber, sentir, saúde e servir) que são cópia dos clubes nos Estados Unidos.

Quem dava assistência a esses clubes no Rio Grande do Sul era a Emater através de seus extensionistas, técnicos e agrônomos. O principal objetivo destes grupos era a difusão de modernas técnicas de produção com maior consumo de insumos industrializados, aumentando ainda mais a dependência de agricultura ao grande capital.

Um dos textos utilizados neste período entre os grupos e clubes de jovens foi o livro “Aos Jovens Rurais” de Néri Feitosa⁹⁶, onde o autor tentava dar ao jovem a idéia de que ele não devia abrir os olhos para uma realidade maior: “Minha pátria é aqui, onde eu posso alcançar com a mão”. Mencionava também o anticomunismo para elogiar o golpe militar de 1964. Este texto foi usado por muitos assessores e agentes de pastoral e lido por milhares de jovens.

2.4.2 A formação dos Grupos de Jovens

Nenhum poder, por mais autoritário que seja, consegue destruir por completo a liberdade e a criatividade dos indivíduos. Também o regime militar não conseguiu destruir todas as instâncias de participação e organização dos jovens rurais. Em diferentes lugares, os jovens continuaram se encontrando e analisando a realidade social e política do país.

Em muitos municípios do Rio Grande do Sul, surgiram, no começo dos anos 70, as Associações de Jovens Rurais. Era uma organização própria dos jovens, com diretorias municipais, que tentavam da maneira como podiam, coordenar os grupos de jovens dos municípios. A maioria destas associações mantinha estreitas ligações com as paróquias ou os sindicatos de trabalhadores rurais. A principal atividade destas associações era a promoção de congressos de jovens rurais.

Outra forma de resistência encontrada pelos jovens foram os grupos de jovens nas comunidades rurais e nos bairros das cidades. Embora sem muita consciência e articulação, diferentemente das associações, os grupos eram um local de encontro, lazer, oração e confraternização. Na maioria dos casos não tinham objetivos claros. Refletiam alguns

⁹⁶ O texto “Aos Jovens Rurais” escrito por Néri Feitosa chega a dizer que “o jovem rural deve ter o seu partido político”, mas imaginem qual: na página 127 da 2ª edição, lemos a seguinte frase: “Cláudio é da Arena e deseja muito a pacificação política no seu município”.

temas, mas sem muito aprofundamento. Sua ação resumia-se a atividades litúrgicas, catequéticas e à organização de diversões e promoções esportivas. Segundo Elton Scapini⁹⁷, os grupos de jovens existiam antes de 1978, mas eram espaços de recreação. A paróquia de Getúlio Vargas tinha como objetivo organizar grupos em todas as comunidades e bairros. Ele relata que era mais reflexão de ajuda pessoal, fazíamos visitas a famílias carentes do bairro Monte Claro, ao presídio, aos doentes do hospital e animávamos a liturgia uma vez por mês.

Este passo significativo, apesar das dificuldades, provocou elementos para uma nova proposta de ação da Pastoral da Juventude, primeiramente em alguns lugares isolados. Alguns grupos conseguiram dar passos maiores em termos de consciência, formação e ação, mas permanecia ainda o isolamento que só foi rompido com a articulação da Pastoral da Juventude Rural. Conforme Cláudio Brondani⁹⁸,

No bairro e paróquia São Cristóvão, em Erechim, havia um grupo de jovens bem organizado, o qual realizava atividades como palestras, encontros de animação e recreação. Começamos a tomar consciência da realidade, pois também debatíamos problemas do bairro. Em um dos encontros, o grupo decidiu ir até a Prefeitura de Erechim para reivindicar soluções para os problemas de esgoto e iluminação. Na audiência com o Prefeito Jaime Lago, o mesmo propôs que plantássemos árvores, doadas pela Prefeitura, no Bairro, e, posteriormente, ele resolveria os demais problemas. No próximo encontro do grupo, houve divergência entre os jovens, pois alguns achavam que o Prefeito queria era ganhar tempo. De qualquer modo, plantamos as árvores para mostrar nossa disposição para com o poder público e como forma exigir o cumprimento de sua parte, que ocorreu parcialmente.

Na realidade, até o final da década de 1970, os grupos viviam isolados em suas comunidades, sem consciência histórica, dentro de uma linha festiva ou espiritualista e sem articulação entre eles. Não conseguiam ver a necessidade de uma organização maior, a fim de realizar uma caminhada em conjunto. Como conseqüência deste período, boa parte dos jovens tornaram-se adeptos do sistema político vigente no país, meros consumidores de moda e de outras alienações, além do quase desaparecimento de lideranças entre os jovens.

⁹⁷ Elton Scapini foi coordenador da Pastoral da Juventude da Paróquia de Getúlio Vargas no início da década de 1980, assessor do curso de formação do TAPA (Treinamento para a Ação Pastoral), ESAU (Escola Sindical Alto Uruguai) e do CEPO (Centro de Educação Popular) no período posterior. Concedeu entrevista em 11 de janeiro de 2007. Porto Alegre.

⁹⁸ BRONDANI, Cláudio. Entrevista concedida ao autor em 12 de janeiro de 2007. Porto Alegre. O entrevistado foi o primeiro coordenador regional da Pastoral da Juventude na Diocese de Erechim e um dos assessores e mentores da ESAU (Escola Sindical Alto Uruguai).

2.5 A formação da Pastoral da Juventude

O contexto sócio-político brasileiro se apresenta, no final da década de 1970, bastante diverso. O regime militar está enfraquecido e há uma abertura política em curso. Os movimentos sociais estão se reorganizando, o sindicalismo combativo se referencia com as grandes greves do ABC, os setores progressistas da Igreja Católica voltam sua atenção à realidade social, a CNBB assume e começa a pôr em prática as diretrizes estabelecidas nos Concílio Vaticano II e nas Conferências de Medellín e de Puebla. Ocorre, enfim, um processo organizativo de inúmeros setores e categorias da sociedade civil. Um dos públicos que desperta para esta nova conjuntura são os jovens, que ao mesmo tempo sentem-se atraídos e desafiados ao envolvimento, tornando-se sujeitos sociais.

Mesmo que a Igreja Católica tenha representado um dos poucos espaços institucionais de resistência ao regime militar, o trabalho de organização social mais efetivo vai ocorrer quando o regime demonstra sinais de enfraquecimento, ocasionado também pela atuação da própria Igreja. O trabalho com o jovem encontra respaldo e fundamentação em 1979 com as deliberações da Conferência Episcopal Latino-Americana de Puebla, que aprova a opção preferencial pelos jovens. As conclusões da III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano estão expressas no seguinte texto⁹⁹:

A Igreja confia nos jovens. Eles são a sua esperança. A Igreja vê na juventude da América Latina um verdadeiro potencial para o presente e o futuro de sua evangelização. Por se verdadeira dinamizadora do corpo social e especialmente do corpo eclesial, a Igreja faz uma opção preferencial pelos jovens, com vistas à sua missão evangelizadora no Continente.

Por isso, queremos oferecer uma linha pastoral global: desenvolver, de acordo com a pastoral diferencial e orgânica, uma pastoral de juventude que leve em conta a realidade social dos jovens de nosso continente; atenda ao aprofundamento e crescimento da fé para a comunhão com Deus e os homens; oriente a opção vocacional dos jovens; ofereça-lhes elementos para se converterem em fatores de transformação e lhes proporcione canais eficazes para a participação ativa na Igreja e na transformação da sociedade.

A opção prioritária da Igreja pelo jovem significou a necessidade de realizar, especialmente, a formação de base e de agentes da Pastoral da Juventude. A Igreja,

⁹⁹ PUEBLA, op. cit., p. 317.

presente em todo o Brasil, por definição da CNBB, tinha a incumbência de fomentar e dar o suporte necessário para este trabalho.

No estado do Rio Grande do Sul não havia uma organização de âmbito estadual. Decorrente disso, jovens comprometidos com a Pastoral da Juventude de Porto Alegre convocaram em encontro regional, onde compareceram 7 dioceses. A partir do encontro, solicitaram à CNBB estadual que fosse designada uma pessoa exclusiva e com tempo integral para coordenar a Pastoral da Juventude. A partir de 1980, são organizados Encontros Estaduais de Jovens com o objetivo de escolher uma Comissão Regional de Jovens (CRJ)¹⁰⁰ e organizar a Pastoral da Juventude em todo o estado.

Na diocese de Erechim, constitui-se, em 1975, a Coordenação Diocesana de Pastoral que é coordenada pelo Padre Antoninho Valentini. É o começo da implementação das diretrizes aprovadas pela CNBB e que inspiram os planos diocesanos com as ações evangelizadoras no Brasil. São realizados encontros diocesanos, onde o trabalho de todas as pastorais é avaliado e planejado, tendo a presença de padres e lideranças das Paróquias de toda a Diocese. No entanto, a formação da Pastoral da Juventude Regional ocorrerá anos mais tarde.

O período que antecede a formação da Pastoral da Juventude na Diocese de Erechim, ou seja, do final da década de 1970 até o ano de 1982, é marcado por um trabalho da Igreja junto aos jovens. A iniciativa parte de alguns padres que acompanham as mudanças em curso na Igreja e as novas diretrizes do Plano de Pastoral aprovado pela CNBB. Também o contexto político nacional aponta para a revitalização da sociedade civil com o surgimento de novas organizações sociais. Na formação deste novo contexto, a Igreja já ocupava um papel central no âmbito nacional. Porém, localmente, sua atuação no campo social era tímida e alguns padres partiram, então, para ações práticas com jovens, mulheres, pequenos agricultores, sem-terra e atingidos por barragens. Com relação ao jovem, estes padres sentem a necessidade de chamá-los para um comprometimento maior em torno da Igreja, da família, dos valores e princípios cristãos, orientando-os sobre os

¹⁰⁰ Aconteceu nos dias 5, 6 e 7 de setembro de 1981 o Encontro que criou a Coordenação Regional de Jovens (CRJ). O esquema de trabalho do Encontro de Santa Maria foi simples: apresentação da situação das dioceses, debate sobre articulação ou coordenação e criação do conselho representativo de Jovens, da Comissão Regional de Jovens, da equipe de assessoramento e do Assistente Regional. Tendo em vista a programação da CNBB para os jovens, contemplando um projeto de formação de agentes da PJ, os participantes se manifestaram sobre as modalidades existentes de formação que eles reconheciam como “oficiais”. A Comissão Regional de Jovens escolhida, junto com o Assistente, reuniu-se pela primeira vez nos dias 28 e 29 de novembro de 1981. Documento da Pastoral da Juventude do Rio Grande do Sul. DICK, Hilário (Org.). *Juventude faz história*. Porto Alegre: Instituto de Pastoral da Juventude, 1995, p. 9.

perigos e facilidades que a modernidade proporcionava como a moda, as diversões, a alienação ao próprio sistema político vigente.

Não havia um plano de ação como diretriz ou que estivesse sendo seguido pelo conjunto do clero em todas as paróquias da Diocese. Os grupos de jovens estavam formados nas comunidades do interior e nos bairros da cidade, mas não ocorria uma articulação, encontros diocesanos ou paroquiais. Em algumas paróquias, não havia qualquer formação de grupos, pois estas iniciativas dependiam muito do incentivo do pároco (padre responsável pela paróquia). Esta estrutura organizativa em torno do jovem, mesmo que frágil e desarticulada, se comparada ao processo que vai se desencadear anos mais tarde, ainda assim significaria o primeiro passo para a construção de uma Pastoral da Juventude comprometida com a transformação da realidade a partir do jovem.

Uma idéia pioneira, de iniciativa do padre Antonio Scheffel quanto à organização dos jovens rurais na região Alto Uruguai, foram os encontros de jovens rurais no final da década de 1970. O padre esteve presente na criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em Goiânia (GO), em 1975, e de lá voltou convencido dos objetivos políticos da mesma, muito bem registrados por Dallagnol¹⁰¹: Apoiar os camponeses em suas lutas, estimulando sua organização para que pudessem ser os sujeitos da conquista dos seus direitos, alcançando o que seria sua condição básica, a terra, por meio da reforma agrária. Além disso, A CPT possuía outro objetivo, “ainda mais profundo”, que era fazer relação dinâmica entre fé e ação. Em depoimento, padre Antônio Scheffel¹⁰² coloca:

Ao voltarmos do encontro de Goiânia, montamos uma equipe e começamos o trabalho na região, pois o encontro ensinou que as desigualdades sociais existem também no meio rural regional, que os pequenos agricultores estavam sendo explorados e que os sindicatos caracterizavam-se pelo “assistencialismo” e por práticas “dominadoras”.

O entrevistado relata que “para organizar o encontro fazia-se a visita ao prefeito, ao sindicato, às lideranças da Igreja e dessa forma acontecia a articulação que garantia uma grande presença de jovens no encontro.” Entre os temas estavam: “Jovem da roça”,

¹⁰¹ DALLAGNOL, Wilson. *As romarias da terra no Rio Grande do Sul: um povo a caminho da “terra prometida”*. Porto Alegre: Gráfica La Salle. 2001. p. 188-191.

¹⁰² SCHEFFEL, Antonio. Entrevista concedida ao autor em 8 de janeiro de 2007. Erechim.

“Sindicalismo” “Cooperativismo¹⁰³”, “Saúde”. Eram convidados como palestrantes padres, lideranças sindicais, dirigentes de cooperativas e políticos. Um dos convidados para falar sobre saúde em um dos encontros, no município de Gaurama, foi o Secretário Estadual de Saúde Jair Soares, que pertencia à Arena. Scheffel¹⁰⁴ revela: “Imaginávamos que as soluções para os problemas sociais deveriam vir do governo, por isso mantínhamos boa relação e por vezes trazíamos lideranças políticas para os encontros.”

De forma estratégica não era revelado o verdadeiro caráter do encontro e nem mesmo o seu pensamento ideológico ao fazer as articulações junto aos prefeitos e sindicatos que eram atrelados ao Estado. Evidentemente ao final do encontro, quando eram definidas as resoluções e escolhida uma comissão que deveria continuar coordenando o trabalho no município, muitas críticas surgiam.

Outro trabalho realizado na Diocese e que articulava jovens de várias paróquias, principalmente do meio urbano, foi o Treinamento de Lideranças Cristãs (TLC). Era um curso de formação coordenado pelo padre Antoninho Valentini auxiliado por assessores e acontecia no Seminário Nossa Senhora de Fátima, de Erechim. Ocorria um curso por ano com duração de três dias. Segundo Elton Scapini, que foi assessor por vários anos, o curso era da linha carismática da Igreja Católica, pois primava pela reflexão e espiritualidade.

Os jovens que tinham feito o curso eram convidados para organizar os próximos, como assessores ou como organizadores. Havia muita mística na recepção dos novos participantes e familiares. Durante o trabalho do turno da noite, era feita uma reflexão com velas, o que tocava o lado emocional dos participantes. As pessoas que trabalhavam na cozinha não podiam se mostrar a não ser no final do curso. O tema central era Jesus Cristo e alguns temas bíblicos, por vezes, aproximavam-se do mundo concreto, dos problemas sociais, porém dificilmente tratavam-se das questões políticas¹⁰⁵.

¹⁰³ Um episódio ocorrido em um encontro sobre cooperativismo se deu no município de Aratiba. Foi convidado um dirigente conceituado da Cotrel (Cooperativa Triticola Erechim Ltda.) para falar sobre cooperativismo. Na verdade, o planejado era ter o dirigente no encontro e pressioná-lo para que a Cooperativa garantisse um preço médio aos produtos e que os produtos fossem vendidos até o vencimento dos empréstimos agrícolas pelos pequenos agricultores. No entanto, este dirigente não compareceu e mandou um representante em seu lugar. Ao ser questionado sobre a questão, o representante não soube o que dizer. Foi aí que os participantes seguraram-no no local até que o dirigente principal se fizesse presente. Na base da pressão, foi garantido que a Cotrel pagaria um preço médio aos agricultores. Quando a venda fosse realizada até o vencimento dos financiamentos, era pago um preço mínimo. No momento em que a Cooperativa fizesse a venda dos produtos, normalmente no final da safra, os agricultores receberiam uma diferença chegando ao preço médio, afinal o sistema cooperativista deveria beneficiar os associados, questionavam os agricultores. Idem.

¹⁰⁴ Idem.

¹⁰⁵ SCAPINI, Elton. Entrevista concedida ao autor em 11 de janeiro de 2007. Porto Alegre.

Os cursos de formação do TLC significam para os jovens a possibilidade de ver o mundo que os rodeava e o incentivo para a ampliação de seu espaço de atuação na sociedade. A partir do seu espírito religioso, descobrem que é sua responsabilidade a construção de novos valores, mesmo que os temas políticos dificilmente fossem abordados.

A realidade local apontava para a construção de uma nova etapa de trabalho com o jovem. Este novo momento já estava em andamento no Rio Grande do Sul desde 1979, quando a Frente Agrária Gaúcha (FAG) montou o Treinamento para a Ação Pastoral (TAPA), um curso de formação de base para jovens rurais que fazia uma reflexão crítica da realidade sócio-política. Segundo Cláudio Brondani¹⁰⁶, o primeiro “liberado”¹⁰⁷ da Pastoral da Juventude (PJ) na Diocese de Erechim, “foi a partir de alguns encontros de formação, organizados em 1982 pelo Instituto da Pastoral da Juventude em Porto Alegre, que começamos a organizar a PJ na região”.

Conforme Scapini¹⁰⁸, “o primeiro encontro da PJ ocorreu, estrategicamente, ainda com o nome de TLC. Articulamos os jovens representantes das paróquias para o encontro, porém introduzimos temas de cunho político e social propostos pela Pastoral da Juventude Estadual. A partir daí, a PJ regional passou a coordenar um amplo trabalho de formação em toda a Diocese de Erechim”.

2.5.1 A criação do Instituto de Pastoral da Juventude (IPJ) e a formação do Curso de Assessores de Jovens (CAJO)

Em setembro de 1981, nas conclusões de um encontro regional de jovens, em Santa Maria, com a presença de assessores de 10 dioceses, afirmam-se quatro instrumentos que seriam assumidos em conjunto: a promoção do processo vivido nas dioceses, futuros encontros para troca de experiências, encaminhamento de coordenações diocesanas e a criação do Instituto de Pastoral de Juventude (IPJ). A criação do Instituto tinha como

¹⁰⁶ BRONDANI, Cláudio. Entrevista concedida ao autor em 12 de janeiro de 2007. Porto Alegre.

¹⁰⁷ O liberado era um mediador leigo, uma liderança expressiva, que falava pela Igreja e era pago pela mesma para atuar na coordenação da Pastoral da Juventude em toda a Diocese. Normalmente era um estudioso do Marxismo e defendia o socialismo nas atividades de formação. Era apoiado pelos setores progressistas e tinha grandes divergências com os setores conservadores do Clero Diocesano. Participava de cursos de formação fora da Diocese e poderia inclusive fazer cursos e conhecer experiências de organização social em outros países.

¹⁰⁸ SCAPINI, Elton. Entrevista concedida ao autor em 11 de janeiro de 2007. Porto Alegre.

objetivo a formação de assessores. Segundo o texto “Juventude faz História”, do IPJ¹⁰⁹, no final de 1981, já haviam participado quatro grupos no Curso de Assessores de Jovens, um curso de 8 semanas, em três etapas. Isso significou a formação de 92 assessores provindos de terras gaúchas. O CAJO era, inicialmente, uma realização voluntariosa de um grupo de agentes ligados a congregações religiosas. Foi assumido, depois, pelo Instituto de Pastoral da Juventude, do qual sempre foi uma das prioridades.

O ano de 1982 tratou da figura do assessor num contexto de PJ transformadora. A participação das dioceses era quase total nestes encontros. A PJ se organizava por meios específicos, grupos paroquiais, Pastoral Universitária, JOC, Pastoral Secundarista, PJ nas CEB's e Pastoral Popular. Entre os temas dos encontros, destacavam-se a educação afetivo-sexual, a educação da fé, a não-participação nos organismos intermediários, o problema financeiro e a formação de quadros de pessoal.

Da Diocese de Erechim, participou do Curso de Assessores de Jovens (CAJO), no ano de 1982, como representante escolhido pela Coordenação Diocesana de Pastoral, o jovem Cláudio Brondani. Ele fazia parte do grupo de jovens do Bairro São Cristóvão, tinha sido escolhido para representar as paróquias da cidade de Erechim na Coordenação Diocesana e agora fazia a capacitação para assessores na PJ estadual.

Cláudio Brondani¹¹⁰ relata que a formação da PJ na Diocese de Erechim deve-se à participação nos cursos do CAJO realizados pelo IPJ no início da década de 1980. O CAJO articulava encontros estaduais e até nacionais para motivar e orientar a formação da PJ nas dioceses, pois em outros estados o trabalho da PJ estava mais adiantado. Segundo Cláudio Brondani,

Após os encontros estaduais, no ano de 1983, organizamos a PJ regional, ganhamos uma sala no prédio da Mitra Diocesana e fui o primeiro liberado de uma diocese do estado para o trabalho da PJ. Ainda ressalta que o Padre Antoninho Valentini acompanhou todo o processo e, apesar de não se mostrar publicamente, deu todo o apoio e auxiliou no planejamento do trabalho.

As Dioceses que mais avançaram foram as que tinham um assessor liberado para a PJ; e aos poucos, os próprios jovens foram assumindo sua caminhada. A liberação de um

¹⁰⁹ Cf. Documento da Pastoral da Juventude do Rio Grande do Sul. DICK, op. cit., p. 31.

¹¹⁰ BRONDANI, Cláudio. Entrevista concedida ao autor em 12 de janeiro de 2007. Porto Alegre.

jovem em cada diocese estava no “destaque dos jovens” nas Diretrizes Gerais da CNBB¹¹¹, demonstrando a atenção do trabalho pastoral da Igreja em relação ao jovem.

2.5.2 A constituição da PJ no Alto Uruguai e o Treinamento para a Ação Pastoral (TAPA)

A formação da Pastoral da Juventude na região como em todo o Brasil, é fruto do processo de mudanças por que passa a Igreja Católica a partir do Concílio Vaticano II, em 1966, da Conferência de Medellín, em 1968, e da opção preferencial pelo Jovem na III Conferência Episcopal de Puebla, em 1979. Com estes três eventos, a ala progressista da Igreja Católica ganha um novo impulso e se fortalece internamente. A CNBB foi a base de sustentação das pastorais sociais durante a década de 1970 e o início dos anos 80. D. Demétrio Valentini¹¹² coloca que “a CNBB fez o papel de porta-voz de quem não tinha espaço de participação na década de 1970. Exerceu uma função supletiva, principalmente com as pastorais. A presença comprometida de muitos bispos com o trabalho pastoral, como é o caso de D. Orlando Dotti, de Vacaria, e D. José Gomes, de Chapecó, serviu de referência para o trabalho de diversos padres e para o fortalecimento das pastorais sociais na Diocese de Erechim”.

Ligados a esta mudança de postura da Igreja estão o espírito de contestação ao regime e a coragem de parte da população brasileira, que se organizou e lutou por transformação, especialmente no campo social e político. Na região Alto Uruguai, o jovem rural destacou-se em diferentes ramos. Teve intensa participação nos encontros de

¹¹¹ Mensagem de um grupo de Bispos do RS aos Jovens Rurais: Sempre antiga e sempre nova, anima-se e alegra-se a Igreja ao contemplar o espetáculo de vocês, jovens, assumindo o seu papel de animadores das comunidades. Em Puebla, a Igreja presente na América Latina, fez uma clara opção pelos jovens. Como pastores, acreditamos nessa nova força juvenil, que traz em si a esperança de um mundo melhor, onde as relações entre as pessoas sejam de respeito, justiça, fraternidade e amor. Especialmente a vocês, amados jovens rurais, queremos dizer que achamos muito oportuno o presente roteiro de encontros, elaborado por assistentes e dirigentes da pastoral da Juventude. As idéias deste roteiro são apropriadas para ajudar vocês a experimentar a grande libertação promovida por Cristo, o Redentor dos homens. Fazemos votos de que este material chegue ao meio dos grupos e comunidades de vocês e os anime na comunhão e participação, em vista do Reino de Deus. Deus abençoe a todos vocês e a seus grupos, a todas as suas famílias e comunidades! Mensagem de apoio ao trabalho da Pastoral da Juventude em 1983 dos Bispos: Orlando Dott, Bispo de Vacaria –Urbano Allgayer, Bispo de Passo Fundo – Estanislau A. Kreutz, Bispo de Cruz Alta – Jacó Hilgert, Bispo de Frederico Westphalen – Sinésio Bohm, Bispo de Sta Cruz e responsável pela Pastoral da Juventude, junto à CNBB.

¹¹² O Bispo D. Demétrio Valentini é atualmente Bispo de Jales (SP). É natural do município de São Valentim. Atuou como Reitor no Seminário Nossa Senhora de Fátima e como Pároco na Paróquia de Aratiba.

formação da PJ, na organização dos grupos de jovens, nos serviços da comunidade como a liturgia, catequese, festas, integrando as direções da capela e dos clubes comunitários, engajando-se na luta pela conquista das direções sindicais e na formação do Partido dos Trabalhadores na maioria dos 31 municípios da região Alto Uruguai.

O Treinamento para a Ação Pastoral (TAPA) coordenado, primeiramente, pela Frente Agrária Gaúcha (FAG), em 1979, destinado à formação de jovens do meio rural, estendeu-se para as dioceses do estado a partir de 1983 sob a coordenação da PJ estadual e da PJ das regiões, especialmente naquelas com predomínio da pequena propriedade, como é o caso da região Alto Uruguai.

O curso do TAPA na Diocese de Erechim acontecia em três etapas, com dois dias de duração por etapa. Realizava-se por paróquia ou por área (de duas a quatro paróquias próximas). O local era normalmente o salão comunitário de uma capela, onde havia espaço para os trabalhos, a recreação e as refeições. À noite, os jovens eram distribuídos entre as famílias da comunidade para pernoitar. O encontro gerava uma grande mobilização das famílias da comunidade que assumiam vários serviços, principalmente o de preparar as refeições, os lanches, o chimarrão, os chás e, por vezes, algumas brincadeiras e surpresas previamente combinadas com a coordenação do encontro. Para os jovens havia um clima de expectativa com relação ao encontro, pois quase todos estavam passando pela primeira formação de suas vidas e ficavam um tanto inibidos, principalmente na primeira etapa. Participavam de três a cinco jovens por grupo.

No processo de mobilização e organização do curso, era respondido previamente um questionário pelos integrantes dos grupos de jovens de toda a região que serviria para a PJ conhecer em que estágio o grupo se encontrava e como deveria conduzir o trabalho de formação.

Este é um exemplo de questionário realizado pela PJ regional com grupos de jovens¹¹³:

a) Nome do Grupo: JUPS – Jovens Unidos Para Servir
 Local de reuniões: Salão da Capela
 Horário: 8:30 horas
 Qual a Capela (localidade)? São Paulo, Linha Antas
 Nº de participantes: 20
 Faixa de Idade: 15 a 25 anos

¹¹³ Questionário realizado com o grupo de jovens JUPS (Jovens Unidos para Servir), da Comunidade de São Paulo, Linha Antas, Paróquia São Caetano., município de Severiano de Almeida, da região Alto Uruguai, em 1984.

Reúnem-se a cada quantos dias? 15 dias

Os jovens que participam são: (x) rurais, () operários, () estudantes.

b) Que tipo de trabalho o grupo faz? (atividades).

R: Trabalhos comunitários, líderes de grupos de famílias, animação de liturgia, cantos, catequese, promoção esportiva.

c) Quem assessora estes grupos? Como?

R: A diretoria do grupo de jovens. A diretoria organiza com a participação dos jovens, ajudando a resolver os problemas

d) Qual a opinião do grupo a respeito destas pessoas?

R: Devem se preocupar mais com o grupo na organização, na recreação e dar mais incentivo aos jovens.

e) Quais as dificuldades que o grupo encontra ? (enumerar 4 prioridades).

-Falta união

-O grupo de jovens é desprezado por indivíduos da sociedade

-Dificuldade financeira

-Pouco divertimento

f) Se tem algo a acrescentar:

R: A sociedade deve dar mais incentivo aos jovens, mais valorização principalmente por parte da diretoria da Igreja e ministros.

Este questionário deverá ser enviado até o dia 22 de abril de 1984 na casa canônica

A formação dos grupos de jovens gerava conflitos entre os membros das comunidades rurais. Conforme revela o questionário respondido pelos integrantes do grupo da capela de São Paulo, não havia apoio da direção da capela, nem dos ministros da eucaristia aos jovens que tentavam se organizar. Isso significava a resistência de setores da Igreja Católica na formação das novas lideranças, entre os jovens, neste trabalho realizado pela Pastoral da Juventude regional e que tinha a aprovação da Coordenação Diocesana de Pastoral.

A Pastoral da Juventude regional neste período buscava conhecer a realidade dos grupos de jovens da Diocese. Percebe-se que, muitas vezes, não havia o apoio de alguns setores da Igreja e das famílias para a organização e participação dos jovens ou para a organização dos grupos e dos cursos de formação nas comunidades e bairros.

O objetivo do curso era: conscientizar os jovens para a organização, a participação e a libertação, pelo confronto da realidade com o projeto de Jesus Cristo, incentivando a sua militância nos movimentos populares e organismos intermediários, na construção da nova sociedade. O trabalho da PJ, de um modo geral, visava preparar o jovem para atuar na sociedade. A partir dos cursos de formação, os jovens que pertenciam, especialmente às comunidades rurais, buscavam conquistar o seu espaço nas equipes de liturgia, no grupo de jovens, nas diretorias da capela, direções de sindicatos, entre outros.

Os textos bíblicos fundamentavam as reflexões, sempre relacionados com a realidade. O método “Ver, Julgar e Agir” orientava os debates. Um exemplo de uma das

reflexões do curso do TAPA, relacionando a missão de Jesus com a construção de um novo projeto de sociedade se apresentava da seguinte forma ¹¹⁴.

Era sábado e Jesus foi à sinagoga, desenrolou o livro do profeta Isaías e começou a ler. “O Espírito do Senhor está sobre mim, porque me escolheu para anunciar a boa nova aos pobres, a restauração da vista aos cegos, pôr em liberdade os oprimidos e anunciar o ano da graça da parte do Senhor.” (Lucas 4,16-19). Este é o projeto de Deus para os homens no qual somos convidados a participar na sua edificação. Jesus é, assim, uma declaração viva de Deus sobre seu projeto para todos nós. Portanto, construir o Reino de Deus, onde os cegos tenham a vista, os pobres a boa nova, os oprimidos a liberdade, é missão da Igreja de Cristo e o jovem cristão deve assumir este projeto. Para discutir em grupos:

- a) Quais são as situações não evangélicas, isto é, injustas que tu percebes na tua comunidade e no Brasil, que impedem a realização deste Plano de Deus?
- b) Qual é o compromisso que tem o grupo de jovens frente a esta realidade?
- c) A prática do teu grupo tem contribuído para a organização da Juventude?
- d) Na tua comunidade, a Igreja tem sido presença denunciante das situações não evangélicas? E o teu grupo?

Nestas reflexões aparece muito forte a questão da terra, seja nos textos bíblicos ou nas dinâmicas. Diante da realidade de injustiças como os baixos preços, os altos juros nos empréstimos agrícolas, a falta de incentivo do governo à pequena propriedade rural, a falta de terra ao filho do pequeno agricultor que teria que ir morar na cidade onde já existiam grandes favelas, a dívida externa, a intervenção do FMI na economia brasileira, entre outros temas, o jovem se vê comprometido a lutar por uma transformação social e política. Como pertencia a uma categoria de trabalhadores, havia um instrumento de luta que era o sindicato. Portanto, era preciso atuar neste espaço. Além disso, despertava-se o jovem para a atuação em partidos políticos, pois a política era identificada como o espaço de decisões e, portanto, de intervenção da classe trabalhadora. Muitas lideranças políticas se constituíram nos municípios da região, onde é fundado o Partido dos Trabalhadores entre os anos de 1982 e 1986.

¹¹⁴ Reflexão dos cursos do TAPA na Diocese de Erechim entre 1983 e 1986.



Fonte: Pastoral da Juventude Regional

Figura 6 – Folheto do 6º Congresso Estadual da PJ. Agosto de 1983

A formação dos grupos de jovens passava por vários espaços de organização, tanto em âmbito municipal, regional e estadual. Um exemplo desta organização são os Congressos Estaduais, que contavam com a participação de representantes dos grupos de cada paróquia. O VI Congresso, em 1983, compreende a fase inicial de constituição das coordenações regionais da PJ e da criação dos grupos de jovens nas comunidades e bairros em toda a região Alto Uruguai.

2.5.3 A resistência à ação da Pastoral da Juventude: conflitos e divergências

Por definição da Coordenação Diocesana de Pastoral e da Coordenação da Pastoral da Juventude Regional, o curso do TAPA deveria acontecer em todas as paróquias da Diocese de Erechim. O curso se realizou na grande maioria das paróquias, apesar da resistência, em alguns lugares, do pároco, das direções das paróquias, de forças políticas locais e colaboradores nos serviços da comunidade, que não viam com bons olhos o jovem

despontando como uma liderança em busca de transformação social. Em alguns casos, os cursos não se realizaram por decisão do pároco, mesmo que descumprindo a orientação da Coordenação Diocesana.

Relembrando a conjuntura nacional, neste período marcado pelas mudanças em curso, no campo social e político, a Igreja Católica viveu grandes divergências quanto a sua atuação. Os setores conservadores centralizavam sua ação na espiritualidade, distante da realidade, reprovando a intervenção no campo social e político; haviam concordado como golpe por temer o socialismo. Os setores progressistas combateram o regime militar, assumiram as mudanças internas da Igreja Católica e buscaram ampliar o seu espaço de atuação, relacionando fé e realidade social. Esta divisão entre conservadores e progressistas se reproduz na região Alto Uruguai nas décadas de 1970 e 1980.

Um fato relatado por Elton Scapini, assessor por vários anos do Curso do TAPA, representa essa resistência em alguns locais e diz respeito à Paróquia de Campinas do Sul¹¹⁵.

O Padre Antonio Tamanho era o pároco em Campinas do Sul e tinha certa desconfiança sobre o trabalho de formação que os jovens faziam em toda a Diocese. Suspeitava que tivesse a dimensão político-partidária. Por isso não permitia a realização das formações da PJ em sua Paróquia. Procuramos então, o Padre Estevão, da Paróquia de Getúlio Vargas, para que intermediasse com o Padre Tamanho, como era chamado, para facilitar a realização do curso, argumentando que se tratava de uma formação com temas religiosos, inclusive que um casal de namorados, Elton e Adelires, iria ministrar o curso. Um tanto desconfiado, o padre aceitou. Nos dois dias de curso, nos visitava a cada meia hora para certificar-se do conteúdo do mesmo. Como o curso que estávamos dando era o TAPA, portanto com reflexões e análises do campo social e político, colocamos o jovem Paulo Giacomolli para vigiar e avisar quando o Padre Tamanho estivesse vindo. Quando ele chegava, mudávamos de assunto, com brincadeiras e reflexões nada comprometedoras, mas que agradavam ao padre. No final do curso, o padre ficou tão satisfeito que nos agradeceu e fez questão de fazer uma corrida com seu carro para nos levar até Getúlio Vargas, a mais de sessenta quilômetros de Campinas do Sul. Foi o início de um trabalho neste município, e assim surgiram muitas lideranças sindicais e políticas locais.

A divergência da Igreja quanto à prática pastoral se manifestava sempre que fatos de ordem social e política tivessem a contribuição de agentes religiosos, mesmo que comprometidos com a transformação da realidade e alimentados pela fé.

¹¹⁵ SCAPINI, Elton. Entrevista concedida ao autor em 11 de janeiro de 2007. Porto Alegre.

Como verificou-se no primeiro capítulo, em 1980, todo o país se voltou para o ABC paulista. Acontecia a greve mais surpreendente dos últimos anos, pois duzentos mil metalúrgicos sustentavam 41 dias de greve. Lá estavam empresários e operários com interesses opostos e antagônicos. Através de todo o aparato de pressão de que dispunha, o empresariado, via governo, conseguira a decretação da ilegalidade da greve. Com este pretexto jurídico baixou firme e violenta a repressão sobre os operários. Conforme Líbano¹¹⁶ “a Pastoral tomou nítido partido pelos operários. A Igreja apoiou a greve, justa nas reivindicações e nos métodos. E quando foi necessário, o próprio recinto sagrado da Igreja se abriu para o uso dos operários em suas reuniões”.

O próprio D. Cláudio Hummes¹¹⁷ relata que “as paróquias tornaram-se centros de arrecadação de fundos e mantimentos para as famílias dos grevistas que passavam necessidade em consequência da greve. Estes serviços eram organizados pela Pastoral Operária da Diocese de Santo André”. D. Cláudio avança em sua reflexão, explicando elementos de sua prática. Perguntado se a Igreja deveria ser uma mediadora no conflito entre a classe operária e o empresariado com seus aliados – governo, polícia, órgãos de repressão etc -, respondeu categoricamente que a Igreja não pode ser mediadora nessas situações. Não pode fazer média entre a justiça e a injustiça. Ela deve ficar ao lado dos injustiçados. A Igreja tem de estar dentro do conflito.

A CNBB apoiou o movimento, mas outros setores da Igreja passaram a discordar e criticaram a greve e a posição da Igreja. O mal-estar atingiu tal grau internamente, que se imaginava que o Papa João Paulo II, com visita programada para o Brasil, certamente tomaria posição de desaprovação dessa pastoral. A imprensa conservadora não cessava de insinuar nessa linha, apoiando-se, como sempre, em informações colhidas junto a altas fontes do Vaticano. Como não veio tal repressão, a frustração e a insegurança cresceram, até que puderam encontrar numa carta do Papa¹¹⁸, dirigida aos bispos brasileiros, frases que pareciam desabonar tal pastoral, tais como:

A Igreja é portadora de uma missão essencialmente religiosa. Mais grave seria a perda da identidade se, a pretexto de atuar na sociedade, a Igreja se deixasse dominar por contingências políticas, se tornasse instrumento de grupos, ou pusesse seus programas pastorais, seus movimentos e suas comunidades à disposição ou ao serviço de organizações políticas, Deus queira que prefira sempre o diálogo cristão ao confronto.

¹¹⁶ LIBANO, op. cit., p. 19.

¹¹⁷ HUMMES, D. Cláudio. *A Igreja e a greve do ABC*. Petrópolis: Vozes, n. 75, jan/fev. 1981, p. 5-12.

¹¹⁸ SALEM, H. *A Igreja dos oprimidos*. São Paulo: Brasil Debates, 1981, p. 130.

Outras práticas pastorais promoviam encontros interclassistas com a finalidade de proporcionar momentos de distensão, de amizade, de compreensão afetiva entre as pessoas, prescindindo de suas situações. Outros, ainda, preferiam a interpelação às consciências a fim de que os mais ricos partilhassem com os pobres o que lhes sobrava.

Percebem-se duas realidades internas distintas na percepção da Igreja. Ambas revelam concepções diferentes de sociedade, do conflito, de sua natureza, de suas raízes, de sua superação.

As divergências quanto à atuação da Igreja no campo social estavam presentes no clero diocesano de Erechim e se manifestavam claramente na década de 1980, quando as pastorais sociais estavam presentes nas lutas dos trabalhadores, levando o nome da Igreja. O padre Ivo¹¹⁹ relata que

Ao não participar de uma reunião do clero diocesano por ter coincidido com um encontro das lideranças que planejavam a conquista da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jacutinga, circulou o comentário entre alguns padres presentes na reunião que eu estaria fazendo campanha política para o PT, ao invés de cumprir com a minha obrigação junto ao clero.

O padre Valter Girelli¹²⁰ revela que “nas reuniões do clero acontecia um “quebra-pau” entre os conservadores e os progressistas, inclusive sentavam em lados opostos na sala de reuniões”. O coordenador da PJ Cláudio Brondani¹²¹, em 1983, ao retornar de um encontro da Pastoral da Juventude Nacional, em Brasília, estava motivado pela fala de um bispo, que incentivou cada um dos presentes no encontro a voltar para a sua região e sentir-se desafiado a mudar a realidade local. E, se preciso fosse, deveria convencer inclusive o bispo da região para o trabalho pastoral e a transformação social. Brondani, ao retornar a Erechim, foi colocar suas idéias ao bispo D. João Hofmann¹²². O mesmo julgou sua atitude audaciosa e inoportuna, ficou indignado e disse que o papel da Igreja era pregar a palavra de Deus junto ao povo e não se envolver no campo político.

¹¹⁹MOELKE, Padre Ivo. Entrevista concedida ao autor em 05 de janeiro de 2007. Paróquia de Capoeirê.

¹²⁰GIRELLI, Padre Valter. Entrevista concedida ao autor em 05 de janeiro de 2007. Paróquia de Estação, norte do RS.

¹²¹BRONDANI, Cláudio. Entrevista concedida ao autor em 12 de janeiro de 2007. Porto Alegre.

¹²²D. João Hoffmann foi Bispo da Diocese de Erechim desde a sua criação, no ano de 1971. Foi transferido neste ano da Diocese de Frederico Westphalen permanecendo como Bispo Diocesano e após como Bispo Emérito, até a sua morte em 1998.

Isto não significa que o D. João fosse contra o trabalho da Pastoral da Juventude ou não conhecesse a dimensão do trabalho social da Igreja expressos no Concílio Vaticano II, na Conferência de Medellín ou de Puebla. Talvez não tivesse suficiente clareza sobre o significado das mudanças que a Igreja Católica vinha sofrendo, especialmente para a América Latina oprimida pelo capitalismo excludente. Mais do que aceitar o trabalho pastoral, era urgente engajar-se com comprometimento. D. João permitia que as Pastorais atuassem nas lutas dos trabalhadores, mas particularmente envolvia-se muito pouco nas mesmas.

Neste trabalho dos setores progressistas da Igreja Católica surgiram muitos elementos emblemáticos. Muitas das lideranças que se constituíram nos cursos da Pastoral da Juventude e na Escola de Servidores usaram de sua liderança nas comunidades e bairros para impedir um trabalho conscientizador e de organização social. A presença de padres conservadores, que se perpetuavam com longos anos de trabalho na mesma paróquia, com o aval do Bispo Diocesano e articulados com setores da política autoritária remanescente do regime militar, contribuiu para que não houvesse um trabalho de base nestes locais.

Era permanente o desafio de muitas lideranças que se motivavam a partir de bispos e padres comprometidos com as causas sociais e que se desafiavam a transformar a sua realidade local, tendo na própria Igreja, por vezes, um obstáculo a mais a ser vencido e transformado.

Liberados da PJ Regional

- Cláudio Brondani: 01/06/1983 à 30/12/1986
- Maria Luiza Ribeiro da Luz: 01/07/86 à 30/12/1986
- Ademir Jacó Schmidel: 01/03/1987 à 31/05/1988
- Docimar Querubin: 01/06/1988 à 20/11/1990
- Ivanei Maria Farina: 01/06/1988 à 11/12/1989
- Claudia Risson: 01/06/1990 à 23/04//1993

A formação do novo cenário no campo social, na região Alto Uruguai, acompanha o processo que se desenvolve no país, onde as lutas pela redemocratização e pela conquista de direitos têm vários embriões. Entre eles, convém ressaltar o poder contestador dos jovens e estudantes, as denúncias de tortura, o trabalho de organização social dos setores progressistas da Igreja Católica, a tentativa de derrubar a ditadura pela luta armada realizada por militantes políticos, as grandes greves operárias do ABC paulista, as lutas por

melhores salários e condições de trabalho que se dão com o surgimento do novo sindicalismo e a contribuição de setores que se articulavam a estes segmentos sociais na tentativa de construir um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil.

A formação deste novo contexto na região Alto Uruguai, na década de 1980, ocorre a partir do trabalho das pastorais sociais, com o suporte da ala progressista do clero diocesano, que contribuiu para o surgimento de um grande número de lideranças. Estas passaram a atuar nos espaços internos da Igreja, assumindo funções de coordenação nas pastorais, cargos em suas comunidades e despertando para um novo compromisso social que foi o trabalho militante nos novos movimentos sociais e populares, no movimento das oposições sindicais e no partido dos trabalhadores de toda a região.

Com a compreensão do novo contexto nacional, tendo presente a atuação do Estado e das organizações sociais neste processo pela redemocratização do país, bem como, da atuação dos setores progressistas da Igreja Católica na região Alto Uruguai, contribuindo para a formação de uma nova visão de sociedade, no último capítulo, analisar-se-á como se dá a formação das organizações sociais populares na região a partir da ação dos setores progressistas da Igreja Católica e das lideranças por ela formadas, a relação que se estabelece entre as mesmas, os objetivos comuns e os conflitos, relacionando com a conjuntura nacional e local.

CAPÍTULO 3
AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS POPULARES DA REGIÃO ALTO
URUGUAI NA DÉCADA DE 1980



Fonte: Mitra Diocesana de Erechim.

Figura 7 – Cartaz usado nas reflexões para compreender a formação das Organizações Sociais Populares da região Alto Uruguai.

Um novo cenário no campo social forma-se na década de 1980, na região Alto Uruguai. O trabalho de formação realizado pelos setores progressistas da Igreja Católica desde a segunda metade da década de 1970 começou a dar resultados positivos, pois foi a partir da atuação das novas lideranças, oriundas do meio religioso, somado ao apoio dos setores progressistas do clero diocesano, que surgem novos processos formativos e se constituem os novos movimentos sociais e populares, o movimento das oposições sindicais e a criação do Partido dos Trabalhadores na região Alto Uruguai.

O objetivo neste terceiro capítulo consiste em analisar como se dá a formação de um campo de lutas, na década de 1980, na região Alto Uruguai, constituído por um conjunto de organizações sociais populares que, com a contribuição dos setores progressistas da Igreja Católica, passou a receber um grande número de novas lideranças oriundas dos cursos de formações. Será descrita a trajetória destas organizações, a relação que se estabelece entre as mesmas, os objetivos comuns e os conflitos, relacionando com a conjuntura nacional e local.

3.1 A Escola Sindical Alto Uruguai (ESAU)

Após o trabalho de formação de base desenvolvido junto aos jovens com o TAPA, do qual surgiram muitas lideranças na região Alto Uruguai, foi criado em 1986, por um conjunto de lideranças que atuavam como assessores dos cursos de formação da PJ, a Escola Sindical Alto Uruguai (ESAU). A mesma tinha o propósito de realizar uma formação aprofundada para lideranças municipais, visando intervir no campo sindical, organizando chapas de oposições sindicais e no campo político, criando o Partido dos Trabalhadores nos municípios da região.

Era fundamental fortalecer a articulação entre as pessoas, os movimentos e as entidades que lutavam para acabar com as estruturas que serviam como base ao sistema capitalista. O avanço da luta e da consciência de classe dependia do grau de organização e da formação. Um dos propósitos era formar lideranças e organizar os trabalhadores, superando as críticas, os ataques da burguesia e dos meios de comunicações.



Fonte: Centro de Educação Popular - CEPO

Figura 8 – Livreto de estudos do Curso de Formação da ESAU.

A ESAU funcionou em toda a região norte do Estado, abrangendo Vacaria, Passo Fundo, Três Passos, Frederico Westphalen e toda a região Alto Uruguai. Foi criada a partir do Conselho de Oposição Sindical Alto Uruguai (COSAU), que estava constituído nos três estados do sul e no Mato Grosso para organizar as oposições sindicais e da Escola Sindical Margarida Alves (ESMA) de Curitiba, que ministrava cursos qualificados para a formação de lideranças sindicais.

Segundo Cláudio Brondani, que foi um dos mentores e assessores da ESAU,

Os assessores eram pagos, num primeiro momento, com recursos bancados pelos sindicatos que havíamos conquistado. Num segundo momento buscávamos projetos de cooperação internacional junto a Misereor e a Pão para o Mundo (Instituições da Igreja Católica da Europa) que financiava toda a formação, desde o pagamento de assessores, as viagens, até os materiais produzidos. Os projetos vinham em nome do Centro de Educação Popular (CEPO), que passou, através de sua direção, a coordenar toda a formação realizada pela ESAU.¹²³

Os recursos buscados através da cooperação internacional eram a principal fonte de receita para o custeio dos cursos de formação. A Diocese de Erechim fazia a relação com as entidades financiadoras da Europa, normalmente enviando uma carta de apoio aos projetos. Os padres progressistas conseguiam esta carta do Bispo Diocesano após justificar a sua finalidade.

Este novo instrumento de formação representou o primeiro passo de independência em relação à Igreja Católica na região. Os seus propósitos e objetivos reafirmavam o pensamento dos setores progressistas da Igreja Católica que construía uma base sólida no campo social abrindo caminhos para a formação de um novo tecido social. A ESAU foi um dos resultados deste trabalho que relacionava fé e realidade social, porém num estágio superior, avançando para uma intervenção planejada das lideranças no campo sindical e político. Havia certa preocupação da Igreja com a perda de muitas lideranças que deixavam de atuar nos seus espaços.

O curso se realizava em três etapas. Na primeira etapa era estudado como funcionava a sociedade, a evolução histórica do capitalismo e do socialismo, quais eram os meios de produção e quem os detinha e qual era a análise da conjuntura mundial, nacional e local. Na segunda etapa, estudava-se sobre o sindicalismo, sua importância e o seu papel na organização dos trabalhadores, sua evolução histórica, as várias formas, práticas e concepções sindicais, com ênfase para o sindicalismo combativo. E na terceira etapa se fazia a análise de como fazer a intervenção nos municípios, considerando alguns passos: a formação de um grupo dirigente, o conhecimento da realidade, o objetivo e o planejamento. Num segundo momento, os cursos da ESAU passaram a fazer parte da Secretaria de Formação da CUT estadual. Este é o período das oposições sindicais e da disputa entre CUT e FETAG pela hegemonia do sindicalismo na região Alto Uruguai.

As lideranças municipais que se destacavam nos cursos do TAPA, na Escola de Servidores e com atuação nas Pastorais Sociais eram convidadas a participar da formação

¹²³ BRONDANI, Cláudio. Entrevista concedida ao autor em 12 de janeiro de 2007. Porto Alegre.

da ESAU e, posteriormente, da ESMA. Grande parte das lideranças participante dos cursos de formação da ESAU e da ESMA continuava atuando no campo sindical, cooperativo e político. Entre elas estão:

Tabela 1 – Lideranças participantes dos cursos da ESAU e ESMA

Nome	Município	Atualmente
Altemir Tortelli	Jacutinga	Dirigente da Fetraf Sul
Dino Giaretta	Getúlio Vargas	Prefeito de Getúlio Vargas - PT
Vilson Babicz	Floriano Peixotto	Dirigente do Sutraf
Ivar Pavan	Aratiba	Deputado Estadual do PT
Eloir Griseli	Ponte Preta	Dirigente do Sutraf
Lucir De Conto	Aratiba	Diretor do ACHA
Ari Pertuzatti	Três Arroios	Dirigente da Fetraf Sul
Inácio Benincá	Severiano de Almeida	Assessor Parlamentar
João Carlos Zottis	Getúlio Vargas	Assessor Parlamentar
Valmor Pase	Getúlio Vargas	Diretor da Cotrigo
Gervásio Plucinski	Áurea	Diretor da Coorlac
Luis Carlos Dalla Costa	Barão de Cotegipe	Direção do MAB
Luis Carlos Tomazelli	Barão de Cotegipe	Coordenador Regional PT/AU
Mário Antonio Farina	Erechim	Diretor da Coorlac
Alderri do Prado	Erval Grande	Diretor da Creal
Anacleto ZanelLa	Erechim	Vereador do PT
Cláudio Risson	Jacutinga	Diretor da CreSol

Segundo Cláudio Brondani, “de 1986 a 1990 passaram pela Esau aproximadamente duzentas lideranças da região Alto Uruguai. A grande maioria participou das oposições sindicais e foi militante do Partido dos Trabalhadores”¹²⁴.

Estas lideranças tinham forte ligação com a Igreja Católica. Um exemplo de destaque desta trajetória é Ivar Pavan. Natural do município de Aratiba, localizado na costa do Rio Uruguai, inseriu-se, desde jovem, no trabalho social da Igreja. Passou pela Pastoral da Juventude, fez a Escola de Servidores de Comunidade e, segundo depoimento do bispo D. Demétrio Valentini, despertou para o campo político.

¹²⁴ Idem.

Foi um dos líderes na luta contra as barragens da bacia do rio Uruguai e da criação da CRAB (Comissão Regional dos Atingidos por Barragens). Contribuiu para a organização da luta sindical e venceu as eleições pelo campo da CUT em Aratiba, onde foi também um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores. Elegeu-se deputado estadual pelo PT. Com forte engajamento nas lutas travadas pelas organizações sociais e populares, esteve engajado na conquista da aposentadoria para a mulher da roça aos 55 anos e na luta pelo crédito agrícola, entre outras.¹²⁵

A trajetória entre as lideranças formadas a partir dos cursos de formação da ESAU e da ESMA, seguia, normalmente, os mesmos passos. Inicialmente, após o período de formação, planejavam a disputa das eleições sindicais levando a proposta da CUT e buscavam criar e fortalecer o Partido dos Trabalhadores em seus municípios; procuravam obter o apoio da Igreja Católica, o que por vezes não se concretizava, pois muitos padres e leigos, de determinados municípios, tinham posição contrária a estas lideranças.

3.2 A Igreja e o Novo Sindicalismo

A década de 1980 marcou significativas transformações no sindicalismo brasileiro. Pode-se dizer que, do período que se abriu com o vigoroso movimento grevista do ABC paulista, em maio de 1978, até o fim da década de 80, inúmeras transformações ocorreram: a retomada das ações grevistas, a explosão do sindicalismo dos assalariados, o avanço do sindicalismo no meio rural, o nascimento das centrais sindicais, as tentativas de consolidação da organização dos trabalhadores nas fábricas, os aumentos dos índices de sindicalização, as mudanças da estrutura sindical pós Constituição de 1988, entre outras. A luta contra a superexploração do trabalho, contra a legislação repressiva que regulava a ação sindical, contra o sindicalismo atrelado ao Estado, configurou a ação de um movimento de clara significação econômica e política.

Este conjunto de transformações no meio sindical teve início em pleno regime militar, juntamente com o surgimento de outros movimentos sociais, caracterizados por novas práticas e novos valores. Procuraram aprofundar concepções e práticas que buscavam o avanço da democracia com justiça social, objetivando a construção de um projeto alternativo de sociedade.

¹²⁵ VALENTINI, D. Demétrio. Entrevista concedida ao autor em 10 de janeiro de 2007. Erechim.

Uma relação muito próxima e um trabalho articulado entre os novos movimentos sociais populares, o movimento sindical combativo e os setores progressistas da Igreja Católica é estabelecida no final da década de 1970 e durante a década de 1980. Durante a Ditadura militar, a Igreja Católica transformou-se numa importante área de ação política para os ativistas da classe trabalhadora. Sandoval descreve sobre esta transformação:

Assim, a presença da Igreja na política mudou depois de 1964, tornando-se fortemente identificada com a oposição ao regime autocrático.[...] Em nível popular, as CEBs se tornaram os principais veículos de mobilização popular e da continuidade à ação social da Igreja, especialmente depois que esta também sofreu a repressão de suas organizações de jovens e trabalhadores.¹²⁶

Na região Alto Uruguai, o sindicalismo combativo foi se estruturando durante toda a década de 1980. Motivado pela conjuntura nacional do final da década de 1970, pelo processo de abertura política do país, pelas grandes greves do ABC paulista, pela crise econômica que castigava os trabalhadores urbanos devido ao arrocho salarial e os trabalhadores do campo com os baixos preços dos produtos e os altos juros nos financiamentos agrícolas e pela Igreja Católica com a atuação das pastorais sociais, o sindicalismo combativo passou a conscientizar e organizar os trabalhadores, tanto do campo como da cidade, para transformar a realidade, lutando primeiramente para mudar o seu instrumento de luta que era o sindicato. Segundo Alves,

[...] este novo sindicalismo surgia como parte de um processo mais amplo de organização popular, cujas fronteiras estendiam-se para além do mundo sindical. A ação pastoral desenvolvida por religiosos e eleitos, identificados com a Teologia da Libertação, voltava-se, antes de mais nada, para as bases, ou seja, para aqueles setores da população privados ao mesmo tempo do ter, do poder e do saber, desdobrando-se em distintas frentes de luta. Nesse contexto o STR aparece como um espaço que precisa ser conquistado e posto a serviço das lutas dos trabalhadores.¹²⁷

A CUT, fundada em 1983, nasceu pela decisão dos trabalhadores de se organizarem de forma autônoma, independente do Estado e da estrutura sindical a ele atrelada. Em seu

¹²⁶ SANDOVAL, Salvador. *Os trabalhadores param: greves e mudança social no Brasil (1945-1990)*. São Paulo: Ática, 1994, p.162.

¹²⁷ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 230.

processo de construção, procurou articular o campo e a cidade, reunindo, sob uma mesma estrutura, diferentes vertentes de contestação ao sindicalismo oficial, as quais surgiram no processo de desintegração do regime militar. Nesse movimento, uma categoria mais abrangente, “o trabalhador”, passou a articular identidades singulares associadas a categorias profissionais ou grupos sociais: o operário, o pequeno agricultor, o funcionário público.

A atuação Dos setores progressistas da Igreja Católica foi de fundamental importância na construção da Central Única dos Trabalhadores. A esse respeito Rodrigues coloca:

Este foi um dado novo que veio alterar profundamente o quadro das lutas sindicais no país, ou seja, a ‘esquerdização’ do comportamento da Igreja e sua franca oposição ao governo militar e também ao modelo econômico capitalista contribuíram, decisivamente, para a consolidação do sindicalismo como ator importante na sociedade brasileira nesse período.¹²⁸

Na disputa que ocorre na região Alto Uruguai, na década de 1980, pela hegemonia do sindicalismo, da CUT contra a Fetag, os setores progressistas da Igreja Católica tem um papel destacado da defesa da proposta sindical da CUT, com a participação direta de muitos padres, principalmente, na organização dos trabalhadores para a conquista dos sindicatos dos trabalhadores rurais. Ocorre uma articulação entre os setores progressistas da Igreja através das pastorais sociais, os movimentos sociais emergentes como a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB), o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), o Partido dos Trabalhadores (PT), o Centro de Educação Popular (CEPO) e os professores esquerdistas da Universidade Regional Integrada (URI).

3.2.1 A Igreja na base do sindicalismo rural

O sindicalismo rural, enquanto instrumento de representação política dos trabalhadores, consolidou-se no Brasil durante os anos do regime militar. A

¹²⁸ RODRIGUES, op. cit., In: BOITO JR., op. cit., p. 16-17.

institucionalização desse sindicalismo¹²⁹ ocorreu nos marcos impostos pela legislação herdada do período Getulista. O sindicato único, de base municipal, passou a congregar em seu quadro de associados um conjunto heterogêneo de categorias sociais, reunidas em uma única entidade, que foi instituída como porta-voz de uma identidade sócio-profissional específica: o trabalhador rural.

Segundo Shemitt¹³⁰, “no Rio Grande do Sul, a exemplo do que ocorreu em outras regiões do País, a fundação dos STRs (Sindicatos de Trabalhadores Rurais) esteve estreitamente associada ao trabalho desenvolvido por setores conservadores da Igreja Católica.” A ação da FAG (Frente Agrária Gaúcha), associação civil fundada em 1961 por iniciativa dos bispos gaúchos, pode ser considerada como sendo decisiva no processo de constituição dos sindicatos. Tratava-se de lançar as bases de um sindicalismo “verdadeiro e autêntico”.

O surgimento de um movimento de oposição à prática do sindicalismo oficial na região Alto Uruguai, como em todo o Brasil, coincide com a retomada das lutas sociais no campo, no final da década de 1970 e início dos anos 80. Nos conflitos localizados e no trabalho de conscientização desenvolvido pelos setores progressistas da Igreja Católica vão surgindo lideranças com novo perfil, que passam a disputar o controle dos STRs.

O trabalho desenvolvido pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) na região Alto Uruguai teve a participação autêntica de padres, sindicalistas, líderes comunitários e assessores que realizavam reuniões de preparação e articulação de encontros nas comunidades rurais com a presença dos agricultores. Neles, analisava-se a conjuntura política e econômica do país, identificavam-se os problemas da agricultura e qual deveria ser o papel do sindicato diante da difícil realidade. A oração, as reflexões em torno da palavra de Deus e as celebrações religiosas eram momentos essenciais nos encontros, pois a relação entre fé, vida e ação comprometia o agricultor e sua família para uma atuação nas lutas que estavam sendo construídas. Uma delas era a formação das oposições sindicais na região.

O padre Antonio Scheffel foi um dos protagonistas neste trabalho da CPT na região Alto Uruguai, tendo a iniciativa de organizá-la após participar do encontro de criação da mesma, em Goiânia, no ano de 1976. Segundo seu relato¹³¹, “na Diocese de Erechim, até

¹²⁹ O período que vai de 1961 a 1980 registra o surgimento de 2.243 sindicatos de trabalhadores rurais. Nesses vinte anos, foram fundados, aproximadamente, 80% dos 2.732 STRs existentes no país até o ano de 1989. SCHMITT, op. cit., In: NAVARRO, op. cit., p. 190.

¹³⁰ Idem.

¹³¹ SCHEFFEL, Padre Antonio. Entrevista concedida ao autor em 08 de janeiro de 2007. Erechim.

este período, não havia um trabalho de conscientização da Igreja Católica sobre a realidade de exploração ao pequeno agricultor. Também foram poucos os padres que se preocuparam em levar adiante a CPT na Diocese”.

Ainda segundo o Padre Antonio Scheffel,

As reuniões e encontros serviram para descobrir lideranças que passaram a fazer parte das comissões em cada paróquia e estas davam continuidade ao trabalho. Nos municípios onde as direções dos sindicatos não eram favoráveis às reuniões, reuníamos quem podíamos, pois a partir do primeiro encontro, o número de pessoas envolvidas tornava-se maior e o trabalho de conscientização surtia efeitos positivos para a nossa luta.¹³²

O processo que se desenvolveu com o novo sindicalismo, na região Alto Uruguai, desde a sua origem, passando pela conquista das direções dos sindicatos e pelas lutas pelo direito ao crédito, por preços justos, por juros baixos e assim por diante, teve a importante contribuição da Pastoral da Juventude e da Escola Diocesana de Servidores de Comunidades, através da descoberta e constituição de dezenas de lideranças em praticamente todos os municípios da região.

A Escola Diocesana de Servidores de Comunidades, desde 1973, formava lideranças através de um curso de formação diocesano, que, de forma pioneira, tratava das questões sociais relacionando-as com a fé e a oração. Este trabalho da Escola de Servidores ganhou maior relevância quando outras pessoas da comunidade também atingiram um nível maior de conscientização. Este novo momento se deu a partir do trabalho da Pastoral da Juventude. Os cursos de formações do TAPA passaram a envolver o jovem no trabalho da comunidade e este passou a somar forças ao trabalho e idéias do servidor da comunidade, contribuindo para um trabalho coletivo não só na comunidade, mas com envolvimento no movimento sindical e demais movimentos sociais que se constituíram.

As formações através dos cursos do TAPA num primeiro momento e da ESAU posteriormente (formação mais avançada), foram etapas quase que obrigatórias no surgimento das principais lideranças da região Alto Uruguai, as quais abasteceram o movimento das oposições sindicais também chamado “Renovação Sindical” e

¹³² Idem.

“CHAPA 2”¹³³. Quase na totalidade, as lideranças que se destacaram e disputaram as eleições defendendo a proposta da CUT tinham passado por este processo de formação.

A história do movimento sindical na região é identificada, conforme Scapini, por três fases:¹³⁴

- A fase das oposições (1979/85);
- A fase das lutas (1986/88);
- A fase da consolidação (1989...).

A fase das oposições (1979/1985) tinha como objetivo principal tomar das mãos dos dirigentes “pelegos”¹³⁵ os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) existentes nos municípios da região para transformá-los em verdadeiras ferramentas de luta nas mãos dos trabalhadores. Neste período, o embate ocorreu entre sindicalistas que se encontravam no poder - sob orientação da FETAG, e sindicalistas de formação progressista – a base de construção da CUT.

Conforme a tabela a seguir, embasada na pesquisa de Anacleto Zanella¹³⁶, a proposta sindical da CUT foi vitoriosa em cinco das nove eleições em que houve disputa nos STRs.

Tabela 2 – Sindicatos em disputa entre CUT e Fetag, na década de 1980, na região Alto Uruguai

Nome da Entidade	Ano	Resultado da eleição
STR de Erval Grande	1982	Vitória da chapa ligada à CUT
STR de Erechim	1984	Vitória da chapa ligada à CUT
STR de Aratiba	1985	Vitória da chapa ligada à CUT
STR de Viadutos	1985	Vitória da chapa ligada à Fetag
STR de Barão de Cotegipe	1986	Vitória da chapa ligada à Fetag
STR de Jacutinga	1986	Empate na eleição, mas um voto ficou sob <i>judice</i> . A justiça considerou o voto válido para a chapa ligada à Fetag.
STR de Marcelino Ramos	1986	Vitória da chapa ligada à CUT
STR de São Valentim	1988	Vitória da chapa ligada à Fetag
STR de Três Arroios	1988	Vitória da chapa ligada à CUT

¹³³ A denominação “CHAPA 2” também era chamada de “CHAPA da CUT” ou “Renovação Sindical” e caracterizava-se como a chapa de oposição, defendida pelos setores progressistas da Igreja, movimentos sociais e pelo PT. Defendia o rompimento da estrutura sindical oficial, a liberdade e autonomia sindical, a organização dos trabalhadores no local de trabalho, a luta em favor da democratização do país, o avanço na conquista de direitos sociais, a participação efetiva dos trabalhadores nas decisões do sindicato e uma prática sindical classista. ZANELLA, op. cit., p. 203.

¹³⁴ SCAPINI, Elton. *Histórico dos movimentos sociais na região*. Erechim: CEPO, 1991, p. 2.

¹³⁵ O termo “pelego” é muito usado no sindicalismo para denominar aqueles sindicalistas atrelados à estrutura sindical e que praticam o sindicalismo de conciliação de classes. A sua utilização explica-se pelo fato de que o pelego serve para amaciar a montaria ao cavalo pelo cavaleiro. Portanto, no movimento sindical, serviria também para amaciar a relação conflituosa existente entre patrão e empregado. ZANELLA, op. cit., p. 205.

¹³⁶ *Ibidem*. p. 207.

A primeira disputa ocorrida entre a proposta da CUT e da FETAG, que marcaria o início de uma série de vitórias do sindicalismo combativo nesta época, na região, deu-se em Erval Grande. O município tinha uma população de aproximadamente 5.000 habitantes. A economia era essencialmente agrícola com predomínio da pequena propriedade. Era uma das realidades em que mais se cristalizavam os problemas enfrentados pela agricultura e onde o trabalho da Igreja Católica tinha uma boa organização e liderança social junto aos agricultores. Um dos expoentes dessa liderança, no município, era o padre Antonio Scheffel que deu grande contribuição ao processo de organização dos agricultores, construindo as condições para que houvesse a disputa e a vitória da chapa de oposição nas eleições no STR, no ano de 1982. Scheffel¹³⁷ relembra e descreve como se deu a disputa:

Aí, a gente teve quase uma guerra, foi uma coisa terrível, com ameaças de morte e tudo mais, mas fomos em frente, e aí, a última ‘pegada’ foi que eles não queriam abrir as urnas na noite, depois do dia da votação. Aí, nós entramos na justiça. Em Erechim, nós perdemos a questão. Então foi em Porto Alegre direto e lá então ganhamos. Aí veio o juiz, aquele de Porto Alegre mandou alguém de Erechim para Erval Grande. Às oito horas da noite abrimos as urnas, mas foi uma coisa muito assim... a cidade toda estava em alvoroço. Os agricultores todos se reuniram. Era com machado, era com foíce, era com picareta. Eles, se perdessem a eleição, diziam que iam desmanchar o sindicato, né. Mas, aí, graças a Deus, conseguimos a vitória, de cada quatro votos para chapa dos combativos dava um pra situação.

A Igreja Católica esteve presente em cada uma das disputas eleitorais para as direções sindicais da região. O apoio da mesma não se limitava a uma adesão formal às ações dos agricultores. A estrutura material das paróquias, a influência dos religiosos sobre as comunidades rurais, sua capacidade de mobilizar apoiadores para além das fronteiras do município, eram postos a serviço da luta.

Conforme Schmidt¹³⁸

“[...] se é verdade que muitos sindicatos foram conquistados através de um processo participativo, com efetiva mobilização dos agricultores, é verdade também que esse movimento foi, em muitos casos, tributário do trabalho de conscientização realizada pelos agentes religiosos”.

¹³⁷ SCHEFFEL, Padre Antonio. Entrevista concedida ao autor em 08 de janeiro de 2007. Erechim.

¹³⁸ SCHMITT, op. cit. In: NAVARRO, op. cit., p. 190.



Fonte: Acervo Pessoal Paulo Farina

Figura 9 – Missa pela conquista do STR Erechim em 1984 e a queima de um pelego simbolizando a vitória da CUT sobre a FETAG.

A disputa pela diretoria dos sindicatos seguia duas táticas: composição, visando tomar o sindicato “por dentro”, e “oposição”, na perspectiva de derrubar as forças conservadoras. Nas disputas via oposição, geralmente, os setores considerados progressistas (setores da Igreja, PT e, em alguns casos, até o PMDB) se encontravam de um lado e os setores conservadores (cooperativas, partidos de direita, prefeituras, Igreja conservadora) de outro. O apoio do PMDB durou até mais ou menos 1986, quando as eleições (governador, deputados e senadores) começaram a dividir as águas.

Segundo Scapini¹³⁹ “a direita não hesita em jogar sua força contra este novo sindicalismo emergente, usando sua estrutura, seus recursos, ou mesmo fazendo terrorismo ideológico, afirmando que as lideranças do chamado novo sindicalismo eram orientadas por gente de fora”.

Algumas lutas são desenvolvidas ainda nesta fase, centradas em direitos sociais como saúde gratuita e aposentadoria do homem e da mulher do campo e, em aspectos de

¹³⁹ SCAPINI, op. cit., p. 2.

política agrícola como preço do leite e crédito para compra de terra aos filhos dos pequenos agricultores.

A fase das lutas (1986/88) caracteriza-se pelas ações desencadeadas com base nos sindicatos conquistados, na articulação com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e com o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) que se organiza a partir de 1983.

O enfrentamento com a direita torna-se mais violento: a polícia intervém em várias manifestações. Os agricultores vêm para os atos públicos nas cidades (Erechim e Getúlio Vargas), trazendo ferramentas (foices, enxadas). A imprensa regional fala em manipulação dos colonos, alegando que as ferramentas são armas e que as manifestações são “badernaço”.

Piran descreve as principais reivindicações deste período:

As principais bandeiras de luta neste período são pela saúde gratuita, anistia da dívida bancária dos agricultores e contra a correção monetária para os empréstimos agrícolas. É nesta fase também que a luta pela reforma agrária, política agrícola e aposentadoria adquirem força. A luta pela aposentadoria é engrossada pelo MMTR, que reivindica aposentadoria para a mulher agricultora aos 55 anos com direito a um salário mínimo mensal ¹⁴⁰.

Esta fase foi marcada por intensas mobilizações regionais, com atos massivos de pequenos agricultores, com interdição de estradas, fechamento de bancos, passeatas no centro de Erechim, concentrações em frente à prefeitura, Cotrel, ou em órgãos estaduais e federais.

A fase da consolidação (a partir de 1989), caracterizou-se por uma retração nas mobilizações dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. A preocupação passou a ser com as questões de caráter organizativo. Preocupação com a construção das instâncias (Direção, Executiva, Secretarias, Comissões), com os coletivos para discussão e seu funcionamento, e com a adequação das estruturas. Scapini relata que,

¹⁴⁰ PIRAN, op. cit., p. 87.

[...] o movimento passou a buscar assessoria sistemática para as instâncias junto ao Centro de Educação Popular (CEPO) e assessorias esporádicas em áreas específicas no Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP) de Porto Alegre, no Departamento Sindical de Estudos Rurais (DESER) de Curitiba e no Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP) de Sarandi.¹⁴¹

A CUT regional passou a funcionar mais organicamente, com reuniões sistemáticas da Direção e Executiva, com a criação de secretarias de formação e divulgação, e a construção do Fórum dos Rurais, que planejava coletivamente as lutas, mobilizações e estratégias de um sindicalismo autêntico.



Fonte: Acervo Pessoal Paulo Farina

Figura 10 – Foto da Greve Geral em Erechim organizada pela CUT em 20/08/1987

A década de 1980 foi altamente positiva para a consolidação da proposta da Central Única dos Trabalhadores e a efetivação do novo sindicalismo na região Alto Uruguai, que mantinha uma boa articulação com os setores progressistas da Igreja Católica. O sindicalismo combativo conquistou um grande espaço de atuação e, ao mesmo tempo, a Igreja Católica continuou o seu trabalho de formação de novas lideranças que se agregaram

¹⁴¹ SCAPINI, op. cit., p. 3.

ao movimento sindical e ao Partido dos Trabalhadores, além de manter o apoio às lutas desencadeadas pelo conjunto dos movimentos sociais.

3.2.2 A Igreja na base do sindicalismo urbano

O novo sindicalismo no meio urbano, na região Alto Uruguai, agregou, durante a década de 1980, as bases para a consolidação de um sindicalismo autêntico, ou seja, defensor dos interesses dos trabalhadores, autônomo, articulado entre diversas categorias através da CUT, articulado com setores progressistas da Igreja Católica e com os movimentos sociais do campo e da cidade.

No contexto nacional, o final da década de 1970 e o início dos anos 80 marcaram o início do processo pela redemocratização do país. O movimento de 1977, pela reposição salarial que punha em discussão o direito de obter uma reposição salarial correspondente à perda do período 1973/1974, resultante da manipulação oficial dos dados e as greves de 1978 e 1979,¹⁴² foram aos poucos desmascarando o caráter do Estado como guardião dos interesses de todo o povo, na medida em que a cada confronto direto com os patrões o Estado arbitrava, na maioria das vezes, em favor do pólo dominante.

As bases para a origem do sindicalismo urbano combativo na região Alto Uruguai, a exemplo do sindicalismo rural, estavam no trabalho realizado por setores progressistas da Igreja Católica através das pastorais sociais que tinham em seu ideário a transformação social e a construção de um projeto alternativo de sociedade.

Durante a década de 1980, a Juventude Operária Católica (JOC), a Ação Católica Operária (ACO) e a Pastoral Operária (PO), desenvolveram um trabalho de formação de lideranças e de organização de grupos de trabalhadores, criando assim uma nova concepção sobre o verdadeiro sindicalismo, despertando para a necessidade da organização de classe, para a conquista e a transformação do seu instrumento de luta que era o sindicato.

¹⁴² O movimento iniciado pelos metalúrgicos de São Bernardo do Campo aos poucos contagiou várias entidades sindicais do país, abrangendo outras categorias – a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito; o Sindicato dos Jornalistas Profissionais em Porto Alegre; a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado do Rio de Janeiro; o Sindicato dos Metalúrgicos de Monlevade (em Minas Gerais); a Federação dos Trabalhadores nas Industriais Urbanas de São Paulo. MANFREDI, op. cit., p.113.

Segundo o sindicalista e historiador Anacleto Zanella,¹⁴³ conhecedor da história do sindicalismo na região Alto Uruguai, “a JOC e a ACO nasceram na região, mais precisamente em Erechim, na década de 1970, por influência do padre Adelar de David¹⁴⁴ e da Irmã Deonilse Rovani”¹⁴⁵. O trabalho destas organizações consistia na realização de reuniões na casa de moradores ou na sede da comunidade em bairros da cidade de Erechim. Os jovens eram convidados a se engajar na JOC e os adultos deveriam fazer parte da ACO. Durante a década de 1970, o trabalho era realizado de forma muito secreta, quase clandestino, pois os participantes corriam o risco de serem perseguidos pela polícia em virtude do regime militar vigente no país.

No decorrer da década de 1980, a ACO foi sendo substituída pelo trabalho da Pastoral Operária (PO), que, a exemplo do crescimento nos grandes centros, atraía um número considerado de militantes. Com a PO há um envolvimento maior de lideranças religiosas na organização dos trabalhadores. Nos encontros, era analisada a conjuntura econômica, social e política do país, mas também a realidade local do trabalhador, sempre com uma reflexão bíblica que enfocava a vida de Jesus.

Foi a partir da PO que a proposta do sindicalismo combativo, fundamentado na proposta da CUT, passou a ser referência, e foram definidas ações concretas a serem implementadas tanto pela ação sindical quanto nos bairros junto aos trabalhadores.

Formaram-se, também, grupos de jovens trabalhadores por categoria profissional para discutir os problemas específicos e a atuação nas fábricas e no sindicato. Muitos jovens militantes iniciaram uma atuação no movimento sindical participando das oposições sindicais ou ocupando cargos nas direções (como uma estratégia para ganhar o sindicato por dentro).

Esta estratégia foi montada no Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias da Alimentação de Erechim. Segundo relato de José Revers Sobrinho¹⁴⁶, a partir de sua atuação na Pastoral Operária, optou por empregar-se na Cotrel como meio para se associar ao Sindicato da Alimentação e fazer parte da direção da entidade. Destaca ele que

¹⁴³ ZANELLA, op. cit., p. 198.

¹⁴⁴ O padre Adelar de David, na década de 1970, atuava no Seminário Nossa Senhora de Fátima, em Erechim.

¹⁴⁵ A Irmã Deonilse Rovani, nas décadas de 1970 e de 1980, atuava em Erechim e pertencia à Congregação de Santo Agostinho.

¹⁴⁶ REVERS SOBRINHO, José. Entrevista concedida ao autor em 20 de dezembro de 2006. Erechim.

Foi necessário fazer amizade com um dos dirigentes sindicais, bem como tornar-se uma liderança no local de trabalho para que fosse convidado a fazer parte da chapa nas eleições de março de 1984. Três lideranças oriundas da Igreja Católica progressista fizeram parte da chapa.

Faziam parte da chapa: José Revers Sobrinho como secretário geral, Anacleto Zanella como primeiro suplente e Emílio Kessler como titular do conselho fiscal. Vencidas as eleições, em setembro do mesmo ano, descobriu-se que o presidente tinha desviado dinheiro da contribuição dos associados. Afastou-se o presidente, José Revers Sobrinho assumiu a presidência e Anacleto Zanella passou a exercer o cargo de tesoureiro.

As divergências ficaram evidentes entre o grupo que defendia a proposta sindical da CUT e o grupo que defendia uma proposta sindical conciliadora com as empresas - especialmente com a Cotrel - e assistencialista com relação aos associados. Os dois grupos disputaram as eleições em 1987 em meio a muita tensão. A vitória foi da chapa da CUT que se consolidou nos anos seguintes nessa categoria, mantendo um forte embate com a Cotrel e tornando esse sindicato uma das referências do sindicalismo regional.

A trajetória do sindicalismo combativo no meio urbano alcançaria outras vitórias logo a seguir. A conquista do 15º núcleo do Cpers Sindicato seguiu a estratégia adotada no Sindicato da Alimentação, ou seja, ganhar a entidade por dentro. A professora Nely Zaffari possuía um histórico de comprometimento social desde o início da década de 1970 com a formação do grupo Paulo VI e com a Pastoral Operária. Era associada ao Cpers desde 1969 e, sendo representante dos professores estaduais cedidos à FAPES, assumiu a Comissão de Educação do sindicato, a partir de 1982. Pelo trabalho realizado e por sua liderança, tornou-se diretora do 15º núcleo nas eleições de 1984, numa chapa de composição com outros campos políticos.

Segundo Zaffari¹⁴⁷,

Tudo começou com a Pastoral Operária, pois fazíamos reuniões para debater sobre a conjuntura local e nacional. Também planejávamos como iríamos intervir no meio sindical, que atuava de forma assistencialista e não defendia os interesses dos trabalhadores. Era urgente conquistarmos estes instrumentos de luta.

¹⁴⁷ ZAFFARI, Nely. Entrevista concedida ao autor em 20 de dezembro de 2006. Erechim.

As propostas da CUT passaram a ser levadas e debatidas dentro do Cpers e a entidade começou a participar de encontros, congressos e mobilizações articulada com outras categorias de trabalhadores. No ano de 1987, uma chapa formada somente por lideranças comprometidas com o sindicalismo combativo assumiu a entidade e consolidou-se em meio a este importante público que era o funcionalismo público da área da educação, na região Alto Uruguai.

As lideranças que formavam o movimento de oposição aos sindicatos urbanos mantiveram, nos anos seguintes, sua organização através da PO, da CUT, dos militantes que tinham feito os cursos da PJ e da atuação no PT. O objetivo continuava sendo a conquista de sindicatos que apresentavam prática assistencialista.

Em 1986, foi conquistado, pelo campo da CUT,¹⁴⁸ o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Erechim. A conquista deste sindicato tinha uma simbologia particular, pois esta categoria tinha grande poder de mobilização e foi quem deu início ao novo momento do sindicalismo combativo no Brasil com as greves do ABC paulista, no final da década de 1970.

Na segunda metade da década de 1980, outras entidades foram conquistadas ou passaram a articular-se junto ao campo da CUT: a Atape¹⁴⁹ (1986), a Casa do Trabalhador¹⁵⁰ (1986), o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário (1987) e o Sindicato dos Empregados no Comércio de Erechim (1987). Foram criados os Sindicatos dos Trabalhadores Rodoviários de Erechim (1987) e o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Saúde (1989).

¹⁴⁸ No dia 4 de fevereiro de 1986, apesar de repressão patronal, a Chapa 2, ligada à CUT e liderada por Nely Dambrós, foi eleita, recebendo 262 votos contra apenas 101 dados à Chapa 1 (situação). Informativo Sindical. Erechim, mar./abr., 1986, p. 8.

¹⁴⁹ A Associação dos Aposentados e Pensionistas de Erechim (Atape) foi criada no ano de 1961, mas não conseguiu manter-se em atividade depois do golpe militar de 1964. A partir de 1985, o trabalho da associação foi retomado por Ondina Piaia, professora e militante do PT. Nesse período, o atendimento aos aposentados e pensionistas era feito junto ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação de Erechim e na casa do Trabalhador. ZANELLA, op. cit., p. 229.

¹⁵⁰ A Casa do Trabalhador foi criada em 1962 e abrigava várias entidades sindicais urbanas que não possuíam sede própria. Servia também para contratar serviços assistenciais para os associados dos sindicatos. Em fevereiro de 1986, os sindicalistas ligados à CUT conseguiram eleger a diretoria desta entidade, assim, passaram a exercer o controle sobre ela. A partir de então, a Casa do Trabalhador passou a ser um local importante para cursos, reuniões e encontros organizados pela CUT na região. *Ibidem*, p. 229-230.

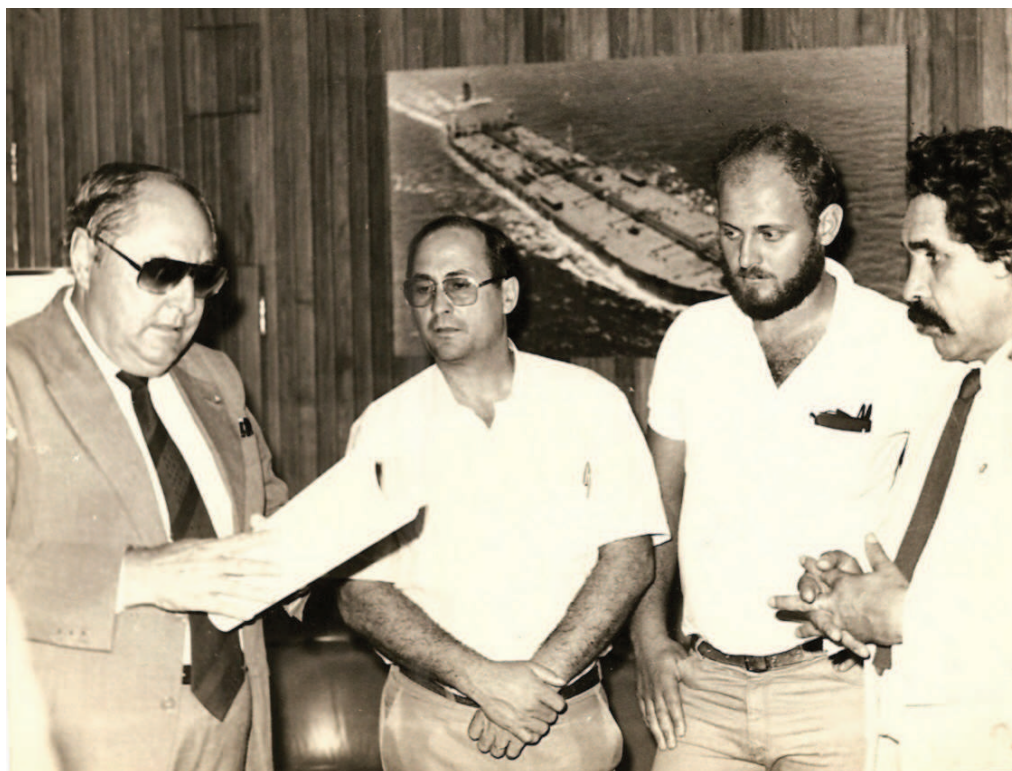
3.3 A Comissão Regional de Atingidos por Barragens - CRAB

Como já vimos anteriormente, o processo de organização popular, na região Alto Uruguai no final da década de 1970 e início da década de 1980, avançou de forma significativa com a criação de vários movimentos populares que, articulados por setores progressistas da Igreja Católica, desencadearam um trabalho de base, conscientizando para a realidade social e desenvolvendo várias lutas.

O projeto de desenvolvimento proposto pelo regime militar, empreendendo a industrialização e a internacionalização acelerada da economia, tinha como grande meta, no final dos anos '70 e início dos anos '80, um novo modelo energético baseado na construção de barragens de grande porte, com uma matriz energética capaz de abastecer quase na totalidade o consumo de energia do país. Juntamente com a região nordeste - com a barragem do rio São Francisco e a região norte - com a barragem de Tucuruí, a região sul teria grandes investimentos na produção de energia, com várias barragens nas bacias dos rios Paraná e Uruguai.

Neste período, marcado pela emergência dos novos movimentos sociais e pelo processo de redemocratização do país, surgiram vários movimentos de populações atingidas por barragens em diversas áreas do Brasil, como resposta popular de insatisfação e rejeição a um projeto que não respeitava os aspectos ambientais, culturais e, principalmente, sociais e econômicos das famílias atingidas.

Na região Alto Uruguai, a Comissão Regional de Atingidos por Barragens se constituiu no final da década de 1970, justamente por tomar conhecimento do projeto de construção das barragens do rio Uruguai, principalmente a barragem de Machadinho, pelo governo Federal. As informações sobre locais, número de atingidos, início das obras, possíveis indenizações não eram reveladas pela ELETROSUL (órgão do governo responsável pelo projeto), o que causava apreensão e revolta dos atingidos.



Fonte: Acervo pessoal de Paulo Farina

Figura 11 – Foto da 1ª audiência do projeto barragens, de representantes da CRAB e Olívio Dutra, que era sindicalista e militante do PT, com o Ministro de Minas e Energia Aureliano Chaves em 1986.

A reação popular e a organização da CRAB¹⁵¹ na região Alto Uruguai iniciou a partir da articulação entre padres ligados à CPT e outros setores progressistas da Igreja Católica, lideranças dos sindicatos combativos e professores da Faculdade de Erechim - FAPES. O grupo Paulo VI, que congregava um conjunto de lideranças, também foi um dos espaços de análise e planejamento de ações que contribuiriam para a formação da CRAB. Em texto produzido pela própria CRAB, está expressa parte de sua história:

¹⁵¹ A Comissão Regional de Atingidos por Barragens trabalhava a partir da seguinte base: Ao final dos anos 70, no início da chamada abertura política, os trabalhadores rurais da Bacia do Rio Uruguai são surpreendidos por notícias de que estava sendo planejada uma inundação na região. Desde 1967 havia pesquisas por conta do Governo para conhecer o potencial hidroenergético da região. Os levantamentos feitos pela ELETROSUL apontavam a possibilidade de se construírem 25 usinas hidroelétricas nas regiões gaúchas e catarinenses banhadas pelo rio Uruguai e seus afluentes, atingindo 77 municípios e desalojando cerca de 200 mil pessoas. CRAB. *Nossa história em debate*. Lages: Gráfica Vianeí, 1989, p. 5.

A partir do conhecimento deste projeto faraônico, começou o trabalho de informação e mobilização dos atingidos com o incentivo da CPT, de igrejas, alguns sindicatos combativos e de professores da Faculdade de Erechim - FAPES. Os primeiros a se mobilizarem foram os atingidos da região onde seria construída a barragem de Machadinho. No decorrer do processo de mobilização, surgiu a necessidade de unir a luta dos atingidos pelas várias barragens que estavam no projeto. Para isso, em 1979, foi fundada a CRAB - Comissão Regional de Atingidos por Barragens, com a finalidade de encaminhar as lutas dos atingidos, que aos poucos assumem a CRAB como seu instrumento de organização e de luta. O Movimento vem se caracterizando pela luta de resistência na terra, tendo como principal slogan: Terra Sim, Barragens Não! As reivindicações, abaixo-assinados, manifestações públicas, a estruturação do Movimento em comissões locais, municipais e regionais, as audiências, negociações, acordos públicos com a ELETROSUL e autoridades, a realização de assembléias, as articulações nacionais e internacionais fizeram com que a organização dos atingidos fosse reconhecida pela sociedade civil e pelo governo. Em nenhum momento os agricultores se manifestaram contra o progresso, a geração de energia, mas contrários a este plano energético e ao modelo de desenvolvimento e seu encaminhamento, pois não vem responder às necessidades das populações atingidas, nem da maioria do povo brasileiro, mas sim aos interesses do capital nacional e internacional. Hoje, devido às mudanças conjunturais e à experiência histórica acumulada pelas organizações dos atingidos, o Movimento sente a necessidade de buscar novas formas de organização interna e novas políticas de ação e relação com a sociedade. A forma de ação da CRAB deve ser conduzida no sentido de estabelecer regras para o setor energético, na perspectiva de se construir um novo projeto de sociedade, onde se privilegie a vida do homem e da natureza.¹⁵²

A participação de padres nas mobilizações dos atingidos contra as barragens contribuiu para a aceleração do processo de conscientização, pois a religião tornou-se o chamamento, o instrumento capaz de relacionar fé e realidade social. O padre Ivo Moelke¹⁵³, que no início dos anos 80 era pároco de Estação, município de Getúlio Vargas (um dos municípios que seria atingido pela barragem de Machadinho), revela que, “aos domingos, íamos participar de mobilizações nas comunidades, onde a barragem de Machadinho atingiria, mas era uma opção muito mais dos padres do que uma orientação da Igreja”.

A FAPES também contribuiu para a construção de um trabalho social na região, tendo o envolvimento de vários professores na assessoria das pastorais sociais e dos movimentos populares. Entre os professores estavam Nely Zaffari, Nédio Piran, Ernesto Cassol e Raimundo Pedrosa. Estas lideranças nem sempre encontravam apoio da direção da Instituição para este trabalho de planejamento, assessoria e formação dos movimentos e pastorais sociais. No entanto, Pedrosa¹⁵⁴ relata que “no final da década de 1970, a FAPES,

¹⁵² Idem, p. 5-8.

¹⁵³ MOELKE, Padre Ivo. Entrevista concedida ao autor em 05 de janeiro de 2007. Paróquia de Capoeirê.

¹⁵⁴ PEDROSA, Raimundo. Entrevista concedida ao autor em 9 de janeiro de 2007. Erechim.

através do reitor Zeferino Perin, faz um convênio com a CPT, no qual esta pagaria mensalmente à FAPES pelo trabalho de assessoria de Pedrosa às pastorais, sindicatos e movimentos sociais”. Segundo ele, “para a criação da CRAB foram realizadas mais de 100 reuniões com agricultores nas comunidades de toda a bacia do rio Uruguai.”

Um dos marcos desta luta contra as barragens e contra o modelo energético planejado pelos governos militares, na região, foi a Romaria da Terra, em 15 de fevereiro de 1983, na localidade de Carlos Gomes, na época município de Viadutos. O município situava-se próximo ao rio Uruguai e seria coberto pelas águas da barragem de Machadinho.



Fonte: Acervo pessoal de Elton Scapini.

Figura 12 – Foto da Igreja de Carlos Gomes/RS onde aconteceu a Romaria da Terra em 1983.

A decisão de fazer a Romaria neste local partiu de uma proposta da CRAB e da CPT local. Essas entidades, de forma estratégica, queriam chamar a atenção da sociedade para o problema social que estava sendo vivido pelos agricultores atingidos.

O resultado positivo de todo o processo de mobilizações e do trabalho de conscientização em toda a região, forçou a interrupção dos trabalhos da Eletrosul. O projeto e a construção da barragem de Machadinho foi retomado na década de 1990, não atingindo a localidade de Carlos Gomes, hoje município.

Outro projeto planejado pela Eletrosul na década de 1970 foi a barragem de Itá, situado também na bacia do rio Uruguai, na divisa entre o norte do Rio Grande do Sul e o oeste de Santa Catarina. O grande trabalho de organização social desenvolvido pela CRAB com o auxílio de padres e lideranças dos movimentos sociais populares contribuiu para que a Eletrosul reconhecesse os direitos dos atingidos. A Barragem de Itá foi construída no final da década de 1980 e início da década de 1990.

O enfoque central do trabalho desenvolvido junto aos agricultores que seriam atingidos era a conscientização e a organização, visando impedir que as injustiças ocorridas em outras construções de barragens se repetissem. Por isso eram debatidos temas como: o modelo energético e econômico brasileiro, a democratização do país, a participação política e a valorização do homem do campo, na perspectiva de construir um novo projeto de sociedade.

A CRAB desenvolvia suas atividades junto aos atingidos com recursos provenientes de projetos de cooperação internacional, sendo que as entidades financiadoras eram a Pão para o Mundo e a Misereor (entidades religiosas da Europa). Os recursos eram utilizados para movimentação dos dirigentes e colonos, para pagamento de diárias e subsídios aos que deixavam suas atividades no campo para participar de assembléias.

A mídia dava uma outra versão sobre a utilização dos recursos e a atuação da CRAB, fazendo uma forte relação com o MST, CUT e o PT. O jornal *Voz da Serra*¹⁵⁵, em novembro de 1987 publicou vários artigos sob os seguintes títulos: “Dólares sempre à vontade”, “Sem-terra tem aula de guerrilha”, “Doutrinação do PT e CUT”, “Poderio amedronta prefeitos”.

Sob o título “Doutrinação do PT e CUT” o jornal *Voz da Serra* publicou a seguinte matéria:

De acordo com informações fornecidas por autoridades no Alto Uruguai, a CRAB é outro braço de agitação da CUT e do PT, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores sem Terra, que, também com recursos de Igrejas, patrocinou e coordenou a invasão à Fazenda Annoni [...]. Os dois movimentos se estariam articulando no momento, através do Centro de Educação Popular (CEPO), como órgão receptor dos recursos, tendo em vista que a Crab e os sindicatos não poderiam fazer captações de recursos a não ser dos associados. [...] Nos últimos dias, autoridades da região, depois de muita procura, conseguiram, finalmente, documentar a denúncia do cardeal Vicente Scherer, segundo o qual recursos de igrejas do exterior estariam financiando atividades da CUT e do PT.¹⁵⁶

¹⁵⁵ OLIVEIRA, Francisco. Dólares sempre à vontade. *Jornal Voz da Serra*. Erechim, 26 nov. 1987, p. 8.

¹⁵⁶ Idem. Doutrinação do PT e CUT. *Jornal Voz da Serra*, Erechim, 26 nov. 1987, p. 8.

Os recursos da CRAB causaram forte repercussão na região no final da década de 1980, quando Raimundo Pedrosa, dirigente histórico, assessor dos movimentos populares desde o início dos anos 70 e um dos fundadores do PT em Erechim, foi afastado da CRAB por suspeita de desviar recursos financeiros.

O trabalho de base realizado pela CRAB gerava muitas dúvidas por parte de setores da imprensa e de lideranças da política tradicional da região. Os jornais e rádios locais cumpriam a tarefa de representar os setores que rejeitavam a presença dos movimentos sociais populares na região Alto Uruguai.

Durante a década de 1980, houve uma grande articulação entre os movimentos sociais populares da região, especialmente entre a CRAB, CEPO, CUT, MMTR, os sindicatos urbanos e rurais que foram sendo conquistados neste período, os setores progressistas da Igreja Católica e o Partido dos Trabalhadores.

A presença do MST na região esteve ligada mais por princípios ideológicos, pelas formações que lideranças da região participavam, do que pela organização do movimento em âmbito local. Normalmente, lideranças, assessores dos cursos da ESAU ou padres se deslocavam até os assentamentos (Encruzilhada Natalino¹⁵⁷ e Fazenda Anoni) para dar formação, fazer liturgias ou simplesmente apoiar os agricultores sem-terra em sua luta. Erval Grande, situado próximo ao rio Uruguai, na divisa com o Estado de Santa Catarina, é o município de onde mais de 400 famílias de agricultores sem-terra foram para o assentamento de Encruzilhada Natalino em Ronda Alta, muito pelo trabalho do Padre Antonio Scheffel, através da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

A causa da luta que era travada pelo MST e pela CRAB tinha muitos pontos em comum. O principal deles é que se tratava de pequenos agricultores que tinham como bandeira a luta pela terra, para manter-se nela, receber justas indenizações, ou para conseguir um pedaço de chão para plantar. Tornou-se visível a forte aproximação e articulação dos dois movimentos na região Alto Uruguai no final da década de 1980 e um certo distanciamento destes em relação ao movimento sindical urbano e rural.

¹⁵⁷ A Encruzilhada Natalino situava-se no município de Ronda Alta, noroeste do RS.

3.4 O Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais - MMTR

O trabalho de formação e organização desenvolvido na região Alto Uruguai, desde o final da década de 1970, com a formação de lideranças pela Escola de Servidores, com os encontros de jovens rurais, a formação da Pastoral da Juventude através do TAPA e as lutas contra as barragens foram os embriões que despertaram para a discussão de gênero e da realidade da mulher trabalhadora rural.

O MMTR ganhou maior notoriedade a partir de 1983, quando passou a ter maior organização e desenvolveu um trabalho de conscientização da mulher trabalhadora, com lutas específicas, buscando seus direitos e maior espaço na sociedade, dialogando com os demais movimentos sociais populares da região. Segundo Piran,

O início da organização se dá com a luta pela aposentadoria aos 55 anos, mas logo se amplia para o direito a fazer o "bloco" para a venda de produtos em seu nome, reconhecimento da profissão de agricultora, direito de se associar às cooperativas. Os seus objetivos e reivindicações eram os seguintes:

Objetivos:

- Acabar com a discriminação de que eram vítimas;
- Fazer a mulher participar dos diversos setores da sociedade;
- Valorizar o trabalho doméstico;
- Fazer com que a responsabilidade na educação dos filhos recaia sobre o casal, não apenas sobre a mulher;
- Conscientizar a mulher de seu valor e da importância da política;
- Despertar a mulher para sua libertação;
- Apoiar as lutas gerais dos trabalhadores;

Reivindicações:

- Aposentadoria aos 55 anos de idade para a trabalhadora rural;
- Lugares para lazer;
- Postos de Saúde;
- Fim da violência contra a mulher;
- Auxílio-maternidade;
- Preço justo pelas mercadorias produzidas.¹⁵⁸

Uma das mais importantes lutas desenvolvidas pelo MMTR foi a luta pela aposentadoria aos 55 anos, pois conseguiu congrega as demais organizações sociais populares da região. Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, do campo da CUT, deram grande contribuição para a luta pela aposentadoria, articulando os agricultores para mobilizações, com abaixo-assinados, cedência de espaços para reuniões e com a participação de dirigentes para o planejamento do processo de organização do movimento.

¹⁵⁸ PIRAN, op. cit., p. 88-89.

O movimento estava organizado em mais de 80 municípios do estado do Rio Grande do Sul, atingindo sistematicamente de 30 a 35 mil mulheres na base. Na região Alto Uruguai, o movimento estava organizado em aproximadamente 10 municípios, de onde surgiram várias lideranças regionais. Esses avanços foram decorrentes de atividades realizadas pelo movimento como: dias de estudo, seminários, cursos, mobilizações, materiais didáticos e de divulgação. Havia grande apoio de setores progressistas da Igreja Católica, padres e irmãs que participavam de encontros, realizavam celebrações e reflexões em torno das lutas das mulheres.



Fonte: Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais

Figura 13 – Capa de cartilha usada nos encontros de mulheres

Os problemas enfrentados pela mulher trabalhadora rural não ficavam restritos à desvalorização do trabalho da mulher. Na tese para a Segunda Assembléia Estadual do MMTR/ RS estão colocadas as seguintes questões:

Nós mulheres sempre encontramos dificuldades de sermos reconhecidas ou valorizadas como pessoas, como seres humanos. Possuímos sentimentos, necessidades e também queremos ter direito a liberdade, ao respeito. Temos enfrentado dificuldades de toda a ordem. Elas vão desde a nossa situação familiar e a relação com o marido e filhos; passa pela comunidade que nos vê com preconceito e, por último a sociedade, onde a ideologia pregada pela classe dominante é aceita por muitas de nós, procura impor uma situação de submissão e acomodamento, sob a ameaça de nos marginalizar moral, política e socialmente.¹⁵⁹

Entre as principais dificuldades para a organização do Movimento nos municípios estava a falta de recursos financeiros para a realização das atividades, um quadro reduzido de lideranças que pudesse priorizar o movimento, a falta de apoio de alguns padres para a formação de um grupo em suas paróquias e a dificuldade em visualizar reivindicações concretas que envolvessem o conjunto das mulheres.

O apoio da Igreja Católica ao MMTR foi assumido por poucos padres diocesanos e algumas irmãs de congregações religiosas. Somente no ano de 1990 é que a CNBB dá maior atenção a toda problemática da mulher e lança a Campanha de Fraternidade sob o Lema: “Mulher e homem, imagem de Deus”. Significou um impulso para a organização do movimento, com o aprofundamento sobre temas como a “discriminação da mulher na sociedade”, “a participação da mulher na política”, “a exploração sexual da mulher”, “a mulher no mercado do trabalho”, entre outros.

Na história de luta da classe trabalhadora constatamos a articulação de muitas lutas entre os diversos movimentos sociais populares, levando reivindicações específicas e gerais. A região Alto Uruguai apresenta na década de 1980 esta unidade entre as OSP, contribuindo para o fortalecimento do MMTR. Com o desenvolvimento desse processo organizativo na região tivemos o aumento da participação da mulher nos sindicatos, nas direções de capelas, associações de bairros, clubes esportivos, conselhos e o envolvimento na política partidária.

¹⁵⁹ Análise de conjuntura da tese para a segunda assembléia estadual do MMTR/RS. 1989.

3.5 O Centro de Educação Popular - CEPO

O ideal coletivo consolidado na primeira metade da década de 1980 pelo trabalho das pastorais sociais, pela formação de novas lideranças, pelo movimento das oposições sindicais, pela organização da CUT e do Partido dos Trabalhadores e pelos movimentos sociais populares congregou um grande número de lideranças na região Alto Uruguai as quais passaram a avaliar e planejar suas ações conjuntamente.

Até então, as organizações que mais respondiam aos desafios de analisar a conjuntura e planejar as ações de forma coletiva, e que reuniam lideranças religiosas, sociais e políticas, era o grupo Paulo VI, que atuou durante toda a década de 1970 e início da década de 1980, e a CUT regional, a partir de 1983. Estas lideranças decidiram criar o CEPO, uma organização constituída juridicamente, para atuar articulada com as demais organizações sociais populares da região. Nely Zaffari¹⁶⁰, uma das fundadoras do CEPO e atuante no grupo Paulo VI, relata:

[...] o fato de ser uma entidade jurídica, permitia a captação de recursos financeiros de cooperação internacional, principalmente de organismos europeus ligados à Igreja Católica. Estes recursos eram repassados aos movimentos sociais e aos sindicatos conquistados a partir da proposta da CUT.

Os sindicatos não podiam legalmente receber recursos a não ser a contribuição dos associados e os movimentos populares não eram constituídos juridicamente, então o CEPO elaborava os projetos, recebia os recursos e repassava-os aos sindicatos e movimentos populares. As entidades desenvolviam o trabalho de formação junto aos seus associados e ao encerramento do projeto o CEPO prestava contas as entidades financiadoras, através de relatórios, dos trabalhos realizados, normalmente solicitando a renovação do mesmo para um novo período. Entre as Entidades financiadoras estão: Misereor, Pão para o Mundo e ICCO, todas ligadas a Igrejas da Europa.

¹⁶⁰ ZAFFARI, Nely. Entrevista concedida ao autor em 20 de dezembro de 2006. Erechim.

CONTRATO DE CÂMBIO (TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS DO EXTERIOR)			TIP
As partes:			2 Privativo
Comprador da moeda estrangeira (nome e CGC do banco, cidade e sigla do estado): BANCO ITAÚ S/A - CGC: 60.701.190/0238-13 PORTO ALEGRE/RS			3 Código do Comprador 341
Vendedor da moeda estrangeira (nome e endereço): CEPO - CENTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR RUA ARATIBA 318 - ERECHIM/RS			4 Código da Cidade 7775
			5 Código da moeda 220
			6 CGC ou CPF do Vendedor 91.565.465/0001-45
a seguir denominado, respectivamente, Comprador e Vendedor, contratam a presente operação de câmbio, nas condições aqui estipuladas:			7 N° da operação no Comprador 007958-3
			8 Data 06.10.88
Valor em moeda estrangeira negociado (por extenso): NOVE MIL, SEISCENTOS E OITENTA E NOVE DOLARES DOS ESTADOSUNIDOS E DOZE CENTAVOS.			9 Valor em moeda estrangeira US\$ 9.689,12
Valor em moeda nacional a ser pago pelo Comprador ao Vendedor (por extenso): TRÊS MILHÕES, SEISCENTOS E SESSENTA E CINCO MIL, OITOCENTOS E SETENTA E OITO CRUZADOS E CINQUENTA E CINCO CENTAVOS.			10 Taxa cambial Cr\$ 378,35
Prazo para liquidação do câmbio: PRONTO			11 Valor em moeda nacional Cr\$ 3.665.878,55
Forma de entrega da moeda estrangeira para liquidação do câmbio: TELETRANSMISSÃO			12 Liquidação até 11.10.88
Natureza da operação: TRANSFERÊNCIAS UNILATERAIS-PRIVADAS-INSTITUIÇÕES FILANTROPICAS E BENEFICIENTES			13 Código forma de entrega 65
Pagador no exterior (nome, cidade, país e relação de vínculo):			14 Código da natureza da operação 50658-50-0-95-90

Fonte: Centro de Educação Popular - CEPO

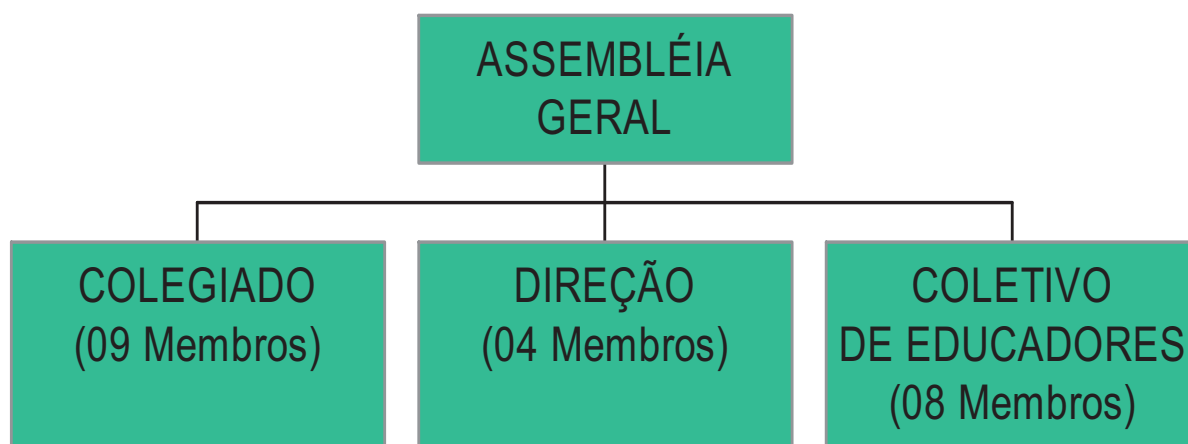
Figura 14 – Demonstrativo de transferência financeira de projeto de cooperação internacional ao CEPO em 11/10/1988.

A criação do CEPO, em 1985, faz parte desta construção coletiva, não pela ausência de espaços de debate, mas pela necessidade de qualificar as ações e fortalecer as organizações sociais populares da região. Entre os fundadores do CEPO, encontramos muitas lideranças ligadas aos setores progressistas da Igreja católica. Na ata de fundação¹⁶¹ constam os seguintes nomes e organizações:

Raimundo Pedrosa, Paulo Farina, Pe. Milton Matias, Nely Zaffari, Pe. Valter Girelli, Cláudio Brandani, Ivar Pavan, Anacleto Zanella, Luis Carlos Luchmam, Lídia Fernandes, Nédio Piran, Zélia Lusa, Almir dos Santos, Luis Dalla Costa e Valdomiro Fioravante. Os presentes representam os seguintes movimentos populares: Pastoral Rural da Diocese de Erechim, Movimento da Juventude Rural do Alto Uruguai, Movimento Sindical, Movimentos das Barragens, Movimentos de Bairros, representantes das Igrejas Católica e Episcopal Brasileira, representante do Cpers, Movimento da Juventude operária Católica, Movimento das Mulheres Agricultoras.

¹⁶¹ Ata de fundação do Centro de Educação Popular (CEPO), de 20 de setembro de 1985.

Quanto a sua forma organizativa, legalmente estavam assim constituídas as instâncias decisórias da entidade:



Fonte: Centro de Educação Popular - CEPO

Figura 15 – Organograma das instâncias decisórias do CEPO

Da assembleia geral participavam os sócios, lideranças dos movimentos populares, movimento sindical rural e urbano, padres de setores progressistas da Igreja Católica e educadores. Os membros do colegiado, não obrigatoriamente, mas normalmente, representavam as organizações sociais populares. A esta instância cabia dar a linha política da entidade, definindo os objetivos, planejar as ações e avaliar os resultados. A direção executiva coordenava a entidade tanto administrativamente quanto o trabalho que era desenvolvido pelos educadores (assessores) que atuavam junto às organizações sociais populares ou na base das mesmas.



Fonte: Centro de Educação Popular - CEPO

Figura 16 – Foto em comemoração aos 10 anos do CEPO com a presença de alguns sócios fundadores, em 1995.

Criado em 20 de setembro de 1985, o CEPO adquiriu sua personalidade jurídica no dia 22 de abril de 1986. O período entre 1985 e 1987 é caracterizado como “a fase da criação”. Nesta primeira fase, o CEPO apoiava e dava o suporte para a realização dos projetos desenvolvidos pelos movimentos sociais populares. A principal área de atuação neste momento é a prestação de serviços (produção de material, boletins, panfletos, empréstimo de materiais pedagógicos e serviços de entidade jurídica a projetos dos movimentos).

Visando contribuir com a criação e o fortalecimento dos movimentos sociais populares, uma série de equipes são organizadas: Equipe de Formação, Comunicação, Bairros, Coleta de Dados. Estas equipes são responsáveis pela realização de seminários, plenárias e cursos, com a participação massiva de lideranças populares. O CEPO cumpre um papel importante na articulação e intercâmbio entre movimentos e lutas.

O período de 1988 a 1990 é caracterizado como a fase da transição. O CEPO passa de uma ação meio “assistencialista” para um trabalho micro de educação popular. Há um forte investimento no trabalho de assessoria aos movimentos sociais (principalmente sindical) nas áreas de formação e comunicação. Visando responder às necessidades do CEPO e dos movimentos, de realizar um trabalho mais científico, inicia-se a estruturação

da área de pesquisa. Esta fase também é marcada pelo trabalho de elaboração de políticas para o CEPO: metodológica, institucional, financeira e administrativa. Um dos trabalhos realizados por educadores do Cepo eram as análises de conjuntura social, política e econômica, através dos boletins informativos, que eram elaborados e enviados mensalmente às lideranças de toda a região. Servia como guia para a análise e definição das ações prioritárias das demais organizações.

Durante toda a década de 1990, o CEPO caracterizou-se como um centro de assessoria, atuando nas áreas de construção orgânica (Formação, Organização, Planejamento e Administração), Comunicação e Elaboração. Passa a prestar assessoria a outras entidades (Escolas, Associações, Cooperativas, Conselhos, Pastoral da Juventude). Iniciou discussões em torno das grandes questões do desenvolvimento. Trabalha a partir de um plano global com o intuito de fortalecer o desenvolvimento regional juntamente com as demais entidades. No entanto, o padre Milton¹⁶², um dos fundadores e protagonista do período de fortalecimento das organizações sociais populares na década de 1980, destaca que “os padres fundadores do CEPO, com perfil progressista deixam de acompanhar diretamente o trabalho das organizações sociais populares e do CEPO. Participam apenas de eventos centrais de lutas ou de momentos festivos.”

A mudança nas relações entre o CEPO e os setores progressistas da Igreja Católica acompanha o processo de mudanças pelo qual passam as organizações sociais populares da região. A relação estreita com estes setores, caracterizada durante toda a década de 1980, marca a maior autonomia destas organizações e, conseqüentemente do CEPO, na década de 1990.

3.6 O Partido dos Trabalhadores – PT

Criado em 10 de fevereiro de 1980, em São Paulo, o PT surge pela necessidade de intervenção na vida social e política do país. O avanço das lutas populares permitiu que os operários industriais, assalariados do comércio e dos serviços, funcionários públicos, trabalhadores do campo, moradores das periferias, negros, índios, mulheres e estudantes pudessem se organizar em um partido político para defender seus interesses, por isso nasce

¹⁶² MATIAS, Padre Milton. Entrevista concedida ao autor em 28 de dezembro de 2006. Paróquia de Três Arroios, norte do RS.

da vontade de independência política dos trabalhadores. Teve como um dos fundadores Luís Inácio Lula da Silva que havia se destacado como líder sindical nas grandes greves na região do ABC paulista, no final da década de 1970.

Paludo¹⁶³ coloca que:

Das esquerdas desarticuladas pela derrota e pela repressão, os antigos partidos de esquerda retomam suas exigências e surge, sob a matriz do socialismo democrático (democracia com justiça social), a estrutura de mediação entre o povo e o poder, que viria a se consolidar como referência nacional – o Partido dos Trabalhadores.

O que diz Paludo, anteriormente fora destacado por Emir Sader:

Já revelara que o Partido dos Trabalhadores abrigando e agrupando antigos militantes dos anos 1960, democratas radicalistas, novos movimentos cristãos, intelectuais de esquerda, pequenos grupos remanescentes da velha esquerda – trotskistas ou maoístas [...], o PT não surgiu com uma doutrina e com linhas políticas definidas [...]. O partido nascia estreitamente ligado à sociedade civil, às mobilizações de suas organizações, às lutas das minorias, às reivindicações libertárias [...]. Com o forte componente das lutas dos trabalhadores pesando decisivamente, o socialismo foi definido como o objetivo do partido. E, como já em suas origens, as diferentes forças que o compuseram tinham enfrentado a luta contra a ditadura, a democracia aparece como outro forte componente do Partido dos Trabalhadores.¹⁶⁴

A organização do PT estava umbilicalmente ligada ao novo sindicalismo paulista, diferindo radicalmente da tradicional montagem dos partidos legais no Brasil, por representar um movimento popular buscando formas próprias de expressão política.

Após prolongada e dura resistência democrática, o PT tornou-se a grande alternativa para a conquista do poder político no país. Ao descrever sobre a criação do Partido dos Trabalhadores, Gohn coloca:

¹⁶³ PALUDO, Conceição. op. cit., p. 59.

¹⁶⁴ SADER, Emir. *O anjo torto: esquerda (e direita) no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 144-145.

A rearticulação da vida político-partidária no país, com a volta do pluripartidarismo, representou uma vitória da luta das forças democráticas. Demarcou também o início de novos tempos, bastante difíceis, de convivência com as diferenças, num país sem tradição de grandes períodos de liberdades democráticas.¹⁶⁵

A criação do Partido dos Trabalhadores na maioria dos municípios da região Alto Uruguai ocorreu entre 1981 e 1988, acompanhando o processo político partidário em âmbito nacional, com o fim da bipartidarização e o surgimento de novos partidos políticos. Inicialmente, não foram muitos os segmentos sociais que aderiram ao novo partido.



Fonte: Partido dos Trabalhadores Erechim

Figura 17 – Encontro regional de vereadores do PT, eleições de 1988.

Nas eleições municipais de 1988 são percebidos os primeiros resultados do trabalho de organização social e política dos setores progressistas da Igreja Católica. O PT elegeu 20 vereadores e conquistou uma prefeitura na região Alto Uruguai. Os vereadores foram: Zelindo Bevilaqua, Mauro Postal, Sueli Fasículo e Darci P. Sotoriva em Aratiba; Paulo Facioli, Sabino Balestrin, Idamir Picoli e Luis Carlos Tomazelli em Barão de Cotegipe; Paulo Farina e Waldomiro Fioravante em Erechim; Cleri Marcon, Domingos de Oliveira e Luis Carlos Mathias em Erval Grande; Altevir Scariot em Getúlio Vargas; Osmar

¹⁶⁵ GOHN, op. cit., p. 124.

Stahelski, Adão Stahelski, Valdecir Dallavechia e Alvadi Griseli em Jacutinga e no município do Severiano de Almeida o prefeito Nilo Zago, o vice José Nespolo e os vereadores Julio César dos Santos e Zélio Basso.

A formação de lideranças a partir do trabalho de formação das pastorais sociais despertaria um grande número de pessoas, que passaram a analisar a conjuntura social, econômica e política local e nacional e compreenderam que as transformações se dariam somente com muita organização e luta e, principalmente, com a conquista do poder político.

O trabalho de formação Pastoral da Juventude instrumentalizou as lideranças das comunidades e bairros a desenvolverem nos grupos de jovens as reflexões sobre temas voltados para a realidade. Um dos subsídios foi a revista Mundo Jovem que trazia temas como socialismo, capitalismo, democracia, entre outros, sendo aprofundados entre os jovens e contribuindo para o envolvimento dos mesmos no campo político.

Apesar da aparente neutralidade política da maioria dos padres na Diocese de Erechim, alguns sacerdotes mais comprometidos com a transformação social contribuíram para a criação do PT em muitos municípios da região, abrindo caminhos para um grande trabalho de conscientização social e política ou envolvendo-se diretamente na organização partidária.

Muitos conflitos permearam a criação do PT nos municípios. Normalmente, a iniciativa provinha de alguns jovens que saíam de suas comunidades para participarem dos cursos do TAPA promovidos pela Pastoral da Juventude e das formações da ESAU, onde eram tratados temas de cunho social e político. Ao regressarem, levavam consigo o compromisso de serem agentes multiplicadores, devendo reunir outros jovens para debaterem sobre a conjuntura e os desafios futuros.

A resistência a este envolvimento partia primeiramente da família, que muitas vezes não permitia sua participação, tanto pela ausência nos trabalhos de casa, quanto pela crítica aos objetivos dos cursos.

As reuniões para a constituição de um grupo político nas comunidades e bairros, que mais tarde iriam criar o Partido dos Trabalhadores a nível municipal, eram feitas no salão da capela ou, quando este não era emprestado pelas direções das capelas, eram realizadas em casas ou porções de residências de famílias que tinham maior afinidade política. João Carlos Zottis, um dos jovens que teve forte engajamento no PT neste período relata:

Fazíamos as reuniões para planejar como iríamos avançar na construção do PT no município de Getúlio Vargas. Primeiramente, os encontros foram em uma sala alugada, até descobrirmos que a direita havia colocado um sistema de escuta e tudo o que decidíamos fazer ou falar em rádio, era antecipadamente tratado pelos outros partidos nos seus programas de rádio. Então decidimos fazer as reuniões em nossas casas.¹⁶⁶

A relação estabelecida entre o PT, as organizações sociais populares e os setores progressistas da Igreja Católica constituiu um coletivo que planejava e articulava suas principais ações e as grandes lutas desenvolvidas na década de 1980 na região Alto Uruguai.

Contudo, este processo de ampliação do campo social e político por parte dos setores populares, na região Alto Uruguai, é carregado de relevâncias e ambigüidades. O avanço da organização social obedece, em boa parte, ao grau de conscientização obtido pelos setores progressistas da Igreja Católica e a sua capacidade de intervenção social. Os aspectos contraditórios são barreiras alicerçadas na estrutura social e política do país, nas décadas que acompanham o período anterior e atual ao processo de abertura política.

O contexto regional, mesmo estando em sintonia com as mudanças em curso no cenário nacional, encontra uma dinâmica própria para a construção deste campo de lutas. As grandes questões nacionais como a luta pela redemocratização do país, o fortalecimento do Novo Sindicalismo a partir da CUT, a nova postura dos setores progressistas da Igreja Católica com as diretrizes do Concílio Vaticano II, as Conferências de Medellín e Puebla e o trabalho das pastorais sociais e a criação dos novos Partidos Políticos, são referências e contribuem para uma nova visão de homem e de sociedade.

Não obstante, fica evidente, nesta última consideração, que na análise sobre a atuação dos setores progressistas da Igreja Católica, destacando o trabalho de formação entre os jovens e os pequenos agricultores, as novas lideranças serão aglutinadas pelo movimento sindical e principalmente pelo Partido dos Trabalhadores em praticamente todos os municípios da região Alto Uruguai. A redemocratização é a busca pelo espaço político, objetivando a conquista do poder político pelo conjunto das organizações sociais populares em sintonia com os setores progressistas da Igreja Católica. A ação social e política são extensões transitórias da religiosidade que embasou este processo de mudanças no contexto social e político da região Alto Uruguai do Rio Grande do Sul.

¹⁶⁶ZOTTIS, João Carlos. Entrevista concedida ao autor em 20 de março de 2007. Erechim.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise do processo de mudanças ocorridas na sociedade brasileira, entre 1974 e 1990, identificamos a redefinição do papel do Estado e uma nova forma de intervenção da sociedade civil no trato das questões sociais, políticas e econômicas do país. Os elementos abordados da História Regional, com a formação das organizações sociais populares, tendo a contribuição dos setores progressistas da Igreja Católica, refletem o amplo processo de organização e articulação social e política deste período, visando à redemocratização do país e a luta pela conquista de direitos até então negados à grande parcela da população pelos governos militares.

O presente estudo buscou analisar quais fatores contribuíram para que surgissem destacadas lideranças e organizações de ação social e política na região Alto Uruguai a partir do trabalho dos setores progressistas da Igreja Católica e de suas mediações correlatas, neste período marcado pela redemocratização do país.

A investigação sobre a formação das organizações sociais populares a partir do trabalho dos setores progressistas da Igreja Católica significou dar olhos para um dos períodos mais desafiadores da história local. Este estudo justificou-se por duas razões. A primeira, porque a formação das OSP na região foi uma obra coletiva que envolveu atores como padres, irmãs, jovens, despertou para a realidade social e para a formação de um campo de lutas. O alicerce desta obra foi fundamental para a ampliação das organizações populares, perpassando a década de 1980. A segunda, porque esta construção se deu numa região carente de políticas governamentais, caracterizada pela pequena propriedade, por famílias numerosas, com dificuldades financeiras, mas que pela sua religiosidade e participação comunitária, diante do novo trabalho social da Igreja, mudou a sua forma de ler e interpretar o mundo.

A região Alto Uruguai foi, reconhecidamente, o berço de inúmeras lideranças e organizações de ação social e política no período marcado pela censura das liberdades democráticas e na fase da redemocratização do país. O elemento central desta construção, que denominamos como a formação das organizações sociais populares, passou pela revitalização das forças opositoras ao regime militar, como o movimento sindical combativo, a criação da CUT, o trabalho das CEBs e o surgimento dos novos movimentos populares. Interligado a estes aspectos da conjuntura nacional, a formação deste campo de lutas na região tem como embrião o trabalho dos setores progressistas da Igreja Católica da Diocese de Erechim.

O golpe militar de 1964 significou a interrupção de um processo de organização social em curso na década de 1950 e início dos anos 60, mas não o esgotamento dos ideais de liberdade e justiça alimentados por segmentos de uma geração sonhadora, capaz de despojar-se por inteiro para lutar pela transformação social e política do país. A frágil resistência ao golpe e a luta pela democracia, inspirada no socialismo de Marx e Engels, e crítica do capitalismo imperialista norte-americano, não ficaria sufocada pela força das armas.

A abertura política proposta pelo Estado foi lenta e gradual e só não avançou com maior rapidez, possivelmente, porque as forças de oposição ao regime, constituídas até aquele momento, alternaram bons e maus momentos, não se consolidando como alternativa política capaz de interromper os longos e marcantes vinte e um anos em que o poder político esteve nas mãos dos militares. Para Eliézer R. de Oliveira:

Há muito de verdadeiro nas afirmações de que a sociedade brasileira é desarticulada e que esta desarticulação tem sido responsável pelo espaço político preenchido pelas intervenções militares. Haverá outros elementos a destacar, como o frágil liberalismo institucional, o profundo autoritarismo das relações sociais, o amplo emprego da repressão em lugar do recurso à construção dos espaços de consenso político, a prevalência histórica dos interesses conservadores no Estado Nacional.¹⁶⁷

A ditadura militar adotou um modelo de desenvolvimento dependente, que subordinava o país aos interesses do capital estrangeiro. Foi a época do “Milagre Brasileiro”. Modernizou-se o país, mas o povo foi excluído do desenvolvimento.

¹⁶⁷ OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *De Geisel a Collor: forças armadas, transição e democracia*. Campinas: Papirus, 1994, p. 27.

Analisando a realidade brasileira, fica evidente que o Estado consolidou o modo capitalista de produção e uma ideologia que o sustentava. Assumiu abertamente a coerção nos momentos em que houve possibilidade concreta de uma redefinição dos seus rumos, principalmente na ditadura do Estado Novo em 1937 e no golpe de 1964 e, de forma autoritária, mudou a direção do desenvolvimento em meados dos anos 1990, sem consultar, de forma efetiva, a sociedade. O Estado brasileiro sempre deixou poucas oportunidades para a construção de uma sociedade civil forte, que pudesse controlá-lo. Segundo Gramsci,¹⁶⁸

as transformações foram sempre o resultado do deslocamento da função hegemônica de uma para outra fração das classes dominantes. Mas essas, em seu conjunto, jamais desempenharam até agora uma efetiva função hegemônica em face das massas populares. Preferiram delegar a função de “direção” política ao Estado – ou seja, às camadas militares e tecnoburocráticas, ao qual coube a tarefa de “controlar” e, quando necessário, de reprimir as classes subalternas.

Vale dizer que a redemocratização no Brasil não significou uma ruptura, uma troca de atores, uma transformação política capaz de reparar a exclusão e promover a justiça social.

Mesmo diante da estratégia do Estado brasileiro de avançar gradativamente para a democracia é possível afirmar que foi no espaço da sociedade civil que os principais avanços democráticos aconteceram, forçando o Estado a mudar o rumo de suas ações, democratizando as leis do país. A construção democrática pautada pela sociedade civil, entretanto, não significou o esgotamento do autoritarismo estatal e resultou de um longo percurso de emancipação das classes subalternas e de importantes grupos da sociedade. Foram estas classes que desempenharam e ainda desempenham um papel central, embora não exclusivo, nos avanços, tanto na democratização do Estado, quanto na democratização da sociedade como um todo. A esse respeito, Schimdt descreve:

Portanto ao contrário do que disse a propaganda oficial, a tal abertura política não foi resultado simplesmente da “boa vontade dos generais”. Foi o recuo de um regime acossado pela crise e atacado por um povo que se organizava. Em nenhum momento do regime a oposição democrática se calou. Todavia, a partir

¹⁶⁸ COUTINHO, Carlos N. *Gramsci e a América Latina: as categorias de Gramsci e a realidade brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 113.

de 1975, essa oposição atuava de outro jeito. Não eram mais estudantes jogando pedras para enfrentar a polícia, como nas memoráveis passeatas de 1968, nem eram meia dúzia de guerrilheiros cutucando a onça blindada com vara curta. Agora, a luta contra o regime ainda tinha o mesmo ardor, o mesmo idealismo, só que com maturidade, com substância. O segredo era a mobilização da sociedade civil.¹⁶⁹

A partir destes pressupostos, a construção democrática no Brasil pode ser vista, em parte, como obra do Estado que não encontrava mais alternativas econômicas e políticas para manter-se no poder; e, em grande medida, como uma conquista da sociedade civil, que por uma articulação entre as classes populares, intelectuais orgânicos, políticos de oposição, empresários e setores da Igreja, desenvolve um amplo processo de mobilização pela democratização do país.

Sob este contexto de inquietação e em sintonia com as ações propositivas dos atores sociais e políticos contrários ao regime militar, na região Alto Uruguai, realiza-se uma experiência de construção coletiva. A partir da metade da década de 1970, os setores progressistas da Igreja Católica assumem para si o papel de protagonistas das principais ações visado à conscientização para a realidade social, econômica e política, local e nacional.

As mudanças internas na Igreja Católica, a partir do Concílio Vaticano II em 1966 e principalmente das Conferências de Medellín em 1968, e Puebla em 1979, apontam para a relação entre fé e realidade social, sendo decisivas para que os setores progressistas legitimassem uma nova visão de homem e de sociedade.

Na diocese de Erechim tornou-se evidente a divisão entre os padres comprometidos com a transformação social e os padres e o próprio bispo com visão conservadora. Se os setores progressistas do clero diocesano buscam referência para o seu trabalho em figuras de renome nacional, por outro lado, a posição dos setores conservadores da Igreja Católica, favoráveis ao golpe, receosos do socialismo e contrários as mudanças internas da mesma, serviram como base para que parte do clero se mantivesse distante da realidade social e política. Percebemos, no entanto, que a ala conservadora não conseguiu obstruir as ações propostas pelos setores progressistas, com exceção de algumas paróquias onde o pároco manteve-se por muito tempo e com o apoio do bispo diocesano.

Um dos primeiros instrumentos utilizados pelos setores progressistas foi a Escola Diocesana de Servidores de Comunidades; mesmo que parte das lideranças formadas não

¹⁶⁹ SCHMIDT, op. cit., p. 758.

tenha despertado para a mudança da realidade social e política, a grande maioria, num primeiro momento, contribuiu para suprir a escassez de padres, assumindo os serviços litúrgicos e, num segundo momento, comprometendo-se com um trabalho social, possibilitando compreensão da conjuntura local e nacional aos membros das comunidades.

Pode-se concluir também que o trabalho de formação com o curso do TAPA, desenvolvido pela Pastoral da Juventude, contribuiu para o surgimento de dezenas de novas lideranças, especialmente no meio rural, na década de 1980. Há uma grande contribuição das mesmas na formação das organizações sociais populares, com a criação da Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB), da Escola Sindical Alto Uruguai (ESAU), do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), do Centro de Educação Popular (CEPO), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da conquista dos principais sindicatos urbanos e rurais com a proposta da CUT e a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) nos municípios da região Alto Uruguai.

Quando afirmamos que a região Alto Uruguai desenvolveu esta importante experiência coletiva com a contribuição dos setores progressistas da Igreja Católica, devemos considerar também que surgiram muitos elementos emblemáticos. Muitas das lideranças que se constituíram na Escola de Servidores e nos cursos da Pastoral da Juventude usaram de sua liderança nas comunidades e bairros para impedir um trabalho conscientizador e de organização social. A presença de padres conservadores que se perpetuavam com longos anos de trabalho na mesma paróquia, com o aval do Bispo Diocesano e articulados com setores tradicionais pertencentes à política autoritária remanescente do regime militar, contribuiu para que não houvesse um trabalho de base e o afloramento de novas organizações sociais nestes locais.

Entre as lideranças que atuaram nos movimentos e entidades populares da região, também identificamos que algumas se afastaram por divergências internas. O caso mais notório deu-se no final da década de 1980, na CRAB (Comissão Regional de Atingidos por Barragens), quando Raimundo Pedrosa, dirigente histórico, assessor dos movimentos populares da região desde o início dos anos 70 e fundador do Partido dos Trabalhadores em Erechim, rompeu com os demais dirigentes, segundo ele próprio, por divergência na metodologia de trabalho, mas revelado por dirigentes que atuaram na época na CRAB, por questões de ordem financeira, passando a atuar na oposição aos movimentos sociais e ao Partido dos Trabalhadores.

É possível concluir que a contribuição da Igreja Católica progressista para a formação de novas lideranças destacou-se mais no meio rural que no meio urbano. Em sua

entrevista, o Padre Antoninho Valentini¹⁷⁰ relatou que a origem dos padres proveniente de famílias de pequenos agricultores propiciou um maior trabalho de base nesta difícil realidade, que já era motivo de reflexão e análise antes mesmo do sacerdócio.

Um dos fatores que contribuiu para o maior destaque das organizações sociais populares do meio rural foi a grande participação dos jovens (agricultores) nos grupos de jovens, o espírito religioso e comunitário nos serviços da comunidade, além da formação através do TAPA e da ESAU. A conscientização sobre o seu contexto social, a partir desta base, somada à maior disponibilidade de tempo, se comparado ao trabalhador urbano que cumpria horário em seu trabalho, permitia dedicar um tempo maior para reuniões, encontros, seminários, visando à construção deste campo de lutas.

É evidente que a organização da Pastoral Operária e do grupo Paulo VI, no início dos anos 80, contribuiu para as conquistas sindicais urbanas deste período. No entanto, com menor envolvimento dos padres diocesanos do que no movimento das oposições sindicais dos STR e da CRAB.

O reconhecimento sobre o importante trabalho que os setores progressistas da Igreja Católica desempenharam na formação de lideranças e na criação das organizações populares na região é uma conclusão de todos os entrevistados. Passados mais de 20 anos, os mesmos admitem que o seu projeto de vida mudou completamente, recordam dos bons tempos, analisam o trabalho dos setores da Igreja que contribuíam e os setores que atrapalhavam as ações no campo social e político. Grande parte das lideranças constituídas na década de 1980 e engajadas no trabalho pastoral permanece atuando em organizações sociais ou no Partido dos Trabalhadores.

Compreendemos também a relação conflituosa entre família, política e religião. Há um novo contexto social e político em formação no país, porém repleto de dúvidas e incertezas. A rotina familiar alterou-se no momento que alguém saía para as atividades ligadas à Igreja, ao sindicato, ao partido. A religião, com a nova atuação dos setores progressistas, já não se limitava a encontros dominicais e uma nova concepção de religiosidade passa a ser debatida na família, pois a ação política passa a fazer parte da construção concreta de uma sociedade que está em transformação.

Pela amplitude que o tema oferece, contemplamos os aspectos que relacionam o trabalho dos setores progressistas da Igreja Católica na formação das organizações sociais populares, fazendo um esforço em analisar como se deu a formação de novas lideranças e a

¹⁷⁰ VALENTINI, Padre Antoninho. Entrevista concedida ao autor em 27 de dezembro de 2006. Catedral São José. Erechim.

constituição das organizações populares na região. Fica a certeza que a análise sobre o trabalho que as organizações populares desenvolveram é um novo campo a ser pesquisado de forma detalhada, o que permitiria a compreensão sobre os resultados produzidos, os avanços e indagações em temporalidades mais recentes.

Ao final deste estudo, no qual procuramos apresentar o processo de organização social popular na região Alto Uruguai, desde a sua fase inicial no final da década de 1970, o seu desenvolvimento e a concretização desta construção na década de 1980, podemos concluir que o objetivo dos setores progressistas da Igreja, em meio às mudanças na conjuntura nacional, foi de intervir no campo político com o objetivo de realizar as mudanças na estrutura política, econômica e social do país. A formação das lideranças e das OSP são instrumentos de organização social, com capacidade de intervenção política; as mesmas fazem de sua ação, um mecanismo para a criação e o fortalecimento do Partido dos Trabalhadores na região Alto Uruguai. Basta observar que lideranças sindicais, dos movimentos populares e padres dos setores progressistas da Igreja Católica, estudaram o socialismo, combateram o capitalismo e tiveram envolvimento partidário, participando da criação e organização do PT nos municípios onde residiram.

Acreditamos que este estudo possa contribuir para a reconstrução deste período histórico emergente da região Alto Uruguai, considerando a nova dinâmica, nas relações sociais e políticas, que a formação das organizações sociais populares estabeleceram, refletindo as transformações no campo social e político no contexto nacional, com a formação de um campo de lutas e a redemocratização do país.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- ANTUNES, Ricardo. *O novo sindicalismo no Brasil*. 2. ed. Campinas: Pontes, 1995.
- _____. *O que é sindicalismo*. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BEOZZO, Oscar. *História da igreja católica no Brasil*. Porto Alegre: Instituto da Pastoral da Juventude, 1984.
- BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o udenismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- BOBBIO, Norberto; MATTECCI, Íncola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: UnB, 1986.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Educação alternativa na sociedade autoritária. In: PAIVA, Vanislinda (Org). *Perspectiva e dilemas da educação popular*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- BOFF, Leonardo. *A fé na periferia do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1978, p. 73.
- CASTRO, Sandra. Apogeu e crise do populismo (1945-1964). In: LÖWY, Michael et al. *Movimento operário brasileiro 1900/1979, do Coletivo "Edgar Leuenroth"*, Belo Horizonte: Veja, 1980.
- COMPENDIO do Vaticano II. Constituições, Decretos, Declarações. Petrópolis: Vozes. 2000.
- COMUNIDADE EM ORAÇÃO. Folheto da liturgia dominical da catedral São José. Erechim. 04 mar. 1979.
- COTRIM, Gilberto. *História e consciência do Brasil*. São Paulo. Saraiva. 1996.
- COUTINHO, Carlos N. *Gramsci e a América Latina: as categorias de Gramsci e a realidade brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

- COUTO, Ronaldo Costa. *Memória viva do regime militar – Brasil: 1964-1985*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- CRAB. Comissão dos Atingidos por Barragens. *Nossa história em debate*. Lages: Gráfica Vianeí, 1989.
- DALLGANOL, Wilson. *As romarias da terra no Rio Grande do Sul: um povo a caminho da “Terra Prometida”*. Porto Alegre: Gráfica La Salle, 2001.
- D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Ary Dilon; CASTRO, Celso (Int. e Org.). *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- DICK, Hilário (Org.). *Juventude faz história*. Porto Alegre: Instituto de Pastoral da Juventude, 1995.
- DIVALTE, Garcia Figueira. *História*. São Paulo. Ática, 2002.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FERNANDES, Florestan. *1920 – A ditadura em questão*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.
- FREITAS, Maria Carmelinda de. *Uma opção renovadora: a igreja no Brasil e o planejamento pastoral*. São Paulo: Loyola, 1997.
- GASPARI, Élio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GAZZOTI, Juliana. *Veja e os governos militares (68-85)*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade de São Carlos, 2001.
- GIANNOTTI, Vito. *Reconstruindo nossa história: 100 anos de luta operária*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- GOHN, Maria da Glória. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Loyola, 1995.
- HIRATA, Helena. Movimento operário sob a ditadura militar (1964-1979). In: LÖWY, Michael et al. *Movimento operário brasileiro 1900/1979, do Coletivo “Edgar Leuenroth”*, Belo Horizonte: Veja, 1980.
- HUMMES, D. Cláudio. *A igreja e a greve do ABC*. Petrópolis: Vozes, 1981, n. 75, jan/fev. p. 5-12.
- INFORMATIVO SINDICAL. Erechim, mar./abr., 1986.
- JAC. Juventude Agrária Católica. *Texto da Coordenação da Pastoral da Juventude Rural*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- KUCINSKI, Bernardo, *1937: o fim da ditadura militar*. São Paulo: Contexto, 2001.
- LIEUWN, Edwin et al. *Militarismo e política na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

- LIBANO, J. B. *Pastoral numa sociedade de conflitos*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- MANFREDI, Silvia Maria. *Educação sindical entre o conformismo e a crítica*. São Paulo: Loyola, 1986.
- MARTINHO, Francisco Carlos Palomares. *Democracia e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro. EDUERJ, 2006.
- MORAES, Maria Stela. No rastro das águas: organização, liderança e representatividade dos atingidos por barragens. In: NAVARRO. Zander (Org.). *Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1996.
- MOREL, Mário. *Lula, o metalúrgico*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *De Geisel a Collor: forças armadas, transição e democracia*. Campinas: Papirus, 1994.
- OLIVEIRA, Francisco. Dólares sempre à vontade. *Jornal Voz da Serra*, 26 nov. 1987.
- _____. Doutrinação do PT e CUT. *Jornal Voz da Serra*, Erechim, 26 nov. 1987.
- PAES, Maria Helena Simões. *A década de 60: rebeldia, contestação e repressão política*. São Paulo: Ática, 1993.
- PALUDO, Conceição. *Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático popular*. Porto Alegre: Tomo Editorial, Camp, 2001.
- PIRAN, Nédio. *Agricultura familiar: lutas e perspectivas no Alto Uruguai*. Erechim/RS: EdifAPES, 2001.
- PUEBLA. Texto oficial da CNBB. III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. *A evangelização no presente e no futuro da América Latina*. São Paulo: Loyola, 1979.
- RECKZIEGEL, Ana Luiza G. S. *A diplomacia marginal: vinculações entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904)*. Passo Fundo: Ediupf, 1999.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA. Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- RICHARD, Pablo. *Força ética e espiritual da teologia da libertação no contexto atual da globalização*. São Paulo: Paulinas, 2006.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: BOITO JR., Armando (Org.) *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- RODRIGUES, Marly. *O Brasil da abertura: de 1974 à constituinte*. São Paulo: Atual, 1990.

- SADER, Emir. *O anjo torto: esquerda (e direita) no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- SALEM, H. *A igreja dos oprimidos*. São Paulo: Brasil Debates, 1981.
- SANDOVAL, Salvador. *Os trabalhadores param: greves e mudança social no Brasil (1945-1990)*. São Paulo: Ática, 1994.
- SCAPINI, Elton. *Histórico dos movimentos sociais na Região*. Erechim: CEPO, 1991.
- SERBIN, KENNETH P. *Diálogos na sombra*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2001.
- SCHMIDT, Mario Furley. *Nova história crítica*. São Paulo: Nova Geração, 2005.
- SCHMITT, Claudia Job. A CUT dos colonos: histórias da construção de um novo sindicalismo no campo no Rio Grande do Sul. In: NAVARRO, Zander. *Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1996.
- SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo e Tancredo, 1964-1985*. Tradução de Mario Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SOARES, Ary Dillon; D' ARAÚJO, Maria Celina (Org.). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- STEPHANOU, Alexandre Ayub. *Censura no regime militar e militarização das artes*. Porto Alegre: Edipucrs, 2001, Coleção História 44.
- WEFFORT, Francisco C. *Participação e conflito industrial*. Contagem e Osasco, 1968. Caderno 5. São Paulo: CEBRAP, 1972.
- TAVARES, Maria da Conceição; ASSIS, J. Carlos de. *O grande salto para o caos; a economia política e a política econômica do regime autoritário*. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.
- VEJA. 16 de janeiro de 1985.
- ZANELLA, Anacleto. *A trajetória do sindicalismo no Alto Uruguai gaúcho (1937-2003)*. Passo Fundo: UPF, 2004.
- ZAVERUCHA, Jorge. *Rumor de sabres: controle civil ou tutela militar*. São Paulo. Editora Ática. 1994.

LOCAIS DE PESQUISA

Arquivo Histórico Municipal. Erechim.

Biblioteca Municipal. Erechim.

Biblioteca da Universidade Regional Integra (URI).

Centro de Educação Popular (CEPO).

CUT Alto Uruguai.

Mitra Diocesana de Erechim.

Movimento de Atingidos por Barragens (MAB).

Pastoral da Juventude Erechim.

FONTES ORAIS

BRONDANI, Cláudio. Entrevista concedida ao autor em 12 de janeiro de 2007. Porto Alegre.

CASSOL, Ernesto. Entrevista concedida ao autor em 09 de janeiro de 2007. Erechim.

GIRELLI, Padre Valter. Entrevista concedida em 05 de janeiro de 2007. Paróquia de Estação.

MATIAS, Padre Milton. Entrevista concedida em 28 de dezembro de 2006. Paróquia de Três Arroios.

MOELKE, Padre Ivo. Entrevista concedida em 05 de janeiro de 2007. Paróquia de Capoerê.

PEDROSA, Raimundo. Entrevista concedida ao autor em 09 de janeiro de 2007. Erechim.

REVERS SOBRINHO, José. Entrevista concedida ao autor em 20 de dezembro de 2006. Erechim.

SCAPINI, Elton. Entrevista concedida ao autor em 11 de janeiro de 2007. Assembléia Legislativa. Porto Alegre.

SCHEFFEL, Padre Antonio. Entrevista concedida ao autor em 08 de janeiro de 2007. Erechim.

VALENTINI, D. Demétrio. Entrevista concedida ao autor em 10 de janeiro de 2007. Mitra Diocesana. Erechim.

VALENTINI, Padre Antoninho. Entrevista concedida em 27 de dezembro de 2006. Catedral São José. Erechim.

ZAFFARI, Nely. Entrevista concedida ao autor em 20 de dezembro de 2006. Erechim.

ZOTTIS, João Carlos. Entrevista concedida ao autor em 20 de março de 2007. Erechim